

# FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

25 (2) ago./dez., 2023

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E  
LINGUÍSTICA  
PORTUGUESA

25(2), ago./dez. 2023

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

# Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



## Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

## Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil  
Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil  
Bertrand Daunay, *Université de Lille*, França  
Cristina Sobral, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Esperança Carneira, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil  
Fabiana Cristina Komesu, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Françoise Boch, *Université de Grenoble Les Alpes*, França  
Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal  
João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Juliana Alves Assis, *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*, Brasil  
Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil  
Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil  
Luciani Ester Tenani, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal  
Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal  
Marina Vigário, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Marisa Cruz, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Raquel Salek Fiad, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Sónia Frota, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2023 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,  
volume 25, número 2

Sumário

*Apresentação*  
145-146

*Direitos linguísticos e cooficialização da língua alemã em São João do Oeste,  
Santa Catarina*

Celina Eliane Frizzo, Elena Wendling Ruscheinsky, Marcelo Jacó Krug  
147-160

*A toponímia italiana do Oeste de Santa Catarina: um estudo relacional dos  
nomes de lugares e a (i)migração*

Fernando Hélio Tavares de Barros, Marcelo Jacó Krug  
161-179

*A vitalidade linguística do talian em Riqueza/SC: dimensões e categorias  
de análise*

Cristiane Horst, Franciele Zanella  
181-196

*Clavícula, cantareira e saboneteira: as variedades do português formosense*

Karina de Jesus Araujo, Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida  
197-213

*O efeito da escolaridade e sexo sobre a haplologia no falar belenense*

Flávia Helena da Silva Paz, Marilúcia de Oliveira Cravo, Celiane Sousa Costa  
215-227

*Varição morfofonológica da variável (gente) na fala de moradores da comunidade Ariri (AM)*

Felício Wessling Margotti, Orlando da Silva Azevedo, Ilna Kelly Ferreira dos Santos

**229-243**

*Fronteras conceptuales y variedades del hablar. Escuela y comunidad ante el portugués en la frontera este de Misiones, Argentina*

Leonardo Cerno

**245-271**



## Apresentação

Apresentamos ao leitor interessado o volume 25, n.º 2, da revista *Filologia e Linguística Portuguesa*. Trata-se de um volume temático, centrado nos estudos da variação e mudança diatópica de variedades linguísticas praticadas no Brasil. Em um total de sete artigos, pesquisadores especialistas abordam temas como direitos linguísticos, toponímia, dialetologia e multilinguismo.

São organizadores do volume Joachim Steffen (UNIA - Universität Augsburg), Marcelo Jacó Krug (UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul), Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP - Universidade de São Paulo), Maria Clara Paixão de Sousa (USP - Universidade de São Paulo) e Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP - Universidade de São Paulo).

O volume abre-se com o artigo intitulado *Direitos linguísticos e cooficialização da língua alemã em São João do Oeste, Santa Catarina*. Os autores Celina Eliane Frizzo, Elena Wendling Ruscheinsky e Marcelo Jacó Krug apresentam a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Segundo o documento, falantes de línguas não oficiais em determinado território têm direito e estão livres para usá-las sem sofrer discriminação, exclusão e perseguição. Explicam-se questões referentes aos direitos linguísticos, ao linguicídio e ao linguicídio e relacionam-se esses tópicos com o processo de cooficialização da língua alemã em São João do Oeste - SC.

No segundo artigo do volume, sob o título *A toponímia italiana do Oeste de Santa Catarina: um estudo relacional dos nomes de lugares e a (i)migração*, os autores Fernando Hélio Tavares de Barros e Marcelo Jacó Krug verificam marcas da identidade italiana na toponímia do Oeste de Santa Catarina, quanto a sua variação, mudança, manutenção e perda, durante a história de migração dos ítalo-gaúchos, um dos grupos povoadores da região. O estudo conclui que os sobrenomes e o catolicismo de devoção italiana são as características mais representativas dessa toponímia.

Em *A vitalidade linguística do talian em Riqueza/SC: dimensões e categorias de análise*, terceiro artigo deste volume, as autoras Cristiane Horst e Franciele Zanella analisam a vitalidade linguística do *talian* em Riqueza, Santa Catarina. Busca-se identificar fatores que influenciam a manutenção ou substituição da língua minoritária, com base na geração, classe social e gênero. Os resultados revelam baixa vitalidade do *talian* em Riqueza, devido a fatores como prestígio reduzido, falta de transmissão intergeracional e negligência do poder público em relação ao seu ensino e registro.

O quarto artigo do volume, intitulado *Clavícula, cantareira e saboneteira: as variedades do português formosense*, apresenta pesquisa feita por Karina de Jesus Araujo e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, que tem como objetivo analisar a forma *clavícula* a partir dos falares dos moradores e migrantes de Formoso do Araguaia - TO. Procura-se compreender de que modo ocorre nesse local a variação da referida lexia. Os resultados estão documentados em mapas polifórmicos e de status da forma.

A seguir, as autoras Flávia Helena da Silva Paz, Marilucia de Oliveira Cravo e Celiane Sousa Costa examinam *O efeito da escolaridade e sexo sobre a haplologia no falar belenense*, conforme esclarece o título do quinto artigo do volume. Estuda-se a haplologia no falar belenense com base em resultados do efeito de dois fatores externos, escolaridade e sexo. Resultados preliminares indicam que a haplologia é

FLP 25(2)

estigmatizada no falar belenense porque é desfavorecida entre as mulheres e os mais escolarizados. A baixa produtividade do fenômeno relaciona-se com a escolaridade.

No sexto artigo do volume, denominado *Variação morfofonológica da variável (gente) na fala de moradores da comunidade Ariri (AM)*, os autores Felício Wessling Margotti, Orlando da Silva Azevedo e Ilna Kelly Ferreira dos Santos descrevem as variantes morfofonológicas da variável *gente* na fala de moradores da comunidade Ariri, no município de Coari, Amazonas. Os resultados atestam que os moradores locais usam quatro variantes de *gente*, as quais evidenciam um processo de mudança linguística em curso.

Conclui o volume o artigo intitulado *Fronteras conceptuales y variedades del hablar. Escuela y comunidad ante el portugués en la frontera este de Misiones, Argentina*, da autoria de Leonardo Cerno. O trabalho apresenta uma análise do discurso de docentes da educação pública em San Antonio e arredores, em Misiones, Argentina. Analisa-se o contato da língua portuguesa e espanhola, com o surgimento e uso habitual de variedades mistas, conhecidas como *portuñol*, e a presença local das modalidades padrão de ambas as línguas nacionais, promovidas desde a escola.

*Os editores*

FLP 25(2)

## Direitos linguísticos e cooficialização da língua alemã em São João do Oeste, Santa Catarina

### *Linguistic rights and co-officialization of German in São João do Oeste, Santa Catarina, Brazil*

Celina Eliane Frizzo \*

*Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil*

Elena Wendling Ruscheinsky\*\*

*Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil*

*Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Campus São Carlos, SC, Brasil*

Marcelo Jacó Krug\*\*\*

*Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil*

**Resumo:** A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos é pouco conhecida pela população e principalmente por aqueles a quem ela mais possa interessar. De acordo com este documento, os falantes de outras línguas, que não são oficiais em um determinado território, têm direito e estão livres para usá-las em suas vidas sem sofrer qualquer tipo de discriminação, exclusão e perseguição. Com o presente estudo propomos explicar questões referentes aos direitos linguísticos, ao linguicismo e ao linguicídio e relacioná-los com o processo de cooficialização da língua alemã em São João do Oeste-SC, pautando-se especialmente nos pressupostos teóricos de Skutnabb-Kangas (2019); Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995; 2017) entre outros, além de fontes históricas sobre o município e a Lei de cooficialização n.º 1685/2016. Os resultados mostram que, antes da cooficialização em 2016, ocorreram ações para atribuir prestígio à variedade alemã. Porém, ao analisar o que postula a lei, percebemos que esta política está voltada para atrair turistas e pouco representa os falantes ou garante os direitos linguísticos de um grupo minoritário.

**Palavras-chave:** Direitos linguísticos. Língua Alemã. Cooficialização. São João do Oeste-SC.

**Abstract:** The Universal Declaration of Linguistic Rights is little known by the general population and, perhaps, by those who are most interested in it. According to this document, speakers of other languages, which are not official in a given territory, have the right to use them in their lives without suffering any kind of discrimination, exclusion and persecution. This study proposes to explain issues related to linguistic rights, linguicism and linguicide and relate them to the process

---

\* Doutoranda e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/Pós-Graduação, graduada em Letras (Inglês) pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); [frizzocelina@gmail.com](mailto:frizzocelina@gmail.com)

\*\* Doutoranda e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), bolsista do Programa de Demanda Social - CAPES, graduada em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal de Santa Maria - SC (UFSM), docente Ebt de Inglês do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); [elenaruscheinsky@gmail.com](mailto:elenaruscheinsky@gmail.com)

\*\*\* Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol - Licenciaturas na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó - Santa Catarina (UFFS), Brasil; [marcelokrug.mk@gmail.com](mailto:marcelokrug.mk@gmail.com)

of co-officialization of the German language in the municipality of São João do Oeste, Santa Catarina, Brazil, based mainly on the theoretical assumptions of Skutnabb-Kangas (2019) and Skutnabb-Kangas and Phillipson (1995; 2017) and others, in addition to historical sources about the municipality and the Law 1685/2016. The results show that, before the co-officialization in 2016, there were actions to attribute prestige to the German variety. However, when analyzing what the law postulates, we realize that this policy is aimed at attracting tourists and does little to represent the speakers or guarantee the linguistic rights of a minority group.

**Keywords:** Linguistic rights. German language. Co-officialization. São João do Oeste-SC.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando observamos a história das línguas no Brasil, desde a vinda dos portugueses até os dias atuais, percebemos que um grande número de línguas simplesmente deixaram de existir e outras tiveram uma grande redução em seu número de falantes. As variedades linguísticas trazidas pela imigração, que se instalaram no país, principalmente após os anos de 1824 (alemãs) e 1875 (italianas) entre outras, conseguiram se manter preservadas, principalmente por viverem isoladas das grandes cidades e por seus falantes conseguirem formar comunidades autossuficientes (Dreher, 2005).

Com o crescer dos centros urbanos, a emancipação de novos municípios (Horst; Krug, 2020) e também por questões de proibição em função da política nacionalista da ditadura Vargas, tais variedades sofreram uma diminuição do uso devido à estigmatização em relação a elas, pois eram vistas como língua de colono e de pessoas menos letradas ou inteligentes. Atualmente, percebemos um aumento no número de movimentos visando à revitalização e à manutenção linguística dessas variedades. Movimentos esses, provenientes, principalmente, de falantes que pertencem a grupos linguísticos minoritários, tanto de línguas indígenas como de imigração, e que querem preservar esse bem histórico-linguístico-cultural e imaterial. Entretanto, em todo o mundo, muitas dessas ações esbarram nas políticas do Estado ou até mesmo no preconceito da língua da sociedade sobre a língua da comunidade Mæhlum (2010).

O Brasil, de acordo com Raso, Mello e Altenhofen (2011), é um país plurilíngue<sup>1</sup>, cujos falantes de línguas minoritárias atualmente, depois de serem proibidos e até perseguidos por usarem variedades diferentes do português, promovem reflexões e ações que visam reestabelecer o uso e fortalecer suas línguas.

Mesmo que os fatos passados nos mostrem que muitas línguas foram extintas em nome da hegemonia de um povo sobre o outro (Bessa Freire, 2003), percebemos que isso acontece até hoje. O exemplo de maior potencial é a própria situação brasileira, pois temos uma única língua oficial e o Estado não reconhece, nem promove, o contexto (e história) plurilíngue de nosso país. Contudo, graças ao empenho de falantes e pesquisadores, muitos municípios, como forma de revitalização e manutenção, têm cooficializado línguas diferentes da língua portuguesa. No entanto, aí também encontramos disparidade como veremos no decorrer deste artigo.

<sup>1</sup> Segundo Altenhofen (2013, p. 35), estima-se que no Brasil existam cerca de 330 línguas (índigenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades).

O que nos move a investigar o processo de cooficialização em São João do Oeste (doravante SJO), um município situado no extremo oeste de Santa Catarina, são os apontamentos de Rodrigues (2018). Segundo ela, as políticas linguísticas públicas executadas por essas cidades (que cooficializam uma variedade) são muito tímidas e pouco abrangentes no que diz respeito ao planejamento para a realização destas e que nem sempre a cooficialização tem ocorrido a contento em todos os municípios.

Com base nisso, com o presente artigo, temos por objetivos, apresentar os conceitos de linguicídio e linguicismo com premissa nos direitos linguísticos, e relacioná-los com a Lei de cooficialização do alemão no município de São João do Oeste - SC.

Assim, apresentamos inicialmente os conceitos de linguicídio e linguicismo envolvendo os direitos linguísticos e suas implicações para, em seguida, observarmos como se deu a cooficialização do alemão em SJO. Para isso, nos apoiamos principalmente nos conceitos de Skutnabb-Kangas (2019); Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995; 2017) e analisamos a Lei Municipal n.º 1685/2016 de SJO, relacionando a sua aplicação com o que se espera dessa política linguística e aos conceitos apresentados no início deste artigo.

## 2 LINGUICÍDIO E LINGUICISMO

FLP 25(2)

Embora a maioria da população não saiba, após a difusão da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>2</sup>, em 1996, foi assinada, em Barcelona, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, que visa apoiar o direito linguístico, especialmente das línguas ameaçadas de extinção. Juntas elas defendem que o cidadão tenha o direito à liberdade de expressão e de se expressar livremente, em sua própria língua, mesmo que esse não seja o idioma oficial de seu país (Silva, 2021, p. 31). Skutnabb-Kangas e Phillipson (2017, p. 28) postulam que os direitos linguísticos estão relacionados às línguas maternas e consideram que é possível ter pelo menos duas línguas maternas e as definem como “the language(s) one has learned first and identifies with”.

A partir dessa definição, muitas situações emergem e desencadeiam nossa discussão, uma vez que, compreendido o direito de expressão em sua própria língua, que vem a ser a língua materna, muitos direitos não são assegurados. Inúmeros indivíduos não podem se identificar com suas línguas maternas, não têm direito à educação, nem à administração da justiça ou serviços públicos por meio de sua língua, algo que é real para a maioria das minorias<sup>3</sup> indígenas e praticamente universal para grupos de imigrantes/migrantes e refugiados (Skutnabb-Kangas; Phillipson, 2017).

Embora a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, em sua terceira sessão, que trata do Ensino, assevere que este deve contribuir para fomentar a

---

<sup>2</sup> Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 1948, em Paris, França, foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todo o mundo (Silva, 2021, p. 31).

<sup>3</sup> Skutnabb-Kangas e Phillipson (2017) definem “minorias” para fins de direitos linguísticos como: um grupo em menor número do que o resto da população de um Estado, cujos membros têm características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população, e são guiados, mesmo que apenas implicitamente, pela vontade de salvaguardar a sua cultura, tradições, religião ou língua. Qualquer grupo que se enquadre nos termos desta definição será tratado como uma minoria étnica, religiosa ou linguística. Pertencer a uma minoria será uma questão de escolha individual.

capacidade de auto-expressão linguística e cultural da comunidade linguística, além de favorecer a manutenção e o desenvolvimento da língua falada e que todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita a todos os seus membros adquirirem o perfeito conhecimento da sua própria língua, muitas crianças de minorias etnolinguísticas, indígenas e imigrantes, frequentam, na maioria das vezes, pré-escolas e escolas, onde nenhum professor entende sua língua e onde essa língua não é usada. Nas palavras de Skutnabb-Kangas e Phillipson (2017, p. 28), “The school has been and still is the key instrument, on all continents, for imposing assimilation (forced inclusion) into both the dominant language and the dominant culture”, e afirmam, ainda: “linguistic human rights can thus well be violated within a purportedly multicultural framework” (Skutnabb-Kangas; Phillipson, 2017, p. 28).

Quando se priva os indivíduos ou grupos de seus direitos linguísticos comete-se uma forma contemporânea e sofisticada de racismo, o *linguicismo*, o qual precede o *linguicídio*, que consiste no extermínio das línguas. “The concepts *linguicide* and *linguicism* serve to clarify the ideologies, structures and processes involved in linguistic inequality, and their results” (Skutnabb-Kangas; Phillipson, 1995, p. 83). Os autores explicam que enquanto o linguicismo é análogo ao racismo, sexismo, classismo; o linguicídio é análogo ao genocídio (físico) e é diferente de morte de língua, que seria o desaparecimento das línguas, análoga à morte natural.

O linguicídio e a morte de língua devem ser relacionados às línguas e não aos falantes, pois estes serão assimilados, ou seja, experimentarão a mudança ou perda da língua em nível individual. A perda da língua somente levará ao linguicídio ou à morte da língua se todos os falantes de um determinado idioma passarem pela perda do mesmo (Skutnabb-Kangas; Phillipson, 1995, p. 83). Contudo,

O conceito de “morte de língua” não implica necessariamente um agente causador, mas é visto como resultado natural, inevitável de mudança social e “modernização”, o que leva ao surgimento de um mundo unificado com uma língua mundial, possivelmente coexistindo com línguas nacionais com um papel restrito. No contexto deste paradigma, a morte de língua é interpretada como o resultado de mudança voluntária de língua por cada falante.

Linguicídio, ao contrário, implica *agente envolvido na causa da morte de língua*. Os agentes podem ser *ativos* (“tentando matar uma língua”) ou *passivos* (“deixando uma língua morrer” ou “coexistência sem apoio”) (Skutnabb-Kangas, 2019, p. 25).

Para Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995, p. 86), atualmente, o linguicídio ocorre de maneira mais encoberta e sofisticada, e citam como exemplo, os sistemas educacionais, pois a língua minoritária é proibida de forma indireta, ideológica e estrutural. Para os autores, sempre que crianças falantes de línguas minoritárias em creches e pré-escolas são atendidas por professores não autorizados a usar a língua materna dessas crianças como meio de comunicação, comete-se um genocídio linguístico que “[...] is a logical expression of belief in a monolingual nation state (‘one nation one language’ seen as normal, desirable and inevitable)” (Skutnabb-Kangas; Phillipson, 1995, p. 86).

Skutnabb-Kangas e Phillipson (2017) definem o linguicismo como “ideologias, estruturas e práticas que são usadas para legitimar, efetuar e reproduzir uma divisão desigual de poder e recursos (tanto materiais quanto imateriais) entre grupos que são definidos com base na língua”. O linguicismo precede o linguicídio e/ou a morte de

FLP 25(2)

línguas e está relacionado com as línguas e seus falantes. Ele tem sido estudado, principalmente, em conexão com a educação de minorias linguísticas e em relação à proeminência do inglês como língua “mundial” e é um fator importante para definir se os falantes de determinadas línguas desfrutam, de fato, de seus direitos linguísticos (Skutnabb-Kangas; Phillipson, 1995, 2017).

Skutnabb-Kangas (2019) expõe as causas do linguicídio e do linguicismo e afirma que elas devem ser analisadas por um ângulo estrutural e por um ângulo ideológico, “compreendendo a luta pelo poder estrutural e os recursos materiais, por um lado, e, por outro, a legitimação, instanciação e reprodução da divisão desigual de poder e recursos entre grupos de base linguística” (Skutnabb-Kangas, 2019, p. 29). A autora explica também que os agentes do linguicídio/linguicismo podem também ser estruturais (compreendendo um estado, uma instituição, leis e legislações entre outros) ou ideológicos (normas e valores atribuídos a diferentes línguas e seus falantes).

Em resumo, sempre que uma pessoa (ou um grupo) que usa uma língua minoritária não tem acesso aos seus direitos linguísticos, é discriminado ou seu acesso é desigual em qualquer esfera da sociedade, comete-se um ato de linguicismo. A falta de políticas linguísticas que corrijam e controlem o linguicismo pode (mas não necessariamente) levar ao linguicídio. Destacamos que Calvet (2002) define política linguística como um conjunto de decisões conscientes das relações entre língua e vida social e vida nacional. Um exemplo de política linguística contra o linguicismo, e consequentemente, contra o linguicídio, é a cooficialização de línguas, que será abordada na próxima seção.

FLP 25(2)

### 3 O PROCESSO DE COOFICIALIZAÇÃO

Após abordar o linguicismo e linguicídio como resultado da falta de direitos linguísticos assegurados a grupos linguísticos minoritários, vamos apresentar o caso da execução de uma política linguística no município de SJO em Santa Catarina, que demonstra que minorias nacionais estão envolvidas na luta pela manutenção e preservação da língua, neste caso, a língua alemã, o que funciona ou deveria funcionar contra o linguicismo e linguicídio.

Usamos aqui “língua alemã” pois é o termo usado na Lei n.º 1685/2016. Entretanto, por se tratar de manutenção da língua, é importante ressaltar que no município de SJO é falada a variedade<sup>4</sup> Hunsrückisch, denominação que tem como variante o termo Hunsrück, que também é usado na referida lei. SJO é um dos pontos de pesquisa dos projetos ALMA-H (Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch) e IHLBrI (Inventário do Hunsrückisch como Língua Brasileira de Imigração). O último projeto apresenta entrevistas com 176 falantes em 2017, sendo que 145 informaram que falam Hunsrückisch, 28 falam “alemão daqui” e 26 falam Hochdeutsch (alemão padrão) (Altenhofen; Morello et al., 2018). Dessa forma, a língua a ser preservada em SJO é a variedade Hunsrückisch.

Conforme Altenhofen, Morello et al. (2018), baseados em Altenhofen (1996),

---

<sup>4</sup> O termo ‘variedade’ aqui é usado como forma neutra para nomear “um subtipo da língua histórica alemã”, conforme a definição de Coseriu (2017 [1980]). Língua histórica é definida como “um conjunto de variedades”.

pode-se definir o *Hunsrückisch* como uma língua de imigração, cuja base linguística provém essencialmente da matriz de origem no Hunsrück e Palatinado, no centro-oeste da Alemanha, e que, usando os termos da dialetologia alemã, engloba um contínuo de variantes linguísticas que se entende do francônio-moselano ao francônio-renano e que, ao longo de sua história no novo mundo, a partir de 1824, agrega influências de contatos linguísticos com demais variedades do alemão, em especial do *Hochdeutsch* local, e com o português e demais línguas faladas no entorno (Altenhofen; Morello et al., 2018, p. 37).

Dessa forma, é comum haver o uso das duas denominações, Hunsrückisch e Hunsrück, nas leis e decretos de cooficialização aqui analisados, o que demonstra a diversidade entre as autodenominações dadas pelos falantes para a língua que falam.

Cooficializar uma língua, segundo Oliveira (2015, p. 27), significa que ela se torna oficial ao lado da língua portuguesa (língua oficial, no nosso caso), e ambas gozam de igualdade de possibilidades de acordo com a letra da lei. Oliveira (2015) explica que a oficialização<sup>5</sup> de uma língua deve ser uma reivindicação de um grupo linguístico determinado, através de suas entidades ou indivíduos. Sem uma organização política da comunidade falante é impossível um empreendimento deste tipo. Quando uma política linguística como essa conta com a participação dos falantes na gestão de suas línguas, temos o que Oliveira e Altenhofen (2011, p. 187) chamam de ações *in vivo*.

Em SJO, o bilinguismo alemão/português é decorrente do modelo de colonização iniciado em 1926 pela Associação dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul - a *Volksverein*. Os lotes de terras eram vendidos apenas para alemães, natos ou descendentes, e de religião católica, como fica evidente no trecho de um álbum de propaganda da Associação em 1932: “*Hier soll eine geschlossene Siedlung Deutschstämmiger Katholischer Bauern erstehen*”<sup>6</sup> (Middeldorf, 1932, p. 6).

Atualmente, o município tem aproximadamente 6.000 habitantes e uma área de 160 km<sup>2</sup>. Situado no Extremo Oeste de Santa Catarina, a 760 km da capital do Estado, o município teve o maior índice de alfabetização por três anos consecutivos na década de 2010, o que se confirmou novamente no censo 2022, ao apresentar uma taxa de apenas 0,9% de analfabetos, o menor índice do Brasil entre os municípios na faixa de até 10 mil habitantes. A economia gira em torno da agropecuária e o turismo recebeu destaque a partir dos anos 2000, devido às águas termais. Com a emancipação em 1993, a industrialização e a diminuição da força da religião, a condição de católico e descendente de alemães deixou de ser imprescindível para morar no município, principalmente depois da década de 1970 (Jungblut, 2000).

Mesmo assim, o uso da língua alemã perseverou no município e foi objeto de Projeto de Lei apresentado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em fevereiro de 2008. O objetivo do projeto era o de conceder ao município de SJO o título de “Capital Catarinense da Língua Alemã” e entre as justificativas apresentadas estava:

<sup>5</sup> Oliveira (2015, p. 26, 27) explica que oficializar uma língua quer dizer que o Estado reconhece sua existência e reconhece aos seus falantes a possibilidade de não terem que mudar de língua quando quiserem se expressar publicamente ou tratar de questões da vida civil e também para produzir conhecimento.

<sup>6</sup> “Aqui está prevista uma colônia fechada para agricultores católicos descendentes de alemães” (tradução nossa).

No ano de 2007, visando obter dados atuais e precisos sobre a utilização da língua no município, foi realizada uma pesquisa, em todos os domicílios do município, pelas Agentes Municipais de Saúde, objetivando atestar a incidência de sua utilização. O resultado apresenta números expressivos, porém, não trouxe surpresa à população local, tendo em vista a notoriedade dos fatos. (Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2008, p. 8)<sup>7</sup>.

O projeto foi aprovado e foi concedido o título de Capital Catarinense da Língua Alemã ao município de SJO pela Lei Estadual n.º 14.467/2008<sup>8</sup>.

Como forma de incentivar o turismo e preservar a Língua Alemã, o grupo de danças folclóricas alemãs *Liebe Zum Tanzen* (Amor pela dança), sentindo a necessidade de um evento que juntasse as celebrações alusivas à cultura alemã, criou a *Deutsche Woche* (Semana Alemã), que passou a ser realizada anualmente, na última semana de julho, desde o ano de 2009<sup>9</sup>. Assim, por meio do decreto n.º 83/2009, de 12 de junho de 2009<sup>10</sup>, foi instituída a Semana Alemã, dando destaque à variedade alemã no artigo 3º “O dialeto oficial durante a *Deutsche Woche* (Semana Alemã) será o Hunsrück (variedade da língua alemã).” Os parágrafos deste artigo estimulam o uso da variedade nas repartições públicas durante a Semana Alemã.

Voltando à esfera estadual, a lei de 2008 foi consolidada e revogada em 2015 com a Lei Estadual n.º 16.722<sup>11</sup>, que agrupou as leis estaduais que conferem denominação adjetiva aos municípios catarinenses. Nesta lei, a única menção à palavra “língua” é a língua alemã, como Capital Catarinense da Língua Alemã concedida a SJO. Ao examinar a lei estadual, percebe-se que a língua é pouco encarada como um motivo de orgulho ou de destaque, diferente da gastronomia, por exemplo, que é frequente na adjetivação dos municípios, com menções a cuca, paçoca de pinhão, chester, dentre outros.

Em SJO, o Conselho Municipal de Cultura, em reunião, no dia 8 de junho de 2016, registrou a aprovação da oficialização do idioma, “sugerindo-se a instituição da lei cooficializando o Hunrückisch como segunda língua oficial no município” (Ata do Conselho Municipal de Cultura de 08-06-2016). Segundo uma integrante do Conselho e assinante da Ata, a cooficialização seria também uma forma de manter e dar visibilidade ao título de Capital Catarinense da Língua Alemã.

Seguindo os trâmites, a sugestão foi protocolada como Projeto de Lei, no dia 27 de junho, quando foi lido no expediente e enviado para as Comissões Permanentes. Na sessão do dia 12 de julho, o projeto foi aprovado em primeira e segunda votação pela Câmara de Vereadores. A lei de cooficialização foi assinada em 12 de julho de 2016 e publicada no Diário Oficial dos Municípios do dia 14 de julho, em menos de um mês. Segundo a integrante do Conselho Municipal de Cultura, a lei foi esboçada

<sup>7</sup> Diário da Assembleia. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/5857dia.pdf>. Acesso: 21/03/2023.

<sup>8</sup> Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14467\\_2008\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14467_2008_Lei.html). Acesso: 21/03/2023.

<sup>9</sup> Devido à pandemia do Covid-19, nos anos de 2020 e 2021 a *Deutsche Woche* não foi realizada. Em 2022, foi realizada a 12.ª edição.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://leismunicipa.is/03l8z>. Acesso: 21/03/2023.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-16722-2015-santa-catarina-consolidadas-leis-que-conferem-denominacao-adjetiva-aos-municipios-catarinenses>. Acesso: 21/03/2023.

pelo Conselho e passou pela revisão do Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal e do setor jurídico da prefeitura.

A Lei Ordinária n.º 1685/2016<sup>12</sup> institui a cooficialização da Língua Alemã<sup>13</sup> e dá outras providências em seus quatro artigos. Cada um dos artigos será analisado a seguir, assim como suas motivações e consequências atuais, em 2023, observados no cotidiano do município e baseado em depoimentos de pessoas que nele residem.

#### 4 ANÁLISE DOS ARTIGOS DA LEI N.º 1685 DE 12 DE JULHO DE 2016

Segundo informações do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística - IPOL<sup>14</sup>, no Brasil, há 48 municípios que realizaram a cooficialização de alguma língua, sendo que são 13 línguas indígenas em 10 municípios e 9 línguas alóctones (ou de imigração) em 38 municípios. Ainda, de acordo com o IPOL, em Santa Catarina, seis municípios possuem línguas cooficializadas. Pomerode cooficializou a Língua Alemã em 2010, e posteriormente, em 2017, a Língua Pomerana; Antônio Carlos cooficializou o Hunsrückisch, em 2010; Nova Erechim cooficializou o Talian, em 2015; São João do Oeste cooficializou a Língua Alemã, em 2016; Ipumirim cooficializou o Hunsrück e o Talian, em 2020 e Rodeio cooficializou o Dialeto Trentino, em 2020. Todos os municípios realizaram o processo de legislação, alguns fizeram regulamentação e implementação das leis.

Apresentamos a Lei de SJO:

FLP 25(2)

LEI N.º 1.685/16, DE 12/07/2016.

DISPÕE SOBRE A CO-OFFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, submete para apreciação do Legislativo Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1.º - Fica instituída a língua alemã como idioma co-oficial no município de São João do Oeste, respeitando a língua portuguesa como o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Parágrafo Único - Será aceito o dialeto germânico “Hunsrück” para comunicação informal em todo o território municipal.

Este primeiro artigo segue o perfil de outras leis de cooficialização de línguas, apresentadas por Morello (2015), quando menciona que a Língua portuguesa é a língua oficial do Brasil, de acordo com o Artigo 13.º da Constituição Federal de 1988. O uso do termo “língua alemã” está em consonância com o Título de Capital Catarinense da Língua Alemã.

Percebe-se uma grande preocupação com a nomenclatura “Língua Alemã” usada no Título de Capital Catarinense ao comparar a lei de SJO com a Lei n.º

<sup>12</sup> Disponível em: <http://leismunicipa.is/ptoud>. Acesso: 21/03/2023.

<sup>13</sup> Destacamos que na lei no 1.685/2016 de SJO não existe uma uniformidade quanto ao uso de um termo para denominar a variedade que está sendo cooficializada, o que reproduzimos fielmente neste texto.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso: 02/02/2023.

132/2010<sup>15</sup> de cooficialização no município de Antônio Carlos - SC, esta que usa o termo *Hunsrückisch*. A lei de Antônio Carlos ressalta, no artigo 1.º, a língua portuguesa como o idioma oficial, e no parágrafo único institui “o Hunsrückisch como língua cooficial no Município de Antônio Carlos”. Denominar como “língua”, a fala presente no município, demonstra o prestígio, ou ao menos uma preocupação em atribuir prestígio, que a língua cooficializada possui.

Ademais, a lei de Antônio Carlos não usa termos como “variedade” ou “dialeto”, estando de acordo com Coseriu (1982), que postula que entre língua e dialeto não há diferença de natureza substancial. O que existe é uma diferença de status histórico (real ou atribuído): um “dialeto”, sem deixar de ser intrinsecamente uma “língua”, se considera como subordinado a outra “língua” de ordem superior.

Entretanto, na lei de SJO, há a diferenciação entre língua e dialeto. O parágrafo único da Lei n.º 1.685/2016 usa o termo “dialeto germânico ‘Hunsrück’”, o que demonstra a separação entre a língua alemã e a variedade falada no município, denominada como dialeto. O uso do termo dialeto não traz prestígio à variedade, visto que esse termo adquiriu um sentido pejorativo com o passar do tempo. Além disso, o fato de essa variedade ser aceita para a comunicação informal apenas, como prescreve a lei, demonstra que há diferenças entre a língua alemã e a variedade, o que de fato ocorre. O desprestígio fica evidente ao destinar apenas a comunicação informal para a variedade. Se a língua alemã é cooficial, e passa a ter o mesmo status da língua oficial (Oliveira, 2015), ela pode e deve ser usada na comunicação formal. Entretanto, isso não acontece, pois nem as publicações legais (como a própria lei) nem os discursos oficiais são na língua alemã, apenas na língua portuguesa.

Em seguida, percebemos a contradição entre os termos “co-oficial” e “secundária”, presente no artigo 2.º:

Art. 2.º - Serão observadas algumas questões em razão da instituição da língua alemã como co-oficial secundária:

- I. Incentivar o atendimento ao público na língua alemã, em especial para as pessoas que não tiverem o domínio da língua portuguesa;
- II. Estimular o aprendizado da língua alemã nas escolas da rede municipal, bem como sua utilização no atendimento aos turistas;
- III. Estimular o uso da língua alemã nas placas de sinalização de trânsito, em logradouros públicos e na identificação dos espaços públicos;
- IV. Incentivar o uso da língua alemã no comércio local, bem como, na identificação dos estabelecimentos comerciais do município.

Parágrafo Único - As pessoas jurídicas estabelecidas no município, poderão aplicar a presente lei, de acordo com seus interesses, para atendimento a seus clientes, inclusive em materiais publicitários.

No caput do 2.º artigo, o termo “secundária”, se torna desnecessário. Pois, valendo-se do mesmo argumento do artigo anterior, ao cooficializar uma língua, ela adquire o mesmo status da língua oficial. Contudo, pode haver aqui, a intenção de evidenciar e mostrar que o uso da língua cooficializada está em segundo plano, não devendo sobressair o uso da língua que está em primeiro lugar, no caso, o português.

Nos incisos, vemos o uso de verbos como “incentivar” e “estimular”, o que não torna obrigatória nenhuma ação concreta e obrigatória, tanto por parte da esfera

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.cmac.sc.gov.br/proposicoes/Leis-Legislativas/2010/1/0/241> Acesso: 03/10/2023.

pública quanto privada. Não houve publicação de uma lei de regulamentação da oficialização, que detalhe o que se entende por cooficialização e sobre a implementação da lei, como calendário gradual, metas e executores responsáveis, nem um planejamento orçamentário, ações consideradas essenciais por Oliveira (2015). No inciso I, é importante analisar qual âmbito envolve esse “atendimento”. Por exemplo, no setor público, são fornecidos ao cidadão documentos escritos no dialeto/variedade alemã quando solicitado ou o “atendimento” é no âmbito da oralidade?

No inciso II, há a referência sobre o estímulo do aprendizado da língua alemã nas escolas da rede municipal. De fato, o currículo da rede municipal apresenta uma aula semanal de língua alemã e inglesa na pré-escola e Ensino Fundamental. Porém, há grande preocupação da comunidade escolar sobre o real estímulo que essas aulas dão ao aprendizado, devido à ênfase no ensino da variedade padrão e à estigmatização da variedade minoritária. Já na rede estadual, a maior escola do município oferta apenas o ensino de língua inglesa no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, são ofertadas aulas de inglês e alemão. Entretanto, devido à falta de professores de língua alemã, as aulas de alemão acabam sendo lecionadas por professores de outras disciplinas, por exemplo, professora de inglês, como foi no início de 2022. Isso indica que políticas públicas de valorização da língua e formação de professores são necessárias, além da criação da lei.

A questão de como a educação formal lida com a presença de língua minoritária é muito importante. Como vimos, a escola é um instrumento chave na garantia ou não dos direitos linguísticos (Skutnabb-Kangas; Phillipson, 2017), uma vez que pode impor a assimilação da língua e cultura dominante. Neste caso, a lei por si, em seu texto, não orienta como proceder, muito menos conduzir o processo educativo para a inclusão eficiente da língua cooficializada. Muito pelo contrário, pois os fatos relatados mostram um caminho de inclusão forçada, o que podemos chamar de *in vitro*. Também nos questionamos sobre como é o tratamento dos alunos que chegam à escola falando apenas o Hunsrück.

Os incisos III e IV, assim como o final do inciso II, deixam evidentes que o interesse do uso da língua alemã é para fins de turismo e comércio. Pelo contexto dessa cooficialização, placas e nomes de estabelecimentos em alemão servem para quem não conhece a cidade se localizar, embora seja uma forma de fortalecer o prestígio da língua.

Art. 3.º - O uso da língua alemã, nos termos da presente lei, não poderá ensejar qualquer forma ou motivo de discriminação, tendo por finalidade única, preservar a cultura e a tradição alemã, herdada dos colonizadores de nossa região.

O artigo 3.º expressa claramente o que apresentamos e falamos sobre lingüicismo e lingüicídio. Subentende-se que, se o artigo trata de discriminação, essa ocorra ou possa ocorrer e como postulamos, falantes de línguas minoritárias tendem a sofrer com lingüicismo e até, lingüicídio. No Brasil, sem dúvidas, todas as comunidades de imigrantes e seus descendentes sofreram com o lingüicídio, principalmente durante a vigência do Decreto-Lei n.º 406, de 4 de maio de 1938, da Era Vargas, que proibiu o estudo e uso das línguas (Silva, 2021, p. 27). Onghero et al. (2017, p. 130) afirmam que as línguas italiana, alemã e japonesa foram proibidas de serem usadas durante a Segunda Guerra Mundial e apresentam relatos de pessoas que vivem no Oeste de Santa

Catarina que retratam o medo que os descendentes tinham de falar a variedade e as ameaças que recebiam caso se comunicassem usando suas línguas.

Há inclusive histórias de prisões que ocorreram quando se constatava o uso de uma língua diferente do português nas interações entre os descendentes. Um trecho do dia 19 de setembro de 1942, do diário da filha da pioneira Maria Rohde, moradora de Sede Capela, comunidade vizinha de SJO, ilustra as proibições e medos da época: “Cartas, quase não chegam mais ou não saem daqui. A situação fica cada vez mais assustadora. Agora fomos proibidos de escrever cartas em alemão e tudo passa pela censura” (Rohde, 2011, p. 251). Pelo texto da lei, acreditamos que os fatos do passado ainda interferem na vida dos falantes do Hunsrück.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste, 12 de julho de 2016.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

O artigo 4.º finaliza a lei pondo-a em vigor. Ela é uma grande iniciativa no que tange à política linguística *in vivo*, pois como vimos, foi uma iniciativa que partiu da comunidade que usa a variedade. Contudo, a lei contempla questões linguísticas, muito mais voltadas para o campo do turismo do que de direitos linguísticos e como política eficiente de manutenção e preservação linguística, o que deveria ser o objetivo principal da lei. O fato de a lei não mencionar o termo “língua materna”, compromete sua relação e compromisso com os direitos linguísticos, que como vimos estão relacionados à(s) língua(s) materna(s), e nos leva a crer, que não se buscou o estudo da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

Nos artigos 1.º e 2.º, os termos “dialeto” e “secundário” indiretamente rebaixam a condição linguística do Hunsrück para um segundo plano. Ou seja, a própria lei cria, ou reflete, uma condição de linguicismo. Os incisos do artigo 2.º não geram comprometimento por parte do poder público, apenas sugerem algumas ações muito rasas. No que diz respeito à educação, a lei está longe de garantir a oferta e o ensino de qualidade da língua cooficializada, nem dá subsídios sobre o caminho adequado a ser seguido, ou a como realizar a construção dele. O artigo 3.º manifesta toda a história de discriminação e preconceito sofrida pelos falantes e revela que muito tem a ser feito neste sentido.

Apesar de ser considerada uma política linguística, se a lei não for pensada, estudada e analisada, ela deixa de cumprir seu objetivo que é garantir o direito de seus falantes de se expressarem como e quando quiserem, especialmente na sua língua materna, que difere da portuguesa, não por um interesse turístico apenas, mas para garantir sua manutenção e preservação, evitando assim, situações de linguicismo e até mesmo linguicídio. Dessa forma, reconhecemos a sua importância, mas deixamos a sugestão, para que esta, e tantas outras leis de cooficialização, sejam aprimoradas e que o projeto de fato seja posto em prática e deixem de ser leis “tímidas” como bem coloca Rodrigues (2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vistas a cumprir com o objetivo geral, ou seja, de apresentar os conceitos de linguicídio e linguicismo com premissa nos direitos linguísticos, e relacioná-los com

a Lei de cooficialização do alemão no município de SJO, percebemos que várias foram as ações em relação à variedade Hunsrückisch no território de SJO: a exigência da descendência alemã para os compradores de terras nos anos de 1920 a 1950, a proibição do seu uso durante a Era Vargas, a diminuição do uso devido à vinda de pessoas que não a conhecem depois da década de 70, a obtenção do título de Capital Catarinense da Língua Alemã em 2008, o decreto de 2009 que a instituiu como o “dialeto oficial” durante a Semana Alemã e a lei de cooficialização de 2016. Toda essa história e aspectos, como expomos, estão atrelados aos direitos linguísticos, ao linguicismo e ao linguicídio, conceitos importantes apresentados neste estudo.

O que fica claro é que a lei de cooficialização de SJO foi criada com a finalidade de mostrar aos de fora que ali se fala a língua alemã e preservar o codinome/adjetivação, ou seja, propõe-se uma política linguística que não é voltada aos falantes, e que produz poucas ações de revitalização ou manutenção linguística. Talvez por falta de orientação, ela carregue mais pontos que exemplificam o linguicismo, quando o contrário deveria ocorrer, pois, da forma como a lei está redigida, ela não assegura o cumprimento dos direitos linguísticos dos falantes da língua minoritária, no caso, o Hunsrückisch.

Podemos sugerir que o respaldo de instituições de ensino superior, nas quais são realizadas pesquisas voltadas a este tema, ou de pesquisa, como o IPOL<sup>16</sup>, é imprescindível para a elaboração de uma lei de cooficialização. Além da colaboração na redação das leis, essa parceria contribui para o planejamento de formas de sua concreta implementação junto aos falantes.

Aos falantes da língua alemã de SJO, a alternativa seria aperfeiçoar a lei já existente, adicionando elementos que sejam, de fato, aplicáveis pela comunidade, além de efetivos no que interessa aos direitos linguísticos, buscando respaldo em estudos, como este, que podem nortear a própria comunidade em como pôr a lei em prática evitando que o falante passe por situações de preconceito e discriminação, que se acentuados, podem levar ao linguicídio do Hunsrück em SJO.

## REFERÊNCIAS

- Altenhofen CV. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. *Revista de Letras Norte@mentos*. 2013;6(12):19-43. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/view/1216/860>.
- Altenhofen CV, Morello R, et al. *Hunsrückisch: inventário de uma língua do Brasil*. Florianópolis: Editora Garapuvu; 2018.
- Antônio Carlos. Lei n.º 132, de 1 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a co-oficialização da língua Hunsrückisch no Município de Antônio Carlos. [citado 21 mar. 2023]. Disponível em: <https://www.antoniocarlos.sc.gov.br/legislacao/index/detalhes/codMapaItem/33804/codNorma/2987>.
- Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Diário da Assembleia 28 de fevereiro de 2008. Projeto de Lei n.º 38/2008. [citado 23 mar. 2023]. Disponível em: <https://www.ale.sc.gov.br/diarios/pdf/5857dia.pdf>.
- Bessa Freire JR. Da língua geral ao português: para uma história de usos sociais das línguas na

<sup>16</sup> O IPOL é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter cultural e educacional, fundada em 1999, que identifica e coloca-se a serviço das comunidades linguísticas que formam o Brasil, oferecendo assessoria técnica às suas demandas políticas, além de elaborar e executar ações para a promoção de línguas ou da diversidade linguística. Disponível em: <http://ipol.org.br/sobre-o-ipol/>.

- Amazônia. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Letras; 2003. [citado 4 abr. 2023]. Disponível em: [http://etnolinguiistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Abessa-freire-2003/bessa\\_freire\\_2003.pdf](http://etnolinguiistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Abessa-freire-2003/bessa_freire_2003.pdf).
- Calvet L. Sociolinguística: uma introdução crítica. Marcolino M, tradutor. São Paulo: Parábola; 2002.
- Coseriu E. Sentidos y tareas de la dialectología. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, Centro de Linguística Hispánica; 1982.
- Coseriu E. “Língua histórica” e “dialeto”. Grimm CF, tradutora. Cadernos de Tradução. 2017 jan./jun. [1980];40:9-27. [citado 3 out. 2023]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/175206>.
- Dreher M. Os 180 anos da imigração alemã. In: Arendt IC, Witt MA. História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Westfália/RS. São Leopoldo: Oikos; 2005. p. 11-31.
- Horst C, Krug MJ. Desafios de uma educação plurilinguística em um país que se diz monolíngue: um estudo de caso. Linguagem e Ensino. 2020;23(4):1274-1296. [citado 7 mar. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/18946>.
- Jungblut R. Porto Novo: um documentário histórico. Porto Alegre: Letra Viva; 2011.
- Machlum B. Language and social spaces. In: Auer P, Schmidt J. Language and space. An international handbook of linguistic variation: theories and methods. Berlin, New York: De Gruyter; 2010. p. 18-32.
- Middeldorf K. Siedlung für Deutschsprachende Katholiken am Uruguaifluss im staate Santa Catarina in Brasilien – kolonisation des volkesvereins für die deutschen katholiken in Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Centro; 1932.
- Morello R. O Brasil multilíngue. In: Morello R., organizador. Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL; 2015. p. 69-80.
- Oliveira GM. A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. In: Morello R, organizador. Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades. Florianópolis: IPOL; 2015. p. 23-30.
- Oliveira GM, Altenhofen C. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: Mello H, Altenhofen C, Raso T, organizadores. Os contatos linguísticos no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2011.
- Onghero AL, et al. Nos primeiros tempos... cotidiano dos colonizadores em Chapecó. In: Carbonera M, et al., organizadores. Chapecó 100 anos: histórias plurais. Chapecó: Argos; 2017. p.107-135.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. 1948 [citado 5 out. 2022] Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. 1996 [citado 5 out. 2022]. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf).
- Raso T, Mello H, Altenhofen C. Os contatos linguísticos e o Brasil: dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. In: Mello H, Altenhofen C, Raso T, organizadores. Os contatos linguísticos no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2011.
- Rodrigues FC. A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. Línguas e Instrumentos Linguísticos. 2018;42 jul./dez.:p. 33-56.
- Rohde MW. A herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e editora Porto Novo; 2011.
- Santa Catarina. Lei n.º 14.467, de 23 de julho de 2008. Concede ao Município de São João do Oeste o título de Capital Catarinense da Língua Alemã. ALESC/Coord. Documentação. [citado 21 mar. 2023]. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14467\\_2008\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14467_2008_Lei.html).
- Santa Catarina. Lei n.º 16.722, de 8 de outubro de 2015. Consolida as leis que conferem denominação adjetiva aos municípios catarinenses. [citado 21 mar. 2023] Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-16722-2015-santa-catarina-consolida-as-leis-que-conferem-denominacao-adjetiva-aos-municipios-catarinenses>.
- São João do Oeste. Decreto n.º 83/09 de 12/06/2009. Institui a Semana Alemã, com o uso da língua

alemã no dialeto Hunsrück no município e dá outras providências. [citado em 21 mar 2023]  
Disponível em <http://leismunicipa.is/0318z>

São João do Oeste. Lei n.º 1685, de 12/07/2016. Dispõe sobre a co-oficialização da língua alemã no município de São João do Oeste e dá outras providências. [citado 21 mar. 2023]. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ptoud>.

Silva O. De línguas minorizadas dos núcleos de imigrantes a disciplinas escolares da Educação Básica: o ensino de línguas alóctones nas redes públicas estaduais sob a perspectiva glotopolítica. In: Cotinguiba MLP, Tondineli PG, organizadores. Contextos de aprendizagem e de descrição de línguas autóctones e alóctones. Porto Velho: Coleção Pós-Graduação da UNIR – EDUFRO; 2021.

Skutnabb-Kangas T. Direitos humanos linguísticos na educação para manutenção da língua. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*. 2019;5(2):25-39.

Skutnabb-Kangas T, Phillipson R. Linguicide and linguisticism. In: Phillipson R, Skutnabb-Kangas T. *Papers in European language Policy*. ROLIG papir 53. Roskilde: Roskilde Universitetscenter Lingvistgruppen; 1995. p. 83-91.

Skutnabb-Kangas T, Phillipson R. Linguistic human rights, past and present. In: Skutnabb-Kangas T, Phillipson R, editores. *Language Rights*. London, New York. Series Critical Concepts in Language Studies. 4 volumes. In: *Language rights: principles, enactment, application*; 2017. Vol. 1. p. 28-67. Series Critical Concepts in Language Studies. 4 volumes.

FLP 25(2)

## A toponímia italiana do Oeste de Santa Catarina: um estudo relacional dos nomes de lugares e a (i)migração

### *Italian toponymy in the west of Santa Catarina: a study of place names and their relationship with (i)migration*

Fernando Hélio Tavares de Barros\*

*Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil*

Marcelo Jacó Krug\*\*

*Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil*

**Resumo:** A relação do nome como a história, a língua e a identidade de um povo é interesse basilar da Onomástica. O presente estudo se guia por esse caminho e tem por objetivo verificar no Oeste de Santa Catarina, “le terre nuove”<sup>1</sup>, marcas da identidade italiana em sua toponímia mais rural, considerando nuances da variação, da mudança, da manutenção e da perda dos nomes dentro da história de migração de um dos grupos povoadores dessa região: os ítalo-gaúchos. Para tanto, foram analisados 342 topônimos de um total de 3.826 nomes de lugares recolhidos para o *Corpus Toponímico do Oeste de Santa Catarina* (COTOPOESC), advindos de mapas oficiais do IBGE. A metodologia adotada é a de Dick (1990), uma vez que se trata da taxonomia mais adequada para a realidade brasileira. Para a análise e classificação das formas toponímicas, o estudo consultou diferentes obras lexicográficas e estudos pontuais da Italianística brasileira. A maioria dos 342 topônimos é composta por antropotopônimos (nomes de pessoas, principalmente de famílias) e hagiopotônimos (nomes de santos). O estudo conclui que os sobrenomes e o catolicismo de devoção italiana são as características mais representativas dessa toponímia.

**Palavras-chave:** Toponímia italiana. Nomes de lugares e imigração. Oeste de Santa Catarina.

**Abstract:** The relationship between names and the history, language and identity of a people is a basic interest of contemporary Onomastics. This study is guided by this principle and aims to visualize the marks of Italian identity within the rural toponymy in the west of Santa Catarina. The study considered nuances of variation, modifications, maintenance and loss of names within the migration history of one of the groups that settled in this region: the Italo-Gauchos. Therefore, 342 toponyms were analyzed from a total of 3.826 place names collected for the *Toponymic Corpus of the West of Santa Catarina* (COTOPOESC),

---

\* Doutor em Letras/Filologia Românica pela Universität Bremen (UB), Pós-doutorando no PPGEU-UFFS (Campus Chapecó - SC) com bolsa CAPES (PDPG); [fernando.helio@unemat.br](mailto:fernando.helio@unemat.br)

\*\* Doutor em Letras/Filologia Românica pela Christian-Albrecht Universität zu Kiel (CAU), Prof. Associado na UFFS (Campus Chapecó - SC); [marcelokrug@uffs.edu.br](mailto:marcelokrug@uffs.edu.br)

<sup>1</sup> É com essa denominação - *le terre nuove* - que os nonos e nonas da RCI (Região Colonial Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul) se referem às colônias novas para onde foram muito dos parentes que não regressaram. (Fonte: Caderno de viagem de campo de Fernando Hélio Tavares de Barros a Antônio Prado, RS, novembro de 2023).

from official IBGE maps. The methodology adopted is that of Dick (1990), since it is the most appropriate taxonomy for this specific dataset. In order to analyze and classify the toponymic forms, the study considered different lexicographical works and specific studies of Brazilian Italianistics. Most of the 342 toponyms are anthropotoponyms (i.e. names of people, mainly surnames) and hagiotoponyms (i.e. names of saints). The study concluded that surnames and Italian devout Catholicism are the most representative characteristics of this toponymy.

**Keywords:** Italian toponymy. Placenames and immigration. West of Santa Catarina.

## 1 INTRODUÇÃO

Migram os homens, migram as suas línguas e seus nomes. Essa premissa considera que denominar lugares, seres, pessoas, entre outros, é uma atividade significativa do ser humano, “complementar, muitas vezes, do perfeito entendimento da realidade circundante” (Dick, 1990, p. 29). Em particular, o nome de lugar, doravante topônimo, revela inúmeras relações com o modo de ser e de viver do denominador. No caso de milhares de italianos que aportaram em terra brasileira, os nomes trazidos e usados nas denominações geográficas em que se assentaram revelam, além de uma tradição denominativa, a identidade de um povo, os projetos de vida, os sonhos e a esperança daqueles que os fizeram ressurgir na pátria de adoção<sup>2</sup>.

Esse trabalho tem como propósito descrever e analisar o patrimônio toponímico do Oeste de Santa Catarina, que possui laços com a identidade e a história de imigração italiana e seus descendentes. Para tanto, foram usados dados do *Corpus Toponímico do Oeste de Santa Catarina*, doravante COTOPOESC, no qual foram identificadas 342 formas toponímicas dentro de um número de 3.826 nomes de lugares recolhidos de mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010 e 2020).

Os dados considerados nesse trabalho foram comparados com os de outro corpus, o *Corpus Toponímico do Rio Grande do Sul* (COTOPORS)<sup>3</sup>. Além disso, foram considerados como material de consulta e comparabilidade as teses e dissertações desenvolvidas dentro do grupo de Vitalina Maria Frosi, Carmen Maria Faggion e Giselle Olívia Mantovani Dal Corno na Universidade de Caxias do Sul - RS.

O propósito da comparação dos dados vai de encontro com o objetivo de observar tendências, mudanças ou conservações de formas denominativas na realidade toponímica do Oeste de Santa Catarina, uma vez que o processo histórico de colonização como frente de expansão agrícola nessa região tem fortes laços com a terra de origem da maioria de seus povoadores, o Rio Grande do Sul.

Com o objetivo de guiar o leitor, para além da introdução, esse trabalho possui mais quatro partes: 1) o contexto histórico e a toponímia do Oeste de Santa Catarina;

<sup>2</sup> Trecho baseado na reflexão de Frosi, Faggion e Dal Corno (2008) “i nomi trapiantati in tale area brasiliana rivelano anche l'identità e i progetti di vita, i sogni e le speranze di coloro che li fecero risorgere nella patria di adozione” (Frosi; Faggion; Dal Corno, 2008, p. 405).

<sup>3</sup> Corpus que soma aproximadamente 13 mil nomes de lugares do Rio Grande do Sul recolhidos de mapas do IBGE 2010 de municípios de quatro regiões intermediárias (Caxias do Sul, Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Lajeado) e organizados pelos pesquisadores Fernando Hélio Tavares de Barros e Lucas Löff Machado.

2) os aspectos metodológicos e a apresentação dos dados; 3) a análise dos dados e 4) as considerações finais, seguida das referências bibliográficas.

## 2 O CONTEXTO HISTÓRICO E A TOPONÍMIA DO OESTE DE SANTA CATARINA

O Oeste Catarinense é uma região composta por montanhas, vales e campos encravados entre os estados do Paraná, ao norte, e o Rio Grande do Sul, ao sul, e a Argentina na sua fronteira mais oeste. Essa região é banhada por vários rios de grande extensão, cujo maior deles é o Rio Uruguai.

É conhecido o fato de essa região, historicamente, ser o território dos povos Kaingang e Guarani. No caso dos Kaingang, sabe-se que muitos nomes de lugares que tinham origem na língua desse povo foram substituídos por outros. É o caso do Rio Uruguai, outrora *Góyo-en*<sup>4</sup> e do Rio do Peixe, anteriormente *Góyo kuprí* (Schaden, 1938). Outros nomes kaingangs se mantiveram na toponímia, entre eles *Chapecó*<sup>5</sup> [de *Xa* port. 'cachoeira' + *embetkó* port. 'modo de caçar ratos à noite com fachos']<sup>6</sup> (Schaden, 1938) e sua variante híbrida *Chapecozínho* [hidrônimo], além da forma *Xanxerê*<sup>7</sup> [de *Xanxe* port. 'cascavel' + *rê* port. 'campo'] (Schaden, 1938) e *Xaxim* [de *Xa* port. 'cachoeira' + *xim* port. 'pequena'] (Schaden, 1938), esse último denominando um rio e um município. Os nomes do tupi e guarani são bem mais abundantes, aparentemente, e estão espalhados por toda a referida área geográfica, denominando cidades, como *Cunhaporã* [de *kuña* port. 'mulher' + *porã* port. 'bonita'] (Navarro, 2013), rios: *Peperiguaçu* [de *Peperi*<sup>8</sup> port. 'juncal' + *guaçu* port. 'grande'] (Furtado, 1969), entre outros elementos geográficos, levando, principalmente nomes autóctones de plantas (*Sanga Araçá*; *Linba Gabiroba*, etc.) e animais (*Sanga Macuco*; *Lajeado Jataí* etc.). Cabe mencionar que boa parte desses nomes certamente não foram atribuídos pelos indígenas e sim pelos povoadores da fronteira agrícola.

Conforme Ruscheinski (1996), no final do séc. XVIII se inicia a definição dos limites geográficos entre o Brasil e a Argentina, concomitantemente ao estabelecimento das fronteiras entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É nesse momento que o “homem branco” vindo das áreas mais antigas de colonização luso-brasileira (RS, PR e leste de SC) entra em conflito com as populações indígenas locais

<sup>4</sup> No entanto, esse nome denomina duas localidades à beira do Rio Uruguai uma do lado sul-rio-grandense e a outra do lado catarinense.

<sup>5</sup> Denomina um rio e um município no Oeste de SC.

<sup>6</sup> “Diz Telemaco Borba que os Kaingang acharam semelhança entre as pescarias de cascudos no Rio Chapecó e a caça feita, de noite, aos ratos, explicando assim a origem do nome” (Schaden, 1938, p. 30). Cabe mencionar ainda que há outras propostas para explicar a origem desse nome. Na descrição etimológica de Chapecó presente no portal IBGE Cidades encontra-se a seguinte passagem: “Chapecó é palavra de origem Kaingang com várias interpretações: ‘chapadão alto’, ‘chapéu feito de cipó’ e ‘põe no chapéu’ para nativos da língua. Segundo pesquisas feitas pelo Dr. Selistre de Campos, a palavra origina-se dos termos ‘echa’ + ‘apê’ + ‘gô’, que na língua dos nativos significa ‘donde se avista o caminho da roça’. Tal qual diz Vicenzi (2008). Na descrição etimológica de Chapecó presente no portal IBGE Cidades encontra-se a seguinte passagem: “Chapecó é palavra de origem Kaingang com várias interpretações: ‘chapadão alto’, ‘chapéu feito de cipó’ e ‘põe no chapéu’ para nativos da língua. Em uma conversa informal com um morador da Terra Indígena Kaingang de Iraí - RS, ele disse que *Chapecó* significa ‘chapéu feito de cipó’. (Caderno de viagem de campo de F. H. Tavares de Barros, Iraí - RS, 28 de janeiro de 2024).

<sup>7</sup> Denomina um município no Oeste de SC.

<sup>8</sup> Na proposta de Sampaio (1987), *Pipír-y* é denominação para “a água ou rio de ferver; a água borbulhenta ou cheia de fervuras” (p. 301).

para iniciar as suas primeiras atividades produtivas. Assim, o comércio da madeira e a exploração extensiva dos campos gerais por meio da pecuária e a criação de porcos<sup>9</sup> passam a ser a atividade mais presente nessa porção geográfica, visto que havia ali abundância de pinhais. Segundo o referido autor (1996), é nesse período que se inicia a chegada de especuladores de terras provenientes de São Paulo e Paraná<sup>10</sup>, trazendo para o interior catarinense a contribuição da cultura caipira, ou seja, luso-brasileira<sup>11</sup> de origem paulista na toponímia regional. Uma das personagens desse contributo é a da abastada fazendeira Francisca de Paula Souza Queiroz, conhecida pelo título de “baronesa de Limeira” [relativo a Limeira - SP] (Vicenzi, 2008), cujo topônimo *Linha Baronesa de Limeira* (localidade rural de Chapecó - SC) certamente surgiu em sua homenagem.

Junto com os paulistas veio a devoção à Nossa Senhora Aparecida<sup>12</sup>, à imagem da virgem Maria de cor preta e de manto azul retirada em 1717 das profundezas do Rio Paraíba do Sul por três pescadores. Segundo Poel (2013), tratava-se da imagem de N. S. da Conceição sem a cabeça. O nome dessa virgem é muito abundante na toponímia do Oeste Catarinense, contabilizando 28 ocorrências. Isso revela um *continuum* de uso no espaço toponímico de São Paulo e Minas Gerais<sup>13</sup> até Santa Catarina, visto que no Paraná é o nome de Nossa Senhora mais abundante, segundo os dados de Ananias (2020). Também cabe mencionar a presença de todo um léxico toponímico relacionado ao tropeirismo e à cultura cabocla de raízes sul-rio-grandense<sup>14</sup>. É o caso, por exemplo, dos hispanismos integrados ao português *Passo*, *Sanga*<sup>15</sup> e *Rincão*<sup>16</sup> na condição de elementos genéricos.

Após o período de contestação e posição de acordo com a Argentina<sup>17</sup>, o Oeste Catarinense se torna uma região de chegada de um enorme contingente populacional, principalmente a partir de 1930, de descendentes de italianos, alemães e poloneses

<sup>9</sup> É bem provável que os topônimos *Lajeado dos Porcos* (um em Bandeirante - SC, outro em Abelardo Luz - SC e um último em Ipira - SC), *Sanga dos Porcos* (Nova Itaberaba - SC), *Região dos Porcos* (São Miguel do Oeste - SC), *Córrego dos Porcos* (Ouro Verde - SC) tenham suas raízes nesse passado.

<sup>10</sup> Cabe mencionar que o Paraná só se emancipa da Capitania de São Paulo em 1853. (Cardoso; Westphalen, 1986).

<sup>11</sup> Usamos a definição de Darcy Ribeiro (1995) e também de Filipak (2002) que caracteriza o caipira como “o descendente do indígena e do português” próprio da cultura surgida no mundo rural de São Paulo. O termo também é usado como sinônimo de *matuto*, *caboclo*, *capiau*, *jeca*, *tabaréu*, *sertanejo* (Borba, 2002).

<sup>12</sup> Ela é também conhecida nos rincões mais remotos do Estado de São Paulo como Nossa Senhora da Capela (Poel, 2013).

<sup>13</sup> Segundo Carvalho (2014), N. S. Aparecida é o nome de santa mais ocorrente na toponímia mineira.

<sup>14</sup> Conforme Marquetti e Silva (2015), inicialmente, o termo *caboclo* foi usado para denominar o indígena que ocupava as terras do interior do Brasil ou para designar o ‘homem do mato’. Em seguida, o termo passou a ser empregado para se referir ao mestiço do português e espanhol com o indígena ou o africano. “O caboclo é um dos habitantes das fronteiras do sul do Brasil, que aí vive desde o período anterior à chegada dos colonizadores de origem européia, sobretudo italianos, alemães e poloneses”. (idem, 2015, p. 109).

<sup>15</sup> Com raízes no hisp. *zanja* (ver Aulete Online; ERA).

<sup>16</sup> “lugar retirado ou oculto, recanto’ XVI, *rancon* XIII / Do cast. *rincón*, anteriormente *rancón*, deriv. do ár. vulg. *rukún* (cláss. *Rukn*)” (Cunha, 2007, p. 685).

<sup>17</sup> “As terras da região Oeste de Santa Catarina e Paraná, embora de posse pelo Brasil, eram contestadas pela Argentina, até a assinatura do acordo de 1895. A solução desse conflito foi mediada pelo presidente Cleveland dos EUA” (Ruscheinski, 1996, p. 163).

vindos do Rio Grande do Sul. Essa chegada, assim como contextualiza Radin (2015), é motivada pelas dificuldades advindas do crescimento demográfico; pela falta de oferta de lotes que impulsionava a demanda de terras nas fronteiras agrícolas que iam se abrindo; pelo esgotamento da terra que se agravava pela falta de técnicas de recuperação de solos; entre outras razões que tornaram difícil a subsistência dos colonos no Rio Grande do Sul. É nesse momento que é transplantado para o Oeste de Santa Catarina um modelo de minifúndio (pequenas propriedades rurais) que se baseia na pequena exploração agrícola, ou seja, uma “atividade agrícola desenvolvida na base da policultura e da pequena produção de caráter mercantil” (Ruscheinski, 1996, p. 163).

Portanto, o tipo de divisão territorial formado pelas estradas que interligam os minifúndios aos pequenos aglomerados urbanos é replicado do Rio Grande do Sul (RS) para o Oeste Catarinense. Contudo, os dados reunidos para COTOPOESC apontam um empobrecimento na terminologia usada nas denominações de elementos genéricos para as estradas rurais. Denominações como “travessão” e “picada”, comuns no RS para denominar estradas rurais, foram pouco encontradas no contexto Oeste de Santa Catarina. O termo mais comum para tal elemento geográfico é “linha”.

Após o assentamento do luso-brasileiro, a chegada de outro contingente alóctone no Oeste Catarinense, dessa vez composto, principalmente, por povoadores de origem alemã, italiana e eslava, vai produzir uma nova camada no tesouro toponímico dessa região. Nela, os dados do COTOPOESC apontam que o elemento italiano é o preponderante, seguido do alemão e, minoritariamente, do eslavo. Os dados recolhidos resultaram em 342 nomes de lugares com palavras do italiano (italianismos) ou relacionados à história da imigração italiana encontrados; 75 topônimos com palavras do alemão ou relacionados à história da imigração alemã; e, de 8 denominações de origem eslava ou relacionados à imigração eslava, principalmente, polonesa.

Na contemporaneidade, o Oeste de Santa Catarina passa pelo processo de formação de novas camadas linguísticas em sua toponímia, principalmente em contexto urbano, uma vez que chegaram nos últimos 20 anos muitos imigrantes vindos do Haiti, da África (Senegal, Congo, etc.) e por último da Venezuela. Porém, se trata de uma contribuição de estrato toponímico muito recente e que é perceptível apenas na microtoponímia, principalmente em nomes de comércios<sup>18</sup>.

Apesar dos inúmeros interesses que esses dados podem despertar, nos concentramos nesse estudo à macrotoponímia, ou seja, os nomes de lugares de origem italiana de contexto mais rural que urbano. Na seção seguinte, se encontram os aspectos metodológicos adotados nesse trabalho e a apresentação dos dados selecionados.

### 3 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O estudo do nome de lugar é interesse particular da Onomástica. Essa ciência se ocupa em investigar fenômenos e aspectos relacionados ao nome próprio. A maioria

---

<sup>18</sup> Salta aos olhos a presença de pequenos estabelecimentos que vendem empanadas venezuelanas, principalmente, no terminal de ônibus urbanos de Chapecó. Há vários anúncios de estabelecimentos de venezuelanos em grupos de plataformas de redes sociais. No caso dos haitianos, as pequenas lojas de produtos de beleza e de corte e penteado à moda africana.

das investigações feitas nessa área se atentou a dois grandes tipos de nomes próprios: os nomes de pessoas (Antroponímia) e os nomes de lugares (Toponímia). Contudo, a Onomástica não se limita a esses dois ramos de interesse, ela também se ocupa de outras classes de nomes, como é o caso dos nomes de animais, de comércios e marcas comerciais, de astros, entre outros.

No que tange o estudo da toponímia no Brasil, a metodologia de classificação dos nomes mais utilizada é a de Dick (1990), uma vez que é a mais apropriada para a realidade brasileira. Por essa razão adotamos esse sistema taxonômico para analisar o nosso corpus. Cabe mencionar que o modelo de Dick (1990) teve contribuições posteriores, como a de Isquerdo (1996) na classe dos animotopônimos.

A italianística brasileira produziu, até o momento, poucos trabalhos na área de Onomástica. Em particular sobre a toponímia de origem italiana, a maioria das pesquisas se encontra no repositório de teses e dissertações<sup>19</sup> da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e pertencem ao grupo de orientação das professoras eméritas Vitalina Maria Frosi, Carmen Maria Faggion e Giselle Olívia Mantovani Dal Corno. Esse conjunto de estudos foi muito bem descrito no trabalho de Eckert (2020) e são de imensa importância para comparabilidade com os nossos dados. Fora do contexto da serra gaúcha, se encontram os trabalhos de Cordeiro, Lourenço e Cunha (2021) sobre o modificador 'novo' na toponímia italiana do Brasil; o de Beloni e Borstel (2016) sobre a toponímia italiana no contexto urbano de Cascavel-PR; o de Filgueiras (2011; 2016) sobre a toponímia italiana na cidade de Belo Horizonte e o de Tavares de Barros, Löff Machado e Philippsen (2018) sobre sobrenomes italianos em nomes de fazendas em Sorriso - MT, município de colonização ítalo-gaúcha no Norte de Mato Grosso.

A recolha dos dados que compôs o *Corpus Toponímico do Oeste de Santa Catarina* (COTOPOESC) foi feita por meio da consulta de mapas municipais do IBGE. Isso significa que a maioria dos topônimos recolhidos é de localidades rurais, da macrotoponímia do Oeste Catarinense, visto que pouco da microtoponímia (referente à zona urbana) constava nos mapas oficiais do IBGE. A região selecionada diz respeito à Região Geográfica Intermediária de Chapecó, que popularmente é conhecida como Oeste Catarinense e reúne 109 municípios, distribuídos em sete regiões geográficas imediatas: 01. Chapecó; 02. Joaçaba-Herval d'Oeste; 03. São Miguel Oeste; 04. Concórdia; 05. Xanxerê; 06. Maravilha; 07. São Lourenço do Oeste. Para esse estudo, apenas a região imediata de Joaçaba-Herval d'Oeste não foi considerada, pois os dados dessa região ainda não foram recolhidos e organizados. Portanto, só foram levantados dados, até o momento, de 91 municípios.

O procedimento da recolha dos nomes foi manual. Num arquivo Word foi feito uma coluna para cada município e dentro dela foram transliterados em formato de lista os nomes encontrados no mapa. Para cada tipo de elemento geográfico foi criado um código abreviatura, o que facilitou na contagem total das formas toponímicas recolhidas para o corpus. A grafia encontrada nos mapas foi conservada na transposição do nome para a lista. Em seguida, cada nome encontrado recebeu uma ficha toponímica, na qual se reúnem informações sobre a etimologia do nome, a

<sup>19</sup> Nos referimos aos trabalhos de Baretta (2012); Cioato (2012); Bertolletti (2016); Dal Pizzol (2014); Misturini (2014; 2018); Sartori (2010); Silva (2011) e o de Pegoraro (2013). Esse último, no entanto, trata da toponímia da Quarta Colônia Italiana, que se encontra fora da RCI.

variação gráfica, a localização geográfica, a motivação, a classificação e as informações enciclopédicas, como por exemplo, os dados históricos.

No tópico seguinte, se apresenta a natureza dos dados considerados e uma breve análise dos aspectos encontrados.

#### 4 CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS DA TOPONÍMIA ITALIANA NO OESTE DE SANTA CATARINA

Do total de 342 topônimos recolhidos para o corpus do COTOPOESC classificados como relacionados à língua e a história da imigração italiana, temos 264 antropotopônimos; 60 hagiopotônimos; 14 animotopônimos; 2 hierotopônimos; 1 geomorfotopônimo; 1 etnotopônimo.

A classe mais abundante é a dos antropotopônimos. Na maioria dos casos, compostos por sobrenomes de famílias. Nos estudos toponímicos na RCI, essa taxa toponímica é também a mais abundante no estudo de Baretta (2012), Bertoletti (2016) e Frosi (2010). Segundo Frosi (2010) há, “na cultura italiana, uma tendência a privilegiar os nomes de pessoas, talvez, como forma de preservar na memória, através dos hodônimos, aquelas vidas que o silêncio envolveu” (p. 70). Uma das explicações aventadas por Frosi (2010) é o entendimento que os acontecimentos de cunho histórico e político no contexto brasileiro que acarretaram numa coibição de “manifestações linguístico-culturais italianas, com reflexos nas denominações dos logradouros” (p. 70). Nesse contexto, a autora salienta, que no caso de nomes de ruas de Caxias do Sul, “as ruas que tinham nomes italianos de lugares tiveram suas denominações suprimidas e substituídas por nomes luso-brasileiros. Como solução, os italianos passaram a atribuir aos logradouros nomes de pessoas” (p. 70).

Com o auxílio das obras lexicográficas que tratam especificamente da descrição dos sobrenomes italianos, nomeadamente, os dicionários de Caffarelli e Marcato (2008); De Felice (1986); Mioranza (1997) e Francipane (2005) foi possível classificar e encontrar cada forma toponímica que, num primeiro olhar, aparentava ser um antropônimo. Em alguns casos, também foram consultados o *Dizionario di Toponomástica* de Queirazza et al. (1997) que trata dos nomes de lugares da Península Itálica, o dicionário de sobrenomes brasileiros de Guérios (1994) e outros dicionários de sobrenomes de outras nacionalidades.

Na tabela seguinte se encontram os 264 antropotopônimos encontrados no corpus desse estudo.

Tabela 1 – Antropotopônimos.

Formas toponímicas
<i>Linha Acordi</i> (Lindóia do Sul - SC); <b>Adelino Frigo</b> (Descanso - SC); <i>Linha Adolfo Zinguelli</i> (Bandeirante - SC); <i>Linha Adolfo Ziqueli ou Zigueler</i> (Paraíso - SC); <i>Linha Andreola</i> (São Domingos - SC); <i>Linha Antonioli</i> (Irani - SC); <b>Ari Lunardi</b> (Bairro de Xaxim - SC); <i>Fazenda Alberti</i> (Marema - SC); <b>Anita Garibaldi</b> (Xaxim - SC); <i>Prop. de Antônio Sorgatto</i> (Cordilheira Alta - SC); <i>Linha Baesso</i> (Serra Alta - SC); <i>Linha Bambi</i> (Cunha Porã - SC); <i>Linha Balbinot</i> (Seara - SC); <i>Linha Baron</i> (Bom Jesus do Oeste - SC); <i>Sítio Barichelo</i> (Abelardo Luz - SC); <i>Linha Batistello</i> ou <b>Bastistelo</b> (Chapecó - SC); <i>Linha Bedin</i> (Ipumirim - SC); <i>Linha Benedetti</i> (Ouro Verde - SC); <i>Linha Berganini</i> (Quilombo - SC); <i>Linha Bernardi</i> (Seara - SC); <i>Linha Bernardi</i> (São Domingos - SC); <i>Linha Bertier</i> ou <i>Linha Berthier</i> (São Domingos - SC); <i>Linha Bessegatto</i> (São Lourenço do Oeste - SC); <i>Linha Bettu</i> (Guatambu - SC); <b>Bianchi</b> (São Lourenço do Oeste - SC); <b>Bianqueto</b> (Serra Alta - SC); <i>Linha Biasi</i> (Sul Brasil - SC); <i>Linha Biondo</i> (Xavantina - SC); <i>Linha Burin</i> (Descanso - SC); <b>Bisutti</b> (São José do Cedro - SC); <i>Linha Bitarello</i> (Nova Erechim - SC); <i>Estrada dos Bondan</i> (Paraíso

- SC); *Linha Bolsoni ou Bolsone* (Guatambu - SC); *Lajeado Boroni* (Cunha Porã - SC); *Linha Bortolini* (Novo Horizonte - SC); *Boscatto* (Arabatã - SC); *Linha Boscato* ou *Boscatto* (Concórdia - SC); *Linha Botega* (Coronel Martins - SC); *Linha Usina Bragagnolo* (Passos Maia - SC); *Granja Brandalize* (Abelardo Luz - SC); *Brezolin* (Santiago do Sul - SC); *Busanello* (Galvão - SC); *Fazenda do Buzzet* (Ponte Serrada - SC); *Núcleo da Indústria Caldatto* (Campo Êre - SC); *Vila Caldatto* (Campo Êre - SC); *Pesqueiro Caleffe* (Xanxerê - SC); *Linha Caliani* (Coronel Martins - SC); *Capelesso* (Abelardo Luz - SC); *Linha Catani* ou *Cattani* (Caxambu do Sul - SC); *Catani* (Guarujá do Sul - SC); *Cpo. Carlos Balvinot* (Concórdia - SC); *Linha Carraro* (Nova Itaberaba - SC); *Lajeado Casagrande* (Irani - SC); *Linha Cason* (Lindóia do Sul - SC); *Linha Casarin* (Ipuacu - SC); *Linha Cassol* (São Miguel da Boa Vista - SC); *Cavazotto* (Palmitos - SC); *Ceccon* (Caxambu do Sul - SC); *Linha Cegalim* (Formosa do Sul - SC); *Estádio Celeste Roman* (Palmitos - SC); *Colônia Cella* (Chapecó - SC); *Cembrani* (Guarujá do Sul - SC); *Linha Ceron* (Ipuacu - SC); *Linha Chenet* (Lajeado Grande - SC); *Loteamento Chiossi* (Xavantina - SC); *Serraria Chirelli* (Abelardo Luz - SC); *Linha Cischini* (Bom Jesus do Oeste - SC); *EBM Serr. Irmãos Colombo* (Presidente Castello Branco - SC); *Comunelo* (Formosa do Sul - SC); *Linha Conte* (Formosa do Sul - SC); *Linha Contessi* (Lajeado Grande - SC); *Linha Cordasa* (Irati - SC); *Cunico* (Novo Horizonte - SC); *Córrego Cunico* (Novo Horizonte - SC); *Linha Dalbello* (Ipira - SC); *Linha Dalchiavon* (Nova Itaberaba - SC); *Linha Dal Piva* (Vargeão - SC); *Serraria Dall Piva* (Campo Êre - SC); *Linha Dall Piva* (Campo Êre - SC); *Linha Dalla Costa* (Concórdia - SC); *Linha Debortoli* (São Domingos - SC); *Linha Decarle* (Concórdia - SC); *Loteamento Di Fiori* (Bairro de Guatambu - SC); *Faz. Donato* (Xaxim - SC); *Fazenda Donato* (Xanxerê - SC); *Bela Vista Dorigon ou Durigon* (Descanso - SC); *Linha Durigon* (Presidente Castello Branco - SC); *Loteamento Domingo Pegorini* (Xavantina - SC); *Elizabetha Andreazzo Pavan* (Concórdia - SC); *Linha Estivalet Pires* (Xavantina - SC); *Granja Fachinelo* (Faxinal dos Guedes - SC); *Fantim* (Palmitos - SC); *Linha Favareto* (Coronel Freitas - SC); *Linha Fazolo* (Xavantina - SC); *Linha Ferrazzo* (Xavantina - SC); *Linha Filipini* (São Lourenço do Oeste - SC); *Açude Vila Florindo Folle* (Xaxim - SC); *Cezar Fonini* (Xaxim - SC); *Loteamento Frigo* (Presidente Castello Branco - SC); *Linha dos Frigo* (Presidente Castello Branco - SC); *Linha Frozza* (Faxinal dos Guedes - SC); *Linha Galiazzi* ou *Galiacci* (Pinhalzinho - SC); *Arroio Galoti* (Faxinal dos Guedes - SC); *Sanga Gambi* (Cunha Porã - SC); *Linha Garibaldi* (Nova Itaberaba - SC); *Linha Gasperim* (Concórdia - SC); *Linha Gasperini* (Concórdia - SC); *Linha Giacomini* (Cordilheira Alta - SC); *Linha Fazenda Giongo* (Coronel Martins - SC); *Comunidade Linha Giongo* (Coronel Martins - SC); *Linha C. D. R. Jjordani / Linha Jjordani* (São Lourenço do Oeste - SC); *Linha Giroto* (Xavantina - SC); *Linha Giusti* (Xavantina - SC); *Grandos* (Concórdia - SC); *Grando* (Serra Alta - SC); *Industrial Grando* (Ponte Serrada - SC); *Escola Herminia Grando* (Ponte Serrada - SC); *Isoton* (Águas Frias - SC); *Estrada Ivo Dalmagro* (Caxambu do Sul - SC); *Estrada Ivo Ghelle* (Caxambu do Sul - SC); *Linha Jordaninho* (Irati - SC); *Linha Jordani* (Irati - SC); *Colônia Júlio Longo* (Piratuba - SC); *Linha Liberato* (Ponte Serrada - SC); *Granja Locatel* (Xanxerê - SC); *Lorenzatt* (Irani - SC); *Propriedade dos Lunardi* (Marema - SC); *Linha Luvison* (Passos Maia - SC); *Linha Manfroi* (São Domingos - SC); *Recanto Mânica* (Princesa - SC); *Granja Manteli* (Coronel Freitas - SC); *Linha Marafon* (Saltinho - SC); *Linha Marafon* (Xavantina - SC); *Linha Marchesan* (Concórdia - SC); *Linha Marchioro* (Coronel Freitas - SC); *Linha Marcon* (Palmitos - SC); *Sanga Marcon* (Galvão - SC); *Linha Marcon* (Chapecó - SC); *Linha Marcon* (Jupiá - SC); *Linha Marcola* (Ipira - SC); *Linha Marini* (Vargeão - SC); *Linha Marini* (Nova Itaberaba - SC); *Linha Marmontini* (São Domingos - SC); *Linha Marteli* (Coronel Freitas - SC); *Linha Martinazzo* (Piratuba - SC); *Linha Matchielo* (Marema - SC); *Cpo. Mauro Rosina* (Quilombo - SC); *Linha Meneghetti* (Maravilha - SC); *Meneghetti* ou *Menegeti* (Modelo - SC); *Linha Meneghetti* (Concórdia - SC); *Meneghetti* (Concórdia - SC); *Linha Mezari* (Novo Horizonte - SC); *Distrito de Vila Milani* (São Domingos - SC); *Comunidade Milani* (São Bernardino - SC); *Linha Miola* (São José do Cedro - SC); *Aviário Moacir Paludo* (Iporã do Oeste - SC); *Linha Mosconi* (Xavantina - SC); *Linha Narzetti* (Modelo - SC); *Aeródromo Olavo Cecco Rigon* (Concórdia - SC); *Assentamento Olivio Albani* (Campo Êre - SC); *Linha Orsolin* (Palmitos - SC); *Fazenda Paglia* (Abelardo Luz - SC); *Rincão Pagliosa* (Abelardo Luz - SC); *Granja Pagnasat* (Xaxim - SC); *Linha Palaoro* (Xaxim - SC); *Linha Paludo* (Xavantina - SC); *Linha Parizotto* (Serra Alta - SC); *Linha Parmegiani* (Xanxerê - SC); *Linha Pedron* (Vargeão - SC); *Serraria Pedro Dametto* (Concórdia - SC); *Linha Pegoraro* (Águas de Chapecó - SC); *Linha Pelegriani* (Guaraciaba - SC); *Pelisser* (Caíbi - SC); *Linha Pelizza* (Xavantina - SC); *Linha Perini* (Palma Sola - SC); *Linha Perondi* (Guaraciaba - SC); *Linha Perosso* (Planalto Alegre - SC); *Linha Peruzzo* (Formosa do Sul - SC); *Prop. Petrin* (Mondaí - SC); *Vila Linha Piceti* (São Domingos - SC); *Linha Pieta* (São Lourenço do Oeste - SC); *Linha Pigosso* (Irani - SC); *Linha Poletto* (Maravilha - SC); *Linha Poletto* (Concórdia - SC); *Lajeado Polidoro* (Ipumirim - SC); *Linha Polidoro* (Ipumirim - SC); *Linha Possato* (Guarujá do Sul - SC); *Linha Pozzer* (Arvoredo - SC);

FLP 25(2)

**Ragazzon** (Modelo - SC); **Linha Ramenzoni** (Pinhalzinho - SC); **Linha Ramenzoni** (Nova Erechim - SC); **Linha Serraria Reatto** (Chapecó - SC); **Linha Rebelatto** (Ipuacu - SC); **Rene Damo** (Palma Sola - SC); **Linha Rigon** (Concórdia - SC); **Linha Rizzi** (Arvoredo - SC); **Linha Rosalino Nardi** (Arvoredo - SC); **Linha Rosina Nardi** (Seara - SC); **Linha Rosseto** (Lindóia do Sul - SC); **Granja Rossoni** (Quilombo - SC); **Linha Rovaris** (Novo Horizonte - SC); **Linha Roversi** (Caibi - SC); **Linha Sacheti** (Quilombo - SC); **Cachoeira Salto Cadore** (Princesa - SC); **Linha Salvi** (São José do Cedro - SC); **Linha Santin** (Caxambu do Sul - SC); **Linha Santin** (Galvão - SC); **Vila Santin** (Faxinal dos Guedes - SC); **Linha Sartori** (Serra Alta - SC); **Linha Sassi** (Nova Erechim - SC); **Linha Scalon** (Nova Erechim - SC); **Linha Scussiato** (Chapecó - SC); **Linha Scandolara** (Itá - SC); **Schianini** (Concórdia - SC); **Schiavini** (Concórdia - SC); **Sechi** (Tigrinhos - SC); **Sechi** (Cunha Porã - SC); **Linha Segalin** (Formosa do Sul - SC); **Aeroporto Serafim Bertaso** (Chapecó - SC); **Linha Simonetto** (Chapecó - SC); **Linha Siviero** (Abelardo Luz - SC); **Linha Smaniotto** (Seara - SC); **Linha Spegiorin** (Modelo - SC); **Linha Stanga** (Paraíso - SC); **Linha Stefeni** (Palmitos - SC); **Stella** (Passos Maia - SC); **Sanga Stramari** (Campo Êre - SC); **Linha Sufiatti** ou **Sofiatti** (Xanxerê - SC); **Linha Linha Sviero** (São Domingos - SC); **Linha Tafarel** (Xanxerê - SC); **Linha Taffarel** (Itá - SC); **Linha Taffarel** (Caxambu do Sul - SC); **Linha Tavaela / Tavela** (Novo Horizonte - SC); **Linha Techio** (Palmitos - SC); **Linha Tessaro** (Descanso - SC); **Linha Tirelli** (Palmitos - SC); **Linha Tomazeli** (Chapecó - SC); **Linha Tonioli** (Palmitos - SC); **Linha Tormen** (Chapecó - SC); **Serraria Tozzo** (Passos Maia - SC); **Indústria de Madeiras Tozzo** (Passos Maia - SC); **Sede Trentin** (Chapecó - SC); **Trevisan** (São José do Cedro - SC); **Linha Trevisan** (Xavantina - SC); **Linha Trevisan** (Saltinho - SC); **Linha Triches** (Palma Sola - SC); **Bairro Turra** (Guaraciaba - SC); **Vacaro** (Ponte Serrada - SC); **Linha Vailon** (Chapecó - SC); **Bairro Valdir Delai** (Ipumirim - SC); **Linha Vani** (Seara - SC); **Linha Venci** (Águas Frias - SC); **Cachoeira do Vicenzi** (Ponte Serrada - SC); **Linha Pesqueiro Zaffari** (Xanxerê - SC); **Faz. Zafri** (Xanxerê - SC); **Linha Zanco** (Coronel Martins - SC); **Fazenda Zandavalli** (Guatambu - SC); **Chácara Zandoná** (Palma Sola - SC); **Fazenda do Zanella** (Irani - SC); **Linha Zanella** (Coronel Freitas - SC); **Linha/Vila Zenaide Bertaso** (Coronel Freitas - SC); **Linha Zeni** (Coronel Freitas - SC); **Linha Zim** (São Domingos - SC).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando as formas antroponímicas encontradas na toponímia regional, pode-se constatar que a maioria dos nomes e sobrenomes nomeia acidentes humanos, principalmente, nomes que acompanham o elemento 'Linha', mas também como nomes de 'Granjas', 'Loteamentos', 'Serrarias', 'Assentamentos', 'Fazendas' e outras propriedades rurais. Há poucos casos de antropônimos italianos acompanharem elementos geográficos físicos, entres esses estão os hidrônimos *Cachoeira Salto Cadore* (Princesa - SC), *Sanga Stramari* (Campo Êre - SC), *Cachoeira do Vicenzi* (Ponte Serrada - SC), entre outros. Entre essas formas coletadas está o topônimo *Anita Garibaldi* (Xaxim - SC). Trata-se de um nome que possivelmente tem raízes com a personagem revolucionária, esposa de Giuseppe Garibaldi, com quem lutou na Guerra dos Farrapos (1835-1845).

Conforme os dados consultados em Caffarelli e Marcato (2008), boa parte dos sobrenomes presentes no nosso corpus é originária da Itália setentrional. Como bem salienta Frosi (2015) em seu estudo sobre os sobrenomes italianos no Brasil, muitos deles passam por adaptações e retoques na escrita e na oralidade devido aos fenômenos que surgem da comunicação local<sup>20</sup>. Nos dados presentes nos mapas do IBGE, muitas grafias aportuguesadas foram encontradas nos antropônimos (ex. *Bianqueto* - [Serra Alta - SC] no lugar de *Bianchetto*), a redução dos grafemas 'ff', 'tt' e 'gg' por 'f', 't' e 'g' também se apresentou. Contudo, não se pode afirmar que as grafias apresentadas nos mapas do IBGE são as mesmas utilizadas no cotidiano das localidades. Também os

<sup>20</sup> "Questi cognomi rimangono nelle fonti scritte e orali, a volte con ritocchi linguistici dovuti al sistema di comunicazione locale e, quando vengono posti a confronto con quelli esistenti nel Paese che li ha accolti, provocano una reazione di stupore, nel nostro caso tra i brasiliani, e suscitano dubbi su quali debbano essere la scrittura e la pronuncia più corretta" (Frosi, 2015, p. 125).

dados que dispomos não são suficientes para afirmar que essa variação gráfica são consequências da repressão linguística e de assimilação dos nomes italianos no contexto brasileiro detalhados por Frosi (2015). Seria necessário um estudo mais profundo para comparar os dados do IBGE com outras fontes disponíveis (paisagem linguística, mapas municipais, fontes impressas, etc.).

De toda forma, nosso corpus é um material rico para estudos que tratam da difusão dos nomes de família e de suas transformações no decorrer da migração da Itália para a RCI e de lá para o Oeste de Santa Catarina. Na seguinte seção, se apresentam as ocorrências dos hagiônimos relacionados ao catolicismo de devoção italiana em situação de topônimos no Oeste Catarinense. As 60 formas recolhidas estão na tabela a seguir:

Tabela 2 – Hagiotopônimos.

Formas toponímicas
<i>Linha Nossa Senhora da Saúde</i> (03 ocorrências) <sup>21</sup> ; <b>Nossa Senhora da Saúde</b> (São José do Cedro - SC); <i>Capela de N. S. da Saúde</i> (Concórdia - SC); <i>Linha Salete</i> (11 ocorrências) <sup>22</sup> ; <b>Salete</b> (04 ocorrências) <sup>23</sup> ; <i>Igreja de N. S. da Salete</i> (Presidente Castello Branco - SC); <i>Córrego Salete</i> (Pinhalzinho - SC); <i>Capela de Nossa Senhora da Salete</i> (Concórdia - SC); <i>Linha Caravaggio ou Caravaggio</i> (08 ocorrências) <sup>24</sup> ; <i>Colônia Alto Caravaggio</i> (Peritiba - SC); <i>Linha Maria Goretti</i> (04 ocorrências) <sup>25</sup> ; <b>Santa Maria Goretti</b> (Palmitos - SC); <b>Maria Goretti</b> (Irani-SC); <i>Bairro Maria Goretti</i> (Chapecó-SC); <b>São Marcos</b> (04 ocorrências) <sup>26</sup> ; <i>Linha São Marcos</i> (Novo Horizonte - SC); <i>Linha São Valentim, Valentin ou Valentino</i> (06 ocorrências) <sup>27</sup> ; <b>São Valentim</b> (05 ocorrências) <sup>28</sup> ; <i>Capela de N. S. do Monte Belo</i> (Presidente Castello Branco - SC); <i>Linha Monte Belo</i> (Chapecó - SC); <i>Linha Monte Belo</i> (Jardinópolis - SC); <b>Monte Belo</b> (Xaxim - SC); <i>Bairro Monte Belo</i> (Chapecó - SC).

Fonte: Elaborado pelos autores.

A *Madonna di Caravaggio*, em port. *Nossa Senhora de Caravaggio*, é a santa italiana que possui maior ocorrência na toponímia do Oeste de Santa Catarina. Com 9 ocorrências, ela denomina apenas nomes de estradas rurais. Há muita variação em sua grafia, em particular, no que tange o emprego do grafema ‘gg’ do italiano. Em muitos casos, a denominação é escrita apenas com um ‘g’.

Segundo Poel (2013), a devoção à virgem de *Caravaggio* chegou ao Brasil com “os imigrantes italianos nas últimas décadas do séc. XIX” (p. 707). Sua devoção, segue o

<sup>21</sup> *Linha Nossa Senhora da Saúde* (Anchieta - SC; Arvoredo - SC; Lindóia do Sul - SC).

<sup>22</sup> 10 ocorrências de *Linha Salete* (São Domingos - SC; Jupiá - SC; Cunha Porã - SC; Paial - SC; Ipuacá - SC; Caibi - SC; São Bernardino - SC; Anchieta - SC; Guaraciaba - SC; Pinhalzinho - SC); 01 ocorrência de *Linha Salete / Nossa Senhora Salete* (Xanxerê - SC).

<sup>23</sup> 03 ocorrências de **Salete** (Modelo - SC; São Lourenço do Oeste - SC; Seara - SC); e 01 ocorrência de **Salete Fundos** (Modelo - SC).

<sup>24</sup> 05 ocorrências de *Linha Caravaggio* (Cordilheira Alta - SC; Guaraciaba - SC; Guarujá do Sul - SC; Coronel Martins - SC; Palmitos - SC); 03 ocorrências de *Linha Caravaggio* (Chapecó - SC; Peritiba - SC; Concórdia - SC).

<sup>25</sup> 03 ocorrências de *Linha Maria Goretti* (Peritiba - SC; Concórdia - SC; Itapiranga - SC); 01 ocorrência de *Linha Goretti* (Irani - SC).

<sup>26</sup> **São Marcos** (Caibi - SC; Seara-SC; Anchieta - SC; Bom Jesus do Oeste - SC).

<sup>27</sup> 04 ocorrências de *Linha São Valentim* (Descanso - SC; São Domingos - SC; Xaxim - SC; Irani - SC); 01 ocorrência de *Linha São Valentin* (Lindóia do Sul - SC); 01 ocorrência de *Linha São Valentino* (Xanxerê - SC).

<sup>28</sup> **São Valentim** (São José do Cedro - SC; Guaraciaba - SC; Ponte Serrada - SC; Seara - SC; Vargeão - SC).

autor, começou em 1432 com o aparecimento de Maria apregoando a paz. Além de seu santuário situado na localidade *Caravaggio*, nos arredores de Milão, a santa também possui outro em Farroupilha - RS, o qual é movimentado, principalmente, na festa popular dedicada essa virgem Maria, realizada no mês de maio.

O título dessa virgem é muito presente na toponímia do Rio Grande do Sul, reunindo 51 ocorrências nos dados do COTOPORS. A maior parte delas se situa na RCI. É bem provável que esse hagiônimo, entre os nomes de santas italianas, seja o mais empregado em nomes de lugares onde haja uma história de migração ítalo-gaúcha. No Mato Grosso, por exemplo, *Caravaggio* denomina não só um distrito, mas também uma fazenda no interior de Sorriso - MT, localidade conhecida pelo assentamento de pioneiros ítalo-gaúchos<sup>29</sup>.



Fonte: Acervo privado dos autores.

Figura 3 – Bairro *Maria Goretti* em Chapecó - SC.

Outra santa de devoção italiana e presente na toponímia do Oeste de Santa Catarina é a *Santa Maria Goretti*. A devoção a essa santa remonta a história da menina que em 1902 foi violentada e esfaqueada por um rapaz de seu povoado, empregado de seu pai. No leito de morte, a jovem menina oferece o perdão e o paraíso ao seu assassino<sup>30</sup>. A comoção que essa história gerou na Itália difundiu a devoção a *Maria Goretti* no mundo de diáspora italiana. Nos dados do COTOPOESC, encontrou-se 7 ocorrências, nomeando 6 localidades rurais e um bairro. Esse último situado em Chapecó - SC. Em algumas ocorrências dos dados do IBGE, o grafema ‘tt’ foi substituído por ‘t’. Nos dados do COTOPORS, foram registrados 8 registros com o nome dessa santa. *Maria Goretti* é, portanto, mais um nome trazido na bagagem denominativa vinda da RCI para o Oeste Catarinense.

A *Madonna della Salute* ou *Santa Maria della Salute*, em port. *Nossa Senhora da Saúde*, é igualmente uma virgem Maria de devoção italiana e que está presente nos dados toponímicos recolhidos nessa região. No total foram 5 ocorrências desse nome em, sobretudo, denominações de vias e comunidades rurais.

Tanto em Portugal, quanto na Itália foram construídas igrejas em devoção à virgem da Saúde devido às pestes que assolaram o Velho Mundo no final de 1500 e começo de 1600 (Poel, 2013). Contudo, aparentemente, a *Nossa Senhora da Saúde* de devoção portuguesa e luso-brasileira possui uma origem vinculada ao catolicismo

<sup>29</sup> Ver Tavares de Barros, Löff Machado e Philippsen (2018).

<sup>30</sup> Informações retiradas do site da Paróquia Santa Maria Goretti de Maringá - PR. Disponível em: <https://www.smariagoretti.com.br/historia>. Acesso: 26 out. 2023.

indiano, que é diferente da santa italiana, a *Santa Maria della Salute* de Veneza. Trata-se de santas diferentes, mas que no Brasil passaram a ser chamadas pelo mesmo nome *Nossa Senhora da Saúde*. A santa italiana está relacionada ao evento da peste que assolou a população do Vêneto em 1630, e vindo desse acontecimento, o governo local edificou a Basílica de *Santa Maria della Salute* em Veneza entre 1649-1650 como pagamento da promessa à virgem (Piana, 2014). É bem possível que a memória desse evento triste e dramático do passado dos italianos eternizou a gratidão à santa, levando a sua imagem junto à diáspora da imigração italiana.

Nos dados toponímicos do Rio Grande do Sul (corpus COTOPORS) foram registradas 26 ocorrências de *Nossa Senhora da Saúde*, em sua maioria na RCI e no Alto Uruguai Gaúcho, denominando capelas, igrejas e linhas rurais.

Outra santa ocorrente no Oeste de Santa Catarina é a *Madonna di Montebello*, em port. *Nossa Senhora de Monte Belo*, que aparece assim apenas num topônimo em Presidente Castello Branco - SC nomeando uma capela, em outras três ocorrências aparece apenas a forma *Monte Belo* precedido de um nome de elemento geográfico [*Linha Monte Belo* (Chapecó - SC); *Linha Monte Belo* (Jardinópolis - SC); *Monte Belo* (Xaxim - SC)]. É possível que essas três formas sejam uma redução do título da virgem, mas não se encontrou informações suficientes para comprovar. No entanto, optou-se em classificá-los como hagiotopônimos até que uma nova classificação seja possível.

*Monte Belo* é um topônimo também presente no Rio Grande do Sul, que por sua vez denomina o município Monte Belo do Sul - RS, forma aportuguesada da denominação italiana antiga da localidade: *Montebello*, com referência à cidade italiana do mesmo nome<sup>31</sup>. Todavia, é mais provável que seja uma homenagem ao nome da santa padroeira dessa cidade italiana, a *Madonna di Montebello*. Há a possibilidade de classificar esses três topônimos mencionados como casos de corotopônimos [neste caso, referentes à terra natal dos povoadores], pesquisas futuras podem fornecer essa informação, caso eles sejam realmente uma expressão de saudade da terra deixada.

Outra virgem de devoção italiana presente na toponímia do Oeste de Santa Catarina é a *Nostra Signora de La Salette* ou *Madonna di La Salette*, em port. *Nossa Senhora da Salette*. A história conta que essa virgem apareceu para dois pequenos pastores chorando e pedindo a conversão da humanidade (Poel, 2013). É uma santa francesa, mas de conhecida devoção na Itália<sup>32</sup>. Sua popularidade no catolicismo italiano propiciou a introdução do nome da santa no hábito dos italianos de denominar lugares nas áreas de imigração italiana do Rio Grande do Sul. De acordo com os dados do COTOPORS, há o registro de 15 localidades, em sua maioria entre a RCI e o Alto Uruguai Gaúcho, com o nome de *Nossa Senhora da Salette*. No Oeste de Santa Catarina, registrou-se 18 localidades com referência ao nome da santa, ora grafado com o grafema 'tt' [*Salette*], ora apenas com 't' [*Saleté*]. Aparentemente, o emprego do nome dessa *Madonna* nas denominações geográficas se manteve forte na história de transferência dos nomes do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense.

Não só as santas, mas os santos italianos também aparecem em nomes de lugares no rincão oeste de Santa Catarina. O mais ocorrente, sem dúvida, é o de *San Valentino*, em port. *São Valentim*, com 11 ocorrências, ora grafado como *São Valentino*,

<sup>31</sup> Conforme informações retiradas do portal IBGE Cidades.

<sup>32</sup> Ver mais sobre no portal Santiebeati.it. Disponível em: <https://www.santiebeati.it/Detailed/91496.html>. Acesso: 27 out. 2023.

ora com apenas ‘n’ na última sílaba de *Valentin*: ‘*São Valentin*’. Na Itália, há a devoção por vários Valentins [*San Valentino di Genova*; *San Valentino di Roma*; *San Valentino di Terni*; entre outros]. O mais famoso é certamente o sacerdote e médico popular que viveu na Itália da época do imperador Claudius, de quem foi vítima de perseguições por sua luta em defesa do casamento e dos namorados (Poel, 2013).

Nos dados do COTOPORS, no Rio Grande do Sul, há o registro de 26 ocorrências na toponímia desse estado, ora grafado com ‘m’, ora com ‘n’ na sua última sílaba. Semelhante aos outros casos, a maioria delas está entre a RCI e o Alto Uruguai Gaúcho, sendo que é nessa última região que o nome denomina um município, o de São Valentim - RS [ver fig. 4]. *São Valentim* é, portanto, mais um caso transplantado do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense. Outro santo muito recorrente na toponímia da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul é *São Marcos* [com 26 ocorrências], o padroeiro da cidade de Veneza (Itália). No Oeste de Santa Catarina registrou-se, no entanto, a ocorrência apenas de 6 *São Marcos* na toponímia regional, isso segundo os dados do COTOPOESC.



Fonte: Acervo particular dos autores.  
[Obs.: Foto retirada da janela do ônibus, São Valentim - RS].

Figura 4 - *São Valentim* na toponímia do Rio Grande do Sul.

Para além dos antropotopônimos e hagiotopônimos, documentou-se outros tipos de nomes que também podem ser considerados denominações relacionadas à história e à cultura da imigração italiana. Na tabela abaixo, se encontram as últimas classes de topônimos encontradas.

FLP 25(2)

Tabela 3 - Outras classes de topônimos registrados.

Classificação	Formas toponímicas
Animotopônimos	<b>Belmonte</b> (Belmonte - SC); <i>Lajeado Belmonte</i> (Belmonte - SC); <i>Lajeado Belmonte-Mirim</i> (Belmonte - SC); <i>Linha Belmonte</i> (Dionísio Cerqueira - SC); <i>Lajeado Belmonte-Mirim</i> (Santa Helena - SC); <i>Lajeado Belmonte</i> (Santa Helena - SC); <i>Linha Belvedere</i> (São Lourenço do Oeste - SC); <b>Belvedere</b> (São Lourenço do Oeste - SC); <i>Loteamento Belvedere</i> (04 ocorrências) <sup>33</sup> ; <i>Loteamento Nostro Sonho</i> (Pinhalzinho - SC); <i>Bairro Vederti</i> (Chapecó - SC).
Geomorfotopônimos	<b>Marema</b> (Marema - SC).
Hierotopônimos	<b>Capitel</b> (São Miguel do Oeste - SC); <i>Vale Pio</i> (São João do Oeste - SC).
Etnotopônimo	<i>Córrego do Italiano</i> (Entre Rios - SC).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na classe dos animotopônimos, além do hibridismo *Nostro Sonho* (expresso na grafia), que denomina um loteamento em Pinhalzinho - SC, registrou-se a forma toponímica *Belvedere* nomeando 6 lugares no Oeste Catarinense. Em sua maioria, nomes de loteamentos em aglomerados urbanos. Aparentemente, o nome se inseriu na moda das denominações de empreendimentos imobiliários. O topônimo *Belvedere* é geralmente pronunciado no português local com a vocalização do som da consoante lateral /l/, portanto, realização /u/, e com a abertura da vogal /e/ na penúltima sílaba.

A palavra tem suas raízes no italiano, especificamente da composição *bel*<sub>port. belo, bonito</sub> + *vedere*<sub>port. ver</sub> [port. bela vista] e é amplamente usada no italiano europeu como sinônimo de “lugar elevado de onde se pode apreciar uma bela vista” (Lo Zingarelli, 1994)<sup>34</sup>. É exatamente com esse sentido que se apresenta o uso dessa forma no Rio Grande do Sul, ou seja, na condição de nome de elemento genérico e sinônimo da palavra portuguesa ‘mirante’<sup>35</sup>. Há o registro de pelo menos 9 ocorrências de *belvedere* no corpus do COTOPORS que se caracterizam assim<sup>36</sup>. Do outro lado das margens do Uruguai, nos dados do COTOPOESC, os *Belvedere* estão na condição de nome específico, ou seja, de topônimo e somente em São Lourenço do Oeste - SC, ele nomeia uma localidade rural: a *Linha Belvedere*.

Outro suposto animotopônimo é *Belmonte*. Esse nome é caracterizado por Caffarelli e Marcato (2008) como um nome de família, na condição de forma paralela aos antropônimos *Belmónti* e *Bellomónte*. A forma lexical *bel*<sub>port. belo, bonito</sub> + *monte*<sub>port. monte, colina</sub>, segundo os autores, pode ter raízes em nome de pessoa, documentado como sobrenome desde 1166, ou em vários nomes de lugares existentes, principalmente, no centro sul da península itálica (Caffarelli e Marcato, 2008).

Ao contrário do Rio Grande do Sul, que não possui registro desse termo nos dados do COTOPORS, no Oeste de Santa Catarina há 6 ocorrências dessa forma lexical em condição de topônimo. Um dos *Belmonte* denomina o município de *Belmonte*

<sup>33</sup> *Loteamento Belvedere* (Bairro de Chapecó-SC; Pinhalzinho - SC; Xaxim - SC; São Miguel do Oeste - SC).

<sup>34</sup> “luogo elevato da cui si gode una bella veduta”. (Lo Zingarelli, 1994, p. 211).

<sup>35</sup> Em relação ao uso de *belvedere* no português falado na RCI, além de outros topônimos, agradeço imensamente as preciosas informações fornecidas pela Profa. Vitalina Maria Frosi, pela Profa. Giselle Mantovani Dal Corno e pelo colega Renan Radavelli. No que tange *Belvedere*, ainda cabe mencionar que o empréstimo não está registrado no *Dicionário de italianismos* de Battisti et al. (2006).

<sup>36</sup> É o caso dos topônimos *Belvedere da Dupla Ferradura* (Cotiporã - RS), *Belvedere do Espigão* (Veranópolis - RS) e *Belvedere do Rio da Prata* (Vila Flores - RS).

- SC, fundado em 1945 e emancipado em 1992<sup>37</sup>. Nele, a forma denomina ainda dois hidrônimos. Segundo os dados históricos presentes no portal do IBGE Cidades, o nome da localidade tem duas explicações motivacionais. A primeira é que parte dos colonizadores de origem italiana a denominou assim devido ao aspecto do relevo local. Por esse viés, o nome certamente foi dado na língua materna, a *koiné* vêneta e, posteriormente, emprestado ao português. A segunda explicação é que na localidade havia um curandeiro de sobrenome *Belmonte*<sup>38</sup>. No que tange a segunda explicação, cabe salientar que esse sobrenome também existe no sistema antroponímico português e é de motivação toponímica, advinda de vários lugares denominados *Belmonte* em Portugal (Machado, 1984). Portanto, a possibilidade de *Belmonte* ter raízes no italiano dialetal se baseia no fato da localidade ter história de (i)migração italiana, mas as verdadeiras origens desse topônimo só podem ser esclarecidas em estudos mais aprofundados e documentais. No momento, resolvemos classificá-lo como um italianismo na condição de animotopônimo.

Como geomorfotopônimo se documentou *Marema* que denomina um município no vale do Rio Chapecozinho. O termo *marémma* é usado na língua italiana *standard* para denominar uma região baixa e pantanosa próxima ao mar<sup>39</sup>. A palavra é igualmente registrada no *Dizionario Veneziano* de Cortelazzo (2007). No dicionário mais completo e contemporâneo do vêneta sul-rio-grandense / Talian consultado não se encontra o registro da forma, só o sinônimo *paluda* ou *paluga*<sup>40</sup>. Igualmente acontece no dicionário de Tonial (1997). Por essa razão, é difícil afirmar se *marémma* é ainda usado na *koiné* vêneta. Nos dados do IBGE Cidades, há a informação de que o nome foi dado pelos colonizadores de origem italiana à localidade, pois ela era muito pantanosa<sup>41</sup>.

Nos dados do COTOPOESC também se registrou o etnotopônimo *Córrego do Italiano* (Entre Rios - SC), que de certa forma revela a presença da identidade do colono ítalo-brasileiro na localidade, como proprietário da terra por onde corre as águas do curso d'água. Sabe-se que na região também se utiliza a alcunha 'gringo' para se referir ao colono de origem italiana. No entanto, não há registros desse termo nos dados atuais do COTOPOESC.

Também se documentou dois hierotopônimos: *Vale Pio* (São João do Oeste - SC) e *Capitel* (São Miguel do Oeste - SC). O primeiro pode ter relação com o catolicismo, uma vez que vários papas da Igreja Católica Romana receberam o nome *Pio* (Papa Pio XI, Papa Pio XII, etc.). A palavra é usada no italiano para denominar

<sup>37</sup> Ver o histórico de Belmonte no IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/belmonte/historico>. Acesso: 27 out. 2023.

<sup>38</sup> “A primeira é a da fusão das palavras *belo* e *monte* e teria sido dada pelos colonizadores. A segunda afirma que o nome é uma homenagem a um curandeiro local de sobrenome Belmonte” (IBGE Cidades).

<sup>39</sup> “regione bassa e paludosa vicina al mare” (Lo Zingarelli, 1994, p. 1056).

<sup>40</sup> “**Paluda**. s.m. Pântano, terreno alagado, local encharcado. Var. *paluga*” (Loregian-Penkali; Dal Castel; Canzi, 2023, p. 396)

<sup>41</sup> “Em 1940, gaúchos, descendentes de imigrantes italianos, oriundos dos municípios de Erechim, Guaporé e Nova Prata, chegaram à região de *Marema* para explorar a madeira nativa, extremamente abundante na época. O local lembrava os pântanos da Itália, chamados de *marémma*. Vem daí o nome do município. Quando era distrito, chegou a se chamar *Marrecas*, mas por haver outras localidades com a mesma denominação, o lugar foi batizado *Marema*.” Retirado do IBGE Cidades. Link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/marema/historico>. Acesso: 27 out. 2023.

alguém profundamente devoto da própria religião que pratica, ou seja, que manifesta devoção e religiosidade (Lo Zingarelli, 1994). Contudo, a palavra existe no português e com o mesmo sentido. Dessa forma, Vale Pio só teria raízes italianas se o nome do lugar realmente é uma homenagem ao antigo chefe da igreja católica.

O segundo hierotopônimo, *Capitel*, é termo de forte ocorrência na toponímia do Rio Grande do Sul (28 ocorrências) e na maioria das vezes esse nome está na condição de designação de nome genérico. O italianismo *Capitel* é denominação da *koiné* vêneta para “a capelinha erguida na beira das estradas”<sup>42</sup> e, aparentemente, está integrado ao português da RCI, apesar de não estar registrado no dicionário de Battisti et al. (2006).

A forma tem raízes em *capitèllo* [do lat. *capitèllu(m)*] (Cortelazzo e Zolli, 1988), no vêneto europeu é grafado como *capitèlo* (Cortelazzo, 2007) ou *capitèlo* (Cavallin, 2010). A diminuição drástica da presença desse termo da toponímia rio-grandense para a do oeste-catarinense pode ter explicações extralinguísticas, como por exemplo, o desaparecimento desse costume tão próprio da devoção do imigrante italiano de construir um *capitel* para pagar uma promessa alcançada. No entanto, a ausência desse nome nos mapas de municípios catarinenses do IBGE também pode ter uma explicação técnica, como a escolha dos profissionais da cartografia de não considerarem esse acidente na elaboração dos mapas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

FLP 25(2)

A toponímia italiana do Oeste de Santa Catarina está muito vinculada ao patrimônio toponímico de imigração italiana do Rio Grande do Sul, uma vez que esse estado foi o responsável por boa parte da história de povoamento das terras do outro lado do Rio Uruguai. A classe de topônimos mais ocorrente é a de antropotopônimos, sendo em sua maioria constituída por nomes de família. O uso dos sobrenomes familiares na nomeação de localidades é a forma mais antiga de apropriação do espaço, desde os tempos feudais, como bem elucidada Longnon (1920).

Os hagiotopônimos é a segunda taxa mais representativa. Muitos nomes de santos italianos empregados na toponímia do Rio Grande do Sul foram transplantados para o Oeste Catarinense, outros não. É o caso, por exemplo, da *Madonna del Pedancino*<sup>43</sup>, em port. *Nossa Senhora do Pedancino*<sup>44</sup>, que não possui nenhuma ocorrência nos dados do COTOPOESC. O mesmo passou com a *Madonna di Monte Bérico*, em port. *Nossa Senhora do Monte Bérico*, e da *Madonna della Follina*, em port. *Nossa Senhora da Follina*, presentes na toponímia da RCI e do Alto Uruguai Gaúcho, mas ausente na toponímia do Oeste Catarinense. Outra santa é a *Madonna del Rosario di Pompei* ou *Vergine del Santo Rosario di Pompei*, em port. *Nossa Senhora do Rosário de Pompéia*. Ela aparece na toponímia italiana do Rio Grande do Sul, às vezes, só pelo nome de *Nossa Senhora da Pompéia*, denominando estradas, cemitérios, capelas e igrejas (segundo os dados do COTOPORS)<sup>45</sup>. No Oeste de Santa Catarina, registrou-se alguns topônimos

<sup>42</sup> Loregian-Penkal; Dal Castel; Canzi (2023, p.113).

<sup>43</sup> Também denominada de *Nostra Signora del Pendancino*.

<sup>44</sup> Com três ocorrências nos dados do COTOPORS.

<sup>45</sup> Capela Nossa Senhora Pompéia (Vista Alegre do Prata - RS); Estrada Pompéia (Doutor Ricardo - RS); Igreja Nossa Senhora da Pompéia (Gramado - RS); Estrada Nossa Senhora de Pompéia (Ipê - RS); Gruta Nossa Senhora de Pompéia (Cotiporã - RS); Cemitério Nossa Senhora da Pompéia

que levam o nome *Rosário*, contudo em nenhum dos casos ficou claro que o nome faz referência ao nome da santa.

A quantidade de topônimos recolhidos pelo COTOPOESC até o momento está muito aquém do potencial de recolha de corpus para essa região. Os dados do COTOPOESC são majoritariamente de toponímia rural, uma vez que é essa macrotoponímia que os mapas do IBGE possibilitam recolher. Falta acrescentar a esse corpus toda a microtoponímia dessa região, ou seja, a toponímia essencialmente urbana. Apesar dessa lacuna, os dados disponíveis possibilitam ver através dos topônimos constelações e camadas de assentamento humano advindos da história da (i)migração italiana.

## REFERÊNCIAS

- Ananias ACCS. As Nossas Senhoras na toponímia paranaense. *Papéis*. 2020;24:148-166.
- Baretta RC. Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha - RS [dissertação]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2012.
- Battisti E, et al. Dicionário de italianismos e de outras inovações vocabulares do português falado na antiga região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS; 2006.
- Beloni WC, Borstel CN. Topônimos: enunciação e memória da identidade italiana em Cascavel, Paraná. *Fórum linguistic*. 2016 jul.-set.;13(3):1397-1414.
- Bertoletti FEV. A crônica de um povo: a toponímia na cidade de Cotiporã. 2016 [dissertação]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2016.
- Borba FS. Dicionário de usos do português do Brasil. São Paulo: Ática; 2002.
- Caffarelli E, Marcato CI. *Cognomi d'Italia: dizionario storico ed etimologico*. Vol. 1 A-G. Torino: Garzanti; 2008.
- Cardoso JÁ, Westphalen CM. Atlas histórico do Paraná. 2.<sup>a</sup> ed. ver. ampl. Curitiba: Livraria do Chain; 1986.
- Carvalho APMA. Hagiotoponímia em Minas Gerais [tese]. Belo Horizonte: UFMG; 2014.
- Cavallin G. *Dizionario della lingua veneta*. Acquaviva S, Pellegrini GB, prefácio. Teolo/Padova: Zephyrus Edizioni; 2010.
- Cioato FB. Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas [dissertação]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2012.
- Cordeiro MJC, Lourenço L, Cunha ELTPC. Toponímia transplantada de origem italiana no Brasil: o caso do modificador “novo”. *Caligrama*. 2021;26(1):69-94. [citado 16 out. 2023]. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.26.1.69-94>.
- Cortelazzo M. *Dizionario veneziano della lingua e della cultura popolare nel XVI secolo*. Padova: La Linea Editrice; 2007.
- Cortelazzo M, Zolli P. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli; 1980-1988.
- Cunha AG, [et al.]. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital; 2007.
- Dal Pizzol EV. Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural [dissertação]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2014.

---

(Cotiporã - RS); Linha Pompéia (Garibaldi - RS); Cemitério Nossa Senhora da Pompéia (Veranópolis - RS); Capela Nossa Senhora da Pompéia (Veranópolis - RS).

- De Felice E. *Dizionario dei cognomi Italiani: origine, etimologia, storia, diffusione e frequenza di oltre 14.000 cognomi*. 4.<sup>a</sup> ed. Milano: Arnoldo Mondadori Editore; 1986.
- Dick MVPA. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado; 1990.
- Eckert K. Estudos toponímicos na região de colonização italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. *GTLex*. 2020;6(1):20-38. [citado 16 out. 2023]. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/55836>.
- Filgueiras ZF. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente [dissertação]*. Belo Horizonte: UFMG; 2011.
- Filgueiras ZF. *Italianos em Belo Horizonte: estudo léxico-social e proposta de dicionário [tese]*. Belo Horizonte: UFMG; 2016.
- Filipak F. *Dicionário sociolinguístico paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná; 2002.
- Francipane M. *Dizionario ragionato dei cognomi italiani*. Milano: edizione BUR; 2005.
- Frosi VM. *Cognomi italiani in Brasile. Il caso di una parrocchia di Caxias do Sul*. *Rivista Italiana di Onomastica*. 2015;5:125-134.
- Frosi VM. Os logradouros de Caxias do Sul: seus nomes, suas interconexões. In: *II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. Évora: Universidade de Évora; 2010. p. 50-73.
- Frosi VM, Faggion CM, Dal Corno GOM. *Toponimi italiani in terra brasiliana*. *Rivista italiana di Onomastica*. 2008;14:403-419.
- Furtado NF. *Vocábulos indígenas na geografia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS; 1969.
- Guérios RFM. *Nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram. Dicionário etimológico*. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: VM Edições; 1994.
- Isquerdo AN. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural [tese]*. Araraquara: Unesp; 1996.
- Lo Zingarelli 1994. *Vocabolario della lingua italiana di Nicola Zingarelli*. 12.<sup>a</sup> ed. Bologna: Zanichelli; 1993.
- Longnon A. *Les noms de lieu de la France: leur origine, leur signification, leurs transformations*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion; 1920.
- Loregian-Penkall L, Dal Castel J, Canzi W. *Dissionário talian brasilian*. Guarapuava: Unicentro; 2023.
- Machado JP. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência; 1984.
- Marquetti D, Silva JBL. *Cultura cabocla nas fronteiras do sul*. In: Radin JC, Valentini DJ, Zarth PA. *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra e Vida; Chapecó: UFFS; 2015. p. 109-129.
- Mioranza C. *Dicionário dos sobrenomes italianos*. Vol. I. São Paulo: Escala; 1997.
- Misturini B. *A toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade*. [dissertação]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2014.
- Misturini B. *A formação de uma região: leituras das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul [doutorado]*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2018.
- Navarro EA. *Dicionário de tupi antigo: a indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global; 2013.
- Pegoraro A. *Estudo dos nomes das cidades da quarta colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul [dissertação]*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2013.
- Piana M. *La cupola di S. Maria della Salute e i suoi restauri*. In: *Storia e restauro: Studi, ricerche, tesi*. Dipartimento di Culture del Progetto. Università Luav di Venezia; 2014.
- Poel F. *Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil*. Curitiba: Nossa Cultura; 2013.
- Queirazza GG, et al. *Dizionario di toponomastica: storia e significato dei nomi geografici italiani*. 2.<sup>a</sup> ed. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese; 1997.

- Radin JC. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: Radin JC, Valentini DJ, Zarth PA. *Historia da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra e Vida / Chapecó: UFFS; 2015. p. 146-166.
- Ribeiro D. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
- Ruscheinski A. Traços da história do Oeste de Santa Catarina. *Biblos*. 1996;8:159-178.
- Sampaio T. *O tupi na geografia nacional*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL; 1987.
- Sartori TO. *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico [dissertação]*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2010.
- Schaden FSG. Denominações caingang na geografia brasileira. *Revista do Arquivo Municipal*. 1938;XLIII:23-30.
- Silva MDP. *A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul [dissertação]*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; 2011.
- Tavares de Barros FH, Löff Machado L, Philippsen NI. Toponímia e (i)migração no norte de Mato Grosso: os antropônimos em nomes de fazenda em Sorriso MT. In: Philippsen NI, Lima JL, organizadores. *Diversidade e variação linguística em Mato Grosso*. Vol. 1. Cáceres - MT: Editora UNEMAT; 2018. p. 71-100.
- Tonial H. *Dicionário português - talian*. Porto Alegre: Est; 1997.
- Vicenzi R. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos; 2008.



## A vitalidade linguística do talian em Riqueza/SC: dimensões e categorias de análise

### *Linguistic vitality in Talian in Riqueza/SC: dimensions and analysis categories*

Cristiane Horst\*

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, BR

Franciele Zanella\*\*

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, BR

**Resumo:** A língua, a identidade e a cultura estão profundamente ligadas, mesmo em um mundo cada vez mais conectado online. No Brasil, pesquisadores têm desenvolvido atlas linguísticos para documentar e compreender os resultados dos diversos contatos linguísticos. O Projeto Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense (ALCF-OC) concentra-se em registrar as diferentes variedades linguísticas usadas por descendentes de imigrantes italianos, alemães, russos, poloneses, dentre outros e, mais recentemente, por imigrantes do Haiti e da Venezuela, na região Oeste de Santa Catarina. Este artigo analisa especificamente a vitalidade linguística do talian em Riqueza, Santa Catarina, na sua relação com crenças e atitudes linguísticas dos ítalo-brasileiros. Por meio do princípio da pluridimensionalidade, emprestado da Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional, e de parâmetros da UNESCO, buscou-se identificar fatores que influenciam a manutenção ou substituição da língua minoritária, tomando por base dimensões como geração, classe social e gênero. Riqueza, um município agrícola colonizado por imigrantes teuto-russos e italianos, apresenta um cenário dinâmico, em que atuam fatores linguísticos e extralinguísticos. Os resultados revelam, por um lado, uma baixa vitalidade do talian em Riqueza. Entre os fatores que desfavorecem o uso do talian, incluem-se o prestígio reduzido da língua minoritária, a falta de transmissão intergeracional, a negligência do poder público em relação ao seu ensino e registro, entre outros.

**Palavras-chave:** Dialetoлогия Pluridimensional. Vitalidade linguística. Comunidade de prática. Talian. Riqueza/SC.

**Abstract:** Language, identity, and culture are intricately interconnected, even in an increasingly interconnected online world. In Brazil, researchers have been actively engaged in the development of linguistic atlases to document and comprehend the outcomes of diverse linguistic contacts. The Project “Atlas of Languages in Contact: Western Santa Catarina (ALCF-OC)” focuses on recording the various linguistic varieties used by descendants of Italian, German, Russian, and Polish, among others and, more recently, by immigrants from republic from Haity and from Venezuela in the Western region of Santa Catarina. This article specifically analyzes the linguistic vitality of Talian in Riqueza, Santa Catarina, exploring its relationship with the linguistic beliefs and attitudes of Italo-Brazilians. Applying

---

\* Doutora em Letras/Filologia Românica pela CAU-Kiel (Alemanha), Docente e pesquisadora dos cursos de Graduação em Letras Português e Espanhol e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); [cristianehorst@uffs.edu.br](mailto:cristianehorst@uffs.edu.br)

\*\* Mestre em Estudos Linguísticos pelo PPGEL da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Professora da rede estadual de educação básica do Estado de Santa Catarina; [francielezw@gmail.com](mailto:francielezw@gmail.com)

the principle of pluridimensionality, borrowed from Pluridimensional and Relational Dialectology, and utilizing parameters from UNESCO, this study aims to identify factors influencing the maintenance or replacement of the minority language. The dimensions considered include generation, social class, and gender. Riqueza, an agricultural municipality colonized by Teuto-Russian and Italo-Brazilians, presents a dynamic scenario where both linguistic and extralinguistic factors come into play. The findings reveal a low vitality of Talian in Riqueza. Factors contributing to the unfavorable usage of Talian include the diminished prestige of the minority language, the lack of intergenerational transmission, neglect by public authorities regarding its teaching and documentation, among other aspects.

**Keywords:** Pluridimensional Dialectology. Linguistic vitality. Community of practice. Talian. Riqueza/SC.

## 1 INTRODUÇÃO

No presente artigo, analisamos a vitalidade linguística do talian em Riqueza, Santa Catarina, a partir das crenças e atitudes linguísticas dos ítalo-brasileiros. A pesquisa orienta-se pelo princípio da pluridimensionalidade da Dialectologia Pluridimensional e Relacional e pelos parâmetros da UNESCO. Mais especificamente, nos propomos a identificar fatores e tendências que apontem para a manutenção ou substituição do talian no caso de falantes bilíngues português-talian, com foco em quatro dimensões de análise<sup>1</sup> (diazonal, diastrática, diageracional e diassexual).

Nessa perspectiva, foram objetivos específicos da análise: i) identificar a variação da vitalidade do talian nas diferentes gerações de falantes; ii) verificar a relação de dominância do talian entre os informantes na localidade de Riqueza; iii) registrar a influência da dimensão diassexual exercida quanto ao uso do talian; iv) destacar a influência da dimensão diastrática e, por fim, analisar as atitudes dos falantes em relação à língua minoritária. Para tanto, foram selecionados 16 informantes, dos quais 8 faziam parte do grupo italiano *Vivere e cantare*, que tem encontros regulares para cultivar tradições e falar talian, enquanto os demais 8 informantes, descendentes de italianos, igualmente moradores de Riqueza, não participavam desse mesmo grupo italiano.

Vale destacar que a colonização italiana no sul do Brasil é um tema de grande relevância para a compreensão da história e cultura do país. A imigração italiana no Brasil foi um dos maiores movimentos migratórios da história, especialmente para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essa (i)migração foi motivada pela busca de melhores condições de vida e trabalho, em meio a uma crise econômica e transformações sociais na Europa do século XIX. Os imigrantes italianos, em sua maioria camponeses, foram incentivados pelo governo brasileiro a se estabelecerem no sul do país, onde encontrariam terras férteis e oportunidades na agricultura. A colonização italiana teve assim um impacto profundo na história, cultura, agricultura e economia do sul do Brasil. Os imigrantes italianos deixaram um legado duradouro, contribuindo para a formação cultural diversa e para a construção da identidade do país (Werlang, 1992; Radin, 2020). Riqueza, nosso *locus* de pesquisa, é uma localidade

---

<sup>1</sup> Dimensões da Dialectologia Pluridimensional: diazonal (ponto geográfico, localidade de Riqueza); diastrática (variação entre classes sociais, considerando o grau de escolaridade); diageracional (variação entre idades); diassexual (diferenças linguísticas entre homens e mulheres).

agrícola localizado no extremo oeste de Santa Catarina, colonizado por imigrantes teuto-russos, em 1916, e por imigrantes italianos provenientes das chamadas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, a partir de 1936.

No contexto do sul do Brasil, o contato linguístico entre o talian e o português tem sido objeto de estudo de diferentes pesquisas linguísticas. Desse contato resultou uma situação de bilinguismo (Mackey, 1972; Romaine, 1995), na qual os falantes empregam ambas as línguas na comunicação do dia a dia, principalmente em contextos informais. O *code-switching*<sup>2</sup> tem gerado mudanças significativas na gramática e no léxico do talian, evidenciando a importância do estudo desse contato linguístico para a compreensão da história e cultura dos imigrantes italianos na região. A valorização das diferentes formas de uso da língua, sem hierarquização de dialetos ou variantes linguísticas, é outro princípio importante da dialetologia pluridimensional. Todas as formas de uso da língua são igualmente válidas e merecem ser estudadas e preservadas. Além disso, a variação linguística é dinâmica e inerente a toda língua, que se encontra em constante evolução ao longo do tempo, o que corrobora a relevância da compreensão da história da língua e de sua evolução para entender as variações presentes atualmente.

A dialetologia pluridimensional busca estudar a variação linguística considerando diversos aspectos, de ordem social, histórica, geográfica e cultural. Essa abordagem permite compreender a variação linguística em um contexto mais amplo, levando em conta fatores externos ao sistema linguístico que influenciam o uso da língua em diferentes contextos. Variações linguísticas são resultado de uma interação complexa entre fatores internos e externos, como estrutura da língua, condições sociais, históricas, geográficas e culturais (Thun, 2010). Nesse contexto, a manutenção das línguas ameaçadas de extinção é uma preocupação global, e a UNESCO<sup>3</sup> publicou um documento em 2003 com parâmetros para avaliar a vitalidade dessas línguas. Esses parâmetros são agrupados em três categorias: demográficos e socioeconômicos, transmissão intergeracional e produção de materiais para educação e alfabetização linguística.

## 2 CONTEXTO DA PESQUISA

A colonização italiana no sul do Brasil é um tema de grande relevância para a compreensão da história e da cultura do país. De acordo com Radin (2020), a imigração italiana no Brasil foi um dos maiores movimentos migratórios da história, tendo como principal destino a região sul do país, especialmente os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Werlang (1992) ressalta que a colonização italiana no sul do Brasil teve um grande impacto na cultura e na economia da região. Os imigrantes italianos trouxeram consigo sua língua, sua religião, sua culinária e suas tradições, contribuindo para a formação de uma cultura rica e diversa na região sul do Brasil. Além disso, a colonização italiana foi fundamental para o desenvolvimento da agricultura no sul do país, especialmente no cultivo de uvas, produção de vinhos e outros produtos agrícolas.

---

<sup>2</sup> Gumperz, 1982; Grosjean, 1982; Appel; Muysken, 1987; Frizzo; Krug; Horst, 2021.

<sup>3</sup> UNESCO Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages. Language vitality and endangerment. Paris: document submitted to the International Expert Meeting on UNESCO Programme Safeguarding of Endangered Languages.

No entanto, a colonização italiana, no sul do Brasil, também foi marcada por dificuldades e desafios. Segundo Margotti (2004), os imigrantes italianos enfrentaram diversas dificuldades, como a adaptação ao clima e ao solo da região, a falta de infraestrutura e de serviços básicos, e a discriminação por parte da população local. Apesar dessas dificuldades, os imigrantes italianos conseguiram se estabelecer e construir uma nova vida no sul do Brasil.

Di Domenico (2010) destaca que a colonização de Riqueza, localizada no oeste de Santa Catarina, foi marcada por um intenso processo de migração italiana no final do século XIX e início do século XX. Fundada em 1930, Riqueza está situada no Extremo Oeste de Santa Catarina, a 720 quilômetros da capital, Florianópolis. Os imigrantes italianos chegaram à região em busca de melhores condições de vida e trabalho, e encontraram em Riqueza um lugar propício para se estabelecerem. Eles trouxeram consigo, além dos costumes e tradições, também sua língua, hoje falada por uma parte da população em Riqueza, especialmente pelas gerações mais velhas. Conforme Pinheiro (2014), é preciso prestar atenção à diversidade interna que caracteriza esses grupos e que costuma ser maior do que se supõem originalmente.

Di Domenico (2010) também aponta que a colonização de Riqueza foi marcada por um intenso processo de trabalho na agricultura, especialmente na produção de milho e feijão. A chegada dos imigrantes italianos trouxe consigo uma variedade de dialetos, cada um com suas particularidades e influências regionais. Além disso, a convivência com outras línguas e culturas, como o português e as línguas indígenas, também teve um impacto no desenvolvimento dos dialetos italianos no sul do Brasil.

O grupo *Vivere e Cantare*, selecionado para a pesquisa, constitui-se no que Eckert e Wenger (2005) uma “comunidade de prática”, na qual os integrantes são filhos e netos de imigrantes italianos. A instituição em questão configura-se como uma entidade filantrópica, caracterizada pela ausência de fins lucrativos, adotando uma postura apolítica, sendo de natureza privada e de interesse público. Seus objetivos fundamentais, conforme delineados no Estatuto do Grupo de Cultura Italiana (2009), compreendem o resgate, conhecimento, preservação e valorização das raízes culturais dos antepassados. Os encontros promovidos pela entidade têm como finalidade principal a disseminação da cultura, considerada como alicerce para a convivência em sociedade. Além disso, tais reuniões visam salvaguardar e promover a língua italiana. Por meio de eventos artístico-culturais, a instituição propicia intercâmbio com entidades afins, tanto no âmbito nacional, quanto internacional, com ênfase nas relações com a Itália. A entidade, por conseguinte, fomenta a integração regional através de atividades como almoços e jantares típicos italianos, encontros de grupos e corais, apresentações culturais, participações musicais em programas de rádio e celebrações religiosas por toda região.

### **3 DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL NOS ESTUDOS DE CONTATO LINGUÍSTICO**

A partir da dialetologia pluridimensional busca-se abranger o amplo espectro da variação e mudança linguística, tanto na dimensão diatópica quanto nas dimensões sociais da variação. É considerando um contexto mais amplo, no sentido macro, em que se analisam os fatores externos ao sistema linguístico, que podem influenciar o uso da língua em diferentes contextos. Segundo Thun (1998, 2010), um dos princípios da dialetologia pluridimensional é a compreensão de que a variação linguística é resultado

FLP 25(2)

de uma interação complexa entre fatores internos e externos ao sistema linguístico. Isso significa que a variação não pode ser explicada apenas pela estrutura da língua, mas também pelas condições sociais, históricas, geográficas e culturais em que ocorre. Por exemplo, a forma como as pessoas falam pode ser influenciada pelo seu status social, pela região em que vivem ou pelos contatos linguísticos que estabelecem com outras comunidades.

Outro princípio importante da dialetologia pluridimensional é a valorização das diferentes formas de uso da língua, sem hierarquização de dialetos ou variantes linguísticas. Radke e Thun (1998) destacam que todas as formas de uso da língua são igualmente válidas e merecem ser estudadas e preservadas. Isso significa que a dialetologia pluridimensional busca entender a variação linguística de forma objetiva, sem julgamentos de valor sobre as formas corretas ou incorretas de falar. Além disso, ela busca entender as variações linguísticas em sua dinamicidade e variação temporal.

Conforme Zanella (2023), a história narra o contato entre os povos, sua cultura e língua, mostrando a magnitude da pesquisa linguística sobre o assunto para compreendermos nosso falar. O contato linguístico entre o talian e o português tem sido um tema de diversos estudos linguísticos nas últimas décadas. De acordo com Pertile (2009), o talian tem passado por um processo de mudança linguística devido ao contato com o português, e está se tornando cada vez mais semelhante ao português em relação à fonologia, gramática e léxico.

Mello, Altenhofen e Raso (2011) também destacam os estudos do contato linguístico entre o talian e o português, afirmando que esse fenômeno tem gerado mudanças significativas na gramática e no léxico do talian. Esses estudos igualmente evidenciam mudanças significativas na cultura dos imigrantes italianos no sul do Brasil.

É importante destacar que essas mudanças não são negativas e fazem parte do processo natural de desenvolvimento das línguas e das culturas. Porém, a manutenção do talian é vista como fundamental para a preservação da cultura dos imigrantes italianos no sul do Brasil, e é importante que seja objeto de estudo e de políticas públicas para sua promoção e difusão, desmistificando, dessa forma, antigos estigmas sobre o bilinguismo.

Altenhofen (2017) aponta para a existência de alguns mitos relacionados ao bilinguismo de línguas de imigração, entre os quais cabe destacar: 1) O mito da assimilação: a ideia de que os imigrantes devem abandonar sua língua e cultura de origem para se assimilarem à cultura e língua do país de destino; 2) O mito da competição linguística: a ideia de que a aquisição de uma nova língua necessariamente implica na perda da língua de origem; 3) O mito da homogeneização: a ideia de que a língua e cultura do país de destino são homogêneas e devem ser adotadas pelos imigrantes; 4) O mito da superioridade linguística: a ideia de que a língua do país de destino é superior à língua de origem dos imigrantes.

Altenhofen (2017) argumenta que o bilinguismo é uma habilidade valiosa e enriquecedora para os indivíduos e a sociedade como um todo, que porém é ofuscada e mal-entendida em função de mitos como esses, que são rebatidos por diferentes estudos. Pesquisadores como Altenhofen (2004, 2013), Krug e Horst (2015), defendem a importância de valorizar e promover o bilinguismo nas línguas de (i)migração, reconhecendo a diversidade linguística e cultural como uma riqueza e um patrimônio a ser preservado. Os pesquisadores destacam que a promoção do bilinguismo pode melhorar a inclusão social, a comunicação intercultural e a educação multicultural, além

de possibilitar uma compreensão mais ampla e profunda das diferentes culturas e perspectivas. Portanto, é fundamental que as políticas linguísticas reconheçam a importância do bilinguismo e trabalhem para promovê-lo e protegê-lo.

Ainda no que se refere ao patrimônio linguístico representado pelas línguas de imigração, Horst e Krug (2020) destacam a importância de manter uma educação plurilinguística desde o seio familiar, onde o foco deve ser, segundo os autores, criar um ambiente favorável, de estímulos positivos em relação às línguas que estiverem ao alcance das famílias, de maior e menor prestígio na sociedade como um todo, desenvolvendo assim uma consciência linguística nas crianças.

#### 4 DIMENSÕES DE ANÁLISE E PARÂMETROS PARA AVALIAR A VITALIDADE LINGUÍSTICA

Selecionamos quatro dimensões de análise com base em Thun (1998, 2010): diazonal (informantes do grupo italiano *Vivere e Cantare* e pessoas de fora do grupo, todo residentes em Riqueza); diastrática (informantes com baixa escolaridade - Cb - e com alta escolaridade - Ca); diageracional (informantes de 18 a 36 anos - GI (geração I) e informantes com mais de 55 anos - GII (geração II); e diassexual (homens e mulheres). Além disso, conforme já mencionado, nos orientamos pelos parâmetros da UNESCO (2003) que ajudam a identificar as áreas em que é necessário intervir para preservar e revitalizar uma língua ameaçada de extinção. Estes parâmetros são agrupados em três categorias: demográficos e socioeconômicos; linguísticos; políticos e institucionais.

A primeira categoria inclui quatro parâmetros *demográficos e socioeconômicos*: i) número absoluto de falantes; ii) transmissão intergeracional; iii) produção de materiais para educação e alfabetização linguística e iv) competência na língua em risco.

Para além de um mero quantitativo total, o primeiro parâmetro, considerando o *número absoluto de falantes*<sup>4</sup>, cabe perguntar quem são exatamente os falantes da língua, se as gerações jovens, futuras transmissoras da língua, também fazem uso efetivo da língua. De acordo com a UNESCO (2003), grupos com um número limitado de falantes podem sofrer perdas significativas de usuários, especialmente quando em contato com outras línguas, o que pode acelerar o processo de desuso da língua minoritária, como acontece com algumas tribos indígenas. A avaliação do risco envolvido requer uma análise da proporção de falantes, conforme demonstrado a seguir. Uma classificação de 5 é atribuída a línguas muito seguras (quando a grande maioria da comunidade fala) e 0 é atribuída a línguas extintas (quando ninguém mais fala).

Conforme a UNESCO (2003), a classificação de risco para línguas é dividida em cinco categorias. Na categoria 5, a língua está segura quando todos na comunidade a falam. Na categoria 4, quase todos falam, mas a situação é considerada insegura. Na categoria 3, a maioria das pessoas fala a língua, mas ela é diagnosticada como definitivamente em risco. O risco aumenta na categoria 2, quando apenas uma minoria fala a língua na comunidade, indicando que a língua está severamente em risco. Na categoria 1, muito poucas pessoas falam a língua, o que significa que ela está

---

<sup>4</sup> Proportion of Speakers within the Total Population (UNESCO, 2003, p. 9).

criticamente em risco. O último estágio é a extinção, que corresponde à categoria 0, quando ninguém mais fala a língua.

A língua, identidade e cultura estão sujeitas a valores comerciais, ao monolinguismo ou plurilinguismo com *status* de poder, e os falantes escolhem a língua de maior prestígio. São as atitudes positivas ou negativas dos falantes em relação à língua que estimulam sua manutenção, podendo até mesmo assumir um significado simbólico central na identidade coletiva, conforme a UNESCO (2003).

O segundo parâmetro, a *transmissão intergeracional*<sup>5</sup>, verifica quem ainda fala a língua, se está sendo transmitida para novas gerações. Garantir a diversidade linguística é crucial para garantir que as gerações futuras tenham acesso ao conhecimento acumulado historicamente. A perda de qualquer língua representa uma grande perda para a humanidade, já que com ela se perde o patrimônio cultural e o saber construído ao longo dos anos. Quando a língua materna deixa de ser transmitida às novas gerações, ocorre uma quebra na transmissão intergeracional. Autores como Altenhofen (2004, 2013), Krug e Horst (2015), Horst, Fornara e Krug (2017), Margotti (2004), Franchetto (2005) e Pertile (2009) discutem os fatores que influenciam essa situação. A análise envolve questões econômicas e políticas, o comportamento do falante em relação à língua e a política linguística praticada por entidades governamentais.

A *produção de materiais para educação e alfabetização linguística*<sup>6</sup>, o terceiro parâmetro de análise de vitalidade de uma língua, possibilita a educação na língua materna e, além de estimular a vitalidade linguística, retoma as tradições orais de uma língua minoritária. Esse fator está ligado diretamente às questões sociais e econômicas de uma comunidade linguística UNESCO (2003).

FLP 25(2)

A revitalização de línguas em risco de extinção é fundamentalmente alcançada por meio da educação. De acordo com Horst e Krug (2020), a escola desempenha um papel crucial na promoção do ensino de línguas em risco de extinção, por meio de um trabalho conjunto com a família e a comunidade. Os defensores do ensino monolíngue justificam sua opção pelo mito de que aprender apenas uma língua é melhor para o desenvolvimento escolar das crianças. No entanto, os autores chamam a atenção para a realidade bilíngue presente em muitas escolas públicas, que recebem crianças oriundas de imigrações recentes, como no caso dos haitianos e venezuelanos, o que exige tratamento diferenciado dos profissionais da educação. Appel e Muysken (1987) observam que desde 1950, a educação de crianças de grupos minoritários tem sido amplamente discutida, levando a um interesse crescente em línguas minoritárias.

Por fim, o quarto parâmetro para avaliar o grau de vitalidade de uma língua é a *competência na língua em risco* (isto é, a capacidade comunicativa dos indivíduos)<sup>7</sup>: tanto no que se refere à oralidade quanto à escrita, fator que auxilia e é determinante para a sua transmissão às próximas gerações.

A transmissão da língua para as novas gerações está diretamente relacionada com onde e com quem ela é utilizada. Quando os falantes usam a língua fora do âmbito familiar, em contextos como comércio, troca de mensagens e publicações, a língua tem maior probabilidade manter-se segura. De acordo com a UNESCO (2003, p. 9), a

<sup>5</sup> Intergenerational Language Transmission (UNESCO, 2003, p. 7).

<sup>6</sup> Materials for Language Education and Literacy (UNESCO, 2003, p. 12).

<sup>7</sup> Trends in Existing Language Domains (UNESCO, 2003, p. 9).

língua permanece viva quando é utilizada pelo grupo para interação, identidade, pensamento e comunicação em todos os domínios, como celebrações religiosas e atividades comerciais. O uso de múltiplas línguas por um grupo étnico não resulta necessariamente em perda, já que elas podem ser utilizadas em diferentes domínios, como ambientes comerciais e culturais. Spolsky (2004, 2018) observa que o *domain* escolar, possivelmente é o mais complexo no sentido da gestão e do planejamento linguístico, pois ali convivem diferentes pessoas, com diferentes percepções em relação ao uso de línguas. Mas é também neste espaço social que a educação para o plurilinguismo pode gerar movimentos significativos no sentido de uma manutenção de línguas, quando torna os indivíduos conscientes da pluralidade linguística (Horst; Krug, 2020).

A segunda categoria definida pela UNESCO (2003), a *linguística*, inclui os seguintes parâmetros: a) proporção de falantes na população total da comunidade; b) o uso da língua no que se refere à circulação em mídias e c) a percepção do status da língua.

O grau de vitalidade, considerando a *proporção de falantes na população total da comunidade*<sup>8</sup> é refletido pelos números de falantes e a presença dessa língua em relação ao total da população, se a língua em foco circula no comércio, na igreja, na escola, nos encontros festivos, em ambientes públicos, programas de rádio, entre outros contextos de uso. O número de falantes na comunidade é um fator determinante para a vitalidade da língua. Grupos religiosos, culturais, de dança e canto são formas de identificação para aqueles que a falam. Quando todos na comunidade falam a língua, ela é considerada segura, o que corresponde à categoria 5 de classificação. Se, por outro lado, atingir a categoria 0, corresponde à extinção da língua.

Busse e Sella (2012) descrevem a sobrevivência de uma língua como vinculada a grupos que se identificam. As autoras avaliam a sobreposição entre língua e cultura em contextos multilinguísticos, que ocorre por meio da convivência entre formas ou da competição e adoção de elementos diferentes. Segundo Skutnabb-Kangas (2009), uma língua é considerada vital quando é falada e transmitida a partir de uma geração para outra de forma natural, ou seja, quando há uma comunidade de falantes ativos e fluente que utilizam a língua em uma variedade de contextos, incluindo em casa, na escola, no trabalho e na mídia. Além disso, a existência de uma literatura rica e variada na língua, bem como de materiais educacionais, é essencial para a vitalidade da língua.

O uso da língua no que se refere à *circulação em mídias*<sup>9</sup> como rádio, TV, programas específicos de língua, jornais, entre outros, são fatores significativos para identificar a presença e a vitalidade de uma língua minoritária e também pensar em ações de salvaguarda de línguas que podem estar em situação de risco. Para que uma língua seja viva e presente no cotidiano de seus falantes, é importante que seja usada em diferentes domínios e mídias da sociedade. Além disso, é necessário considerar como manter a identidade cultural em um modelo de sociedade em constante evolução tecnológica. Conforme Horst, Fornara e Krug (2017), diversas estratégias têm sido

---

<sup>8</sup> Proportion of Speakers within the Total Population (UNESCO, 2003, p. 9).

<sup>9</sup> Response to New Domains and Media (UNESCO, 2003, p. 11).

adotadas, como a criação de programas de rádio, a publicação de artigos em jornais regionais e a utilização das redes sociais para divulgar a língua.

Com o crescente número de usuários da internet, tanto em áreas urbanas, quanto rurais, é cada vez mais importante utilizar essa ferramenta para divulgar e fortalecer as línguas minoritárias. A produção e divulgação de material de áudio, vídeo e leitura nas novas mídias é elementar para manter essas línguas vivas e protegê-las da extinção, segundo Zanella (2023). De acordo com a UNESCO (2003), escolas, locais de trabalho e novas mídias, como rádio e internet, muitas vezes têm sido usados para expandir o poder da língua dominante em detrimento das línguas minoritárias ameaçadas. Portanto, é importante manter a qualidade e a constância na divulgação, de forma a atrair o maior número possível de usuários, diversificando as atividades para diferentes faixas etárias. A qualidade da difusão e o tempo de permanência na mídia são fundamentais para despertar o interesse dos usuários.

Segundo a UNESCO (2003), ao avaliar a resposta de uma comunidade linguística em perigo, é preciso considerar todos os novos domínios, como emprego, educação e mídia. Também é feito um destaque para a importância em abordar esses domínios juntos, a fim de proteger as línguas minoritárias e garantir sua sobrevivência no mundo moderno.

A *percepção do status da língua*<sup>10</sup> por parte dos falantes da língua é um fator significativo. As atitudes dos membros da comunidade em relação à sua própria língua não são imparciais. A valorização da língua por parte dos membros tem relação direta com questões econômicas e a dinâmica da sociedade, tanto de forma positiva quanto negativa.

Garantir o respeito e a proteção das línguas minoritárias envolve diferentes formas de pensamento e ação. A mobilização das comunidades que falam essas línguas para defender seus direitos linguísticos têm contribuído para estabelecer um marco na proteção contra o glotocídio. Por meio da iniciativa das próprias comunidades, o reconhecimento e a cooficialização de 22 línguas em 51 municípios brasileiros, segundo o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL)<sup>11</sup>, representam um avanço significativo na proteção da diversidade linguística do país.

Para concluir, destacamos a terceira categoria, dos aspectos *políticos e institucionais* que, assim como as categorias anteriormente mencionadas, inclui diferentes parâmetros: i) atitudes e políticas institucionais e governamentais de linguagem, incluindo status e uso oficial e ii) quantidade e qualidade da documentação (escala).

Em se tratando do primeiro parâmetro referente às *atitudes e políticas institucionais e governamentais de linguagem, incluindo status e uso oficial*<sup>12</sup>, destacamos que, embora a oficialização de uma língua seja um passo importante para o reconhecimento e a preservação de uma língua, ela não garante automaticamente que a língua será

<sup>10</sup> Community Members' Attitudes toward their own Language (UNESCO, 2003, p. 14).

<sup>11</sup> O IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística – é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter cultural e educacional, fundada em 1999, com sede em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, que representa os interesses da sociedade civil.

<sup>12</sup> Governmental and Institutional Language Attitudes And Policies Including Official Status and Use (UNESCO, 2003, p. 13).

amplamente usada em todas as esferas da sociedade. O uso de uma língua é influenciado por uma série de fatores complexos que vão além de sua oficialização.

Oliveira e Altenhofen (2011) afirmam que políticas públicas educacionais devem incluir uma política linguística em diálogo com a comunidade de falantes. No entanto, a situação atual é que, em geral, o bilinguismo em escolas de áreas bi-/plurilíngues de imigração é tratado de forma negligente ou minimizada. Embora a legislação e as instituições de ensino de línguas estrangeiras reconheçam a importância do conhecimento de mais de uma língua como requisito de mercado de trabalho e do contexto internacional, o valor do bilinguismo social é paradoxalmente ignorado ou subestimado.

Embora a competência multilíngue seja uma meta difícil de alcançar para a escola brasileira, a sociedade tem à disposição um bilinguismo ainda vivo que pode ser um “ministério a céu aberto” para a escola e a sociedade. No entanto, o bilinguismo não é reconhecido e valorizado na mesma medida que deveria ser, apesar dos inúmeros benefícios que a pesquisa recente tem revelado (Romaine, 1995; King; Mackey, 2007; Horst; Krug, 2020).

A *quantidade e qualidade da documentação (escala)*<sup>13</sup>, por exemplo, registros de áudio, registro escrito, vídeo, traduzidos auxiliam a comunidade e linguistas na pesquisa e estudo da língua. A UNESCO (2003) enfatiza a importância de realizar uma documentação e registro adequados das línguas, verificando o tipo e a qualidade da documentação linguística existente. Especialistas em línguas e contextos plurilíngues, em particular os linguistas, compreendem que a documentação deve ser uma prioridade, incluindo a coleta, registro e análise de dados de línguas ameaçadas de extinção (UNESCO, 2003, p. 6).

Manter um registro de qualidade é uma forma segura de preservar a língua, mesmo quando ela não é transmitida ou não tem um número expressivo de falantes, nem é utilizada em mídias, espaços públicos ou no ensino. Conforme a orientação da UNESCO (2003), os estudos linguísticos não poderiam ocorrer sem um registro adequado para pesquisa e análise. Portanto, a documentação das línguas deve ser valorizada e considerada uma forma essencial de proteção da diversidade linguística e cultural. É fundamental que haja apoio político e comunitário para manter o papel das línguas ameaçadas e que as tradições sejam transmitidas de geração em geração. O registro documental pode ser a única forma de recuperar uma língua já extinta.

## 5 ANÁLISES E CONSTATAÇÕES SOBRE A VITALIDADE LINGUÍSTICA DO TALIAN EM RIQUEZA/SC

A partir do objetivo geral de analisar a vitalidade linguística do talian em Riqueza, Santa Catarina, com base nas crenças e atitudes linguísticas dos ítalo-brasileiros, recorreu-se, conforme exposto, a diferentes dimensões de análise - diazonal, diastrática, diageracional e diassexual – bem como diferentes categorias com os respectivos parâmetros estabelecidos pelo *Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages* da UNESCO, para estabelecer o grau de vitalidade do talian, entre uma escala de 0 a 5, de língua extinta a língua com vitalidade estável. Foram analisadas diferentes dimensões que auxiliaram na descrição dos objetivos específicos deste estudo: A) identificar na

<sup>13</sup> Amount and Quality of Documentation (UNESCO, 2003, p. 16).

dimensão diageracional, a variação da vitalidade do talian entre diferentes gerações de falantes; B) verificar, na dimensão diazonal, a relação de dominância do talian entre os informantes de Riqueza, incluindo os participantes do Grupo Cultural Italiano *Vivere e Cantare* e os demais informantes; C) registrar diferenças no uso e manutenção do talian, entre homens e mulheres; D) destacar a influência da dimensão diastrática, investigando o grau de dominância do português e o domínio das habilidades comunicativas.

Segundo Thun (2010, 2017), a dimensão **diageracional** é importante para a compreensão da variação linguística em uma determinada comunidade, uma vez que permite identificar as mudanças linguísticas em curso na localidade. Além disso, essa dimensão pode contribuir para a compreensão dos processos sociais e culturais que influenciam a mudança linguística nessa mesma comunidade.

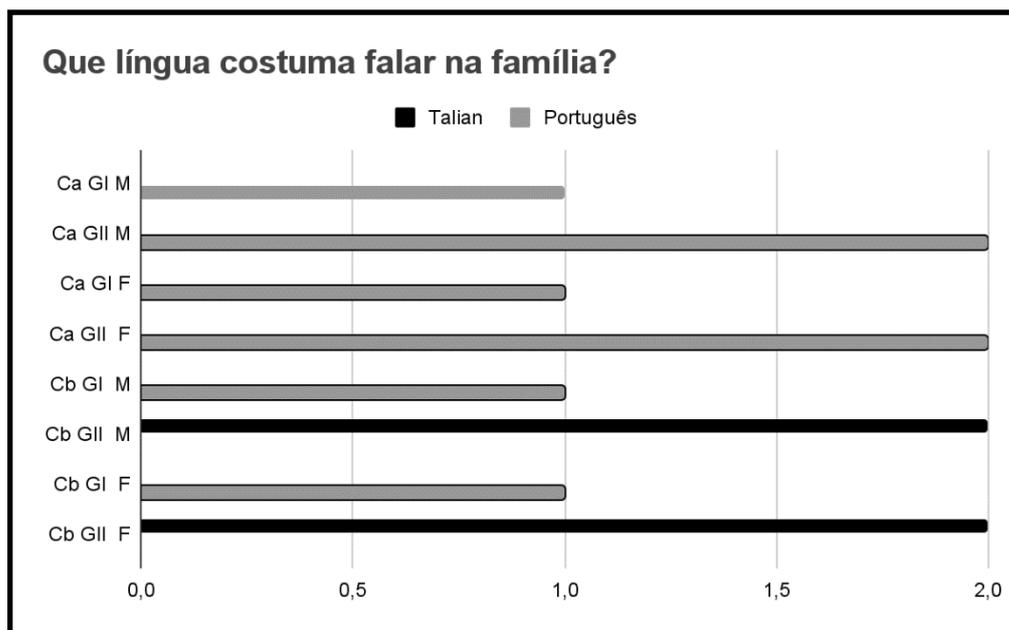
O processo de mudança em tempo aparente pode levar várias gerações para se manifestar e, em alguns casos, pode resultar em diferentes formas de falar dentro de uma mesma família, como avós, pais e filhos, sem que isso prejudique a comunicação. Segundo Coseriu (1982), a mudança linguística deve ser vista como um processo organizado, em que as limitações que condicionam a língua coexistem com os objetivos, as atividades e a existência concreta da mesma. É importante destacar que as transformações sociais afetam a língua, e estas estão intimamente relacionadas às atitudes dos indivíduos de uma determinada região em um determinado período de tempo.

Durante as entrevistas realizadas, foi possível notar que os informantes possuem diferentes formas de se relacionar com a língua, identidade e cultura. Mesmo quando afirmam ter ascendência italiana, muitos deles não utilizam a língua minoritária em seu dia a dia ou afirmam não ter aprendido a língua, conforme indicado por CaGI-MLR<sup>14</sup>. Apesar de não desenvolverem habilidades linguísticas, muitos deles destacam que a identidade está relacionada a características físicas, cultura, festividades e gastronomia típicas. Diante desses resultados, é importante refletir sobre a possibilidade de outros elementos culturais contribuírem para a proteção da língua.

FLP 25(2)

---

<sup>14</sup> Informante com Ca (escolaridade alta); da GI (entre 18 e 36 anos; M (Homem); da LR (Localidade de Riqueza).



Fonte: Zanella (2023, p. 93).

Gráfico 1 - Que língua costuma falar na família?

Após análise do parâmetro 1 - transmissão intergeracional da língua minoritária - constatou-se, durante as entrevistas realizadas, que a transmissão intergeracional do talian em Riqueza obteve um grau 3 numa escala de 0 a 5, segundo os critérios da UNESCO (2003). Esse resultado se deve ao fato de que a língua é predominantemente utilizada pela geração dos pais ou mais idosos, pelos avós, e em alguns casos, recebe um grau 2. Com base nos parâmetros da UNESCO (2003) e considerando especificamente a transmissão e geração diageracional, é possível prever que o talian está em sério risco de extinção nas próximas décadas. É importante destacar que, embora os falantes ainda possam compreender o talian, a língua pode ser considerada menos relevante do que o português, tornando-se apenas uma parte da memória cultural e histórica, porém, não mais presente na vida diária.

De acordo com Busse e Sella (2012), a língua, assim como outros aspectos culturais, é um elemento que conecta as pessoas com sua terra natal, tanto a pátria-mãe, na Europa, quanto na segunda pátria, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Segundo Thun (1998), a dimensão **diestrática** é fundamental para a compreensão da variação linguística de grupos mais ou menos escolarizados, uma vez que permite identificar as diferenças e semelhanças entre as línguas faladas por indivíduos que estudaram pouco e aqueles que fizeram o ensino superior.

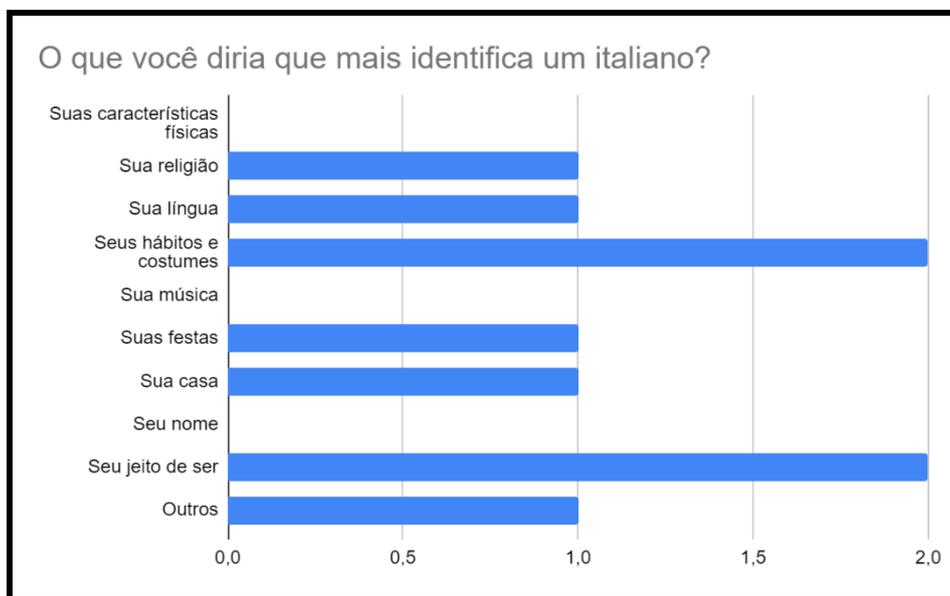
Ao observar novamente o Gráfico 01, novamente, foi possível notar uma regularidade no uso do português na dimensão diestrática. A análise dos dados apresentados mostrou que quanto maior o grau de escolaridade, maior a tendência de favorecer o uso predominante do português. As colunas cinzas, referentes ao português, apresentaram índices mais elevados nos grupos das classes Ca. As colunas em preto, que representam o talian, tiveram expressão no mesmo nível nas gerações CbGI e CbGII.

Verifica-se, portanto, que a classe Cb mantém uma maior vitalidade linguística do talian, enquanto a Ca apresenta um maior grau de uso de português. O grupo Cb, sem ensino superior, está relacionado à língua de imigração, mesmo que nem todos participem das atividades do Grupo de Cultura Italiana<sup>15</sup>, mas mantém uma convivência próxima com a família. Enquanto isso, a Ca apresenta um maior contato dos falantes com o português na escola e no meio social em que vivem, possibilitando uma maior inclusão na vida urbana.

A análise da dimensão diassexual, na dialetologia pluridimensional, é uma área em desenvolvimento, mas já foram observadas algumas tendências, no que se refere à variação linguística relacionada ao gênero, como o uso de determinados traços linguísticos mais frequentes em homens ou mulheres. Segundo Thun (1998), a dimensão **diassexual** é importante para a compreensão da variação linguística em uma determinada comunidade, uma vez que permite identificar as diferenças e semelhanças linguísticas entre diferentes grupos de gênero. Além disso, essa dimensão pode contribuir para a compreensão dos processos sociais e culturais que influenciam a mudança linguística em uma determinada comunidade. Zanella (2023) afirma que a influência da colonização realizada na localidade de Riqueza com diferentes etnias, gerou a necessidade do uso do português como língua de contato.

A análise da dimensão **diazonal** pode levar à identificação de diferentes zonas linguísticas dentro de uma região, cada uma com suas próprias características linguísticas, que podem estar relacionadas à geografia, história, cultura, entre outros fatores. Essa análise pode ser útil para a elaboração de políticas linguísticas e para a manutenção da diversidade linguística de uma determinada região (Thun, 1998).

FLP 25(2)



Fonte: Dados do ALCF - anotações do caderno de campo Zanella, 2023.

Gráfico 2 - O que você diria que mais identifica um italiano?

Realizamos entrevistas com informantes da GII e GI, de ambos os gêneros e classes de escolaridade, tanto Ca quanto Cb, e perguntamos: “Se fosse dizer o que mais o identifica como descendente de italianos, o que seria?” As respostas a essa pergunta,

<sup>15</sup> GCI - Grupo de Cultura Italiana - Vivere e Cantare - de Riqueza, Santa Catarina.

que estão destacadas no gráfico 02, mostram que mesmo aqueles que não sabem talian ou não o utilizam no dia a dia ainda se identificam com hábitos, costumes e a língua falada na cultura italiana presente na região. Durante as entrevistas, muitos informantes expressaram sentimentos de saudade ao lembrarem dos pais e avós, bem como das conversas, leituras de jornais e revistas da época em italiano. Em muitos casos, a história da família e a colonização da região se entrelaçam, reforçando a identidade italiana dos informantes. Para aqueles que participam do Grupo de Cultura Italiana, a identidade mostrou-se ainda mais forte, devido à oportunidade de se comunicar, cantar, conversar e contar histórias na língua de imigração durante os encontros do grupo e nas visitas a outros grupos da região, trazendo alegria e entusiasmo.

O estudo analisou as dimensões investigadas e utilizou os conceitos e parâmetros da UNESCO (2003) para avaliar a vitalidade do talian. O resultado indica que a língua está severamente em risco de extinção em Riqueza, já que apenas as gerações mais velhas a utilizam. A transmissão intergeracional não vem ocorrendo e a língua está sendo substituída pelo português nas gerações mais jovens. Os informantes que participam do Grupo de Cultura Italiana têm um uso mais frequente do talian. Não foram identificados mitos ou crenças que explicam a motivação para abandonar a língua, mas a circulação do talian em domínios sociais, como comércio, igreja e escola, é limitada. A produção de materiais para educação e alfabetização linguística na língua minoritária é insuficiente, e sua documentação é inadequada para a proteção da língua. A defesa das línguas minoritárias depende de um esforço conjunto para desenvolver um ambiente que proporcione a saúde linguística dos cidadãos do país.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

FLP 25(2)

Os resultados da pesquisa apontam para a importância das quatro dimensões de análise da pesquisa (diageracional, diastrática, diassexual e diazonal) para a compreensão da variação linguística com foco no estudo da vitalidade da língua talian em Riqueza, oeste de Santa Catarina. A partir da análise dos dados, constatou-se que o talian está em sério risco de extinção, com transmissão intergeracional limitada e substituição pelo português nas gerações mais jovens. A participação em grupos culturais mostra-se como um fator atenuador da perda, uma vez que favorece o uso mais frequente do talian.

Além disso, foi observado que o português é a língua predominante, especialmente entre os informantes com maior grau de escolaridade. A identidade italiana ainda é valorizada, mesmo entre os falantes que não utilizam o talian no dia a dia, sendo associada a hábitos, costumes e memórias familiares. No entanto, a circulação do talian em domínios sociais é limitada, e a produção de materiais educacionais e a documentação da língua são consideradas insuficientes. A proteção das línguas minoritárias depende de esforços conjuntos para criar um ambiente propício ao desenvolvimento linguístico e à salvaguarda da diversidade cultural.

Para salvaguardar uma língua, é necessário que ocorra a transmissão intergeracional de forma natural e segura, com um número significativo de falantes em todas as faixas etárias. Manter um percentual alto da população como falantes da língua exige esforços da população e do poder público, incluindo ações de incentivo e valorização da língua. Além disso, é crucial que a língua esteja presente em ambientes de convívio e de produção de conhecimento.

Iniciativas a nível municipal, como censo linguístico e cooficialização de línguas, são iniciativas que têm um impacto direto na manutenção da identidade cultural e na promoção da diversidade linguística. Além disso, com mais informações sobre a comunidade de pesquisa, podem ser realizadas ainda mais pesquisas em Riqueza e região, pois o conhecimento das nuances linguísticas municipais não só amplia o escopo dos estudos acadêmicos, mas também desempenha um papel crucial na salvaguarda da identidade cultural e linguística da região.

A estabilidade da língua não é apenas responsabilidade das organizações públicas, mas também é de interesse daqueles que se identificam com ela. A conscientização e o conhecimento são ferramentas indispensáveis a médio e longo prazo para buscar o reconhecimento e proteger a língua e identidade. Portanto, a valorização e proteção da língua devem ser uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade.

## REFERÊNCIAS

- Altenhofen CV. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*. 2004;2(1):83-93. [citado 13 ago. 2022]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41678200>.
- Altenhofen CV. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. *Letras Norte@mentos*. 2013;12(6):31-52.
- Altenhofen CV. Plurilinguismo na escola e na sociedade em uma perspectiva macrolinguística. Porto Alegre: Organon; 2017.
- Altenhofen CV, Oliveira GM. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: Mello H, Altenhofen CV, Raso T, organizadores. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2011.
- Appel R, Muysken P. *Language contact and bilingualism*. London: Edward Arnold; 1987.
- Busse S, Sella AF. Uma análise das crenças e atitudes linguísticas dos falantes do oeste do Paraná. *Signum*. 2012;1(15) jun.:77-93. [citado 14 mar. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2012v15n1p77>.
- Coseriu E. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas; 1982.
- Eckert P, Wenger E. Communities of practice in Sociolinguistics: what is the role of power in Sociolinguistics variations? *Journal of Sociolinguistics*. 2005;9:582-589. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1360-6441.2005.00307>.
- Di Domênico SM. *Iracema - Riqueza: fragmentos de uma história*. Riqueza: Argos; 2010.
- Franchetto B. Línguas em perigo e línguas como patrimônio imaterial. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional: Patrimônio imaterial e biodiversidade*. 2005;32:182-202. [citado 05 jun. 2021]. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/rev\\_pat\\_n32.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/rev_pat_n32.pdf).
- Frizzo CE, Krug MJ, Horst C. Code-switching na comunidade Kaingang da terra indígena Guarita. *Interfaces*. 2021;12(1):232-241.
- Grosjean F. *Life with two languages: an introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press; 1982.
- Gumperz J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press; 1982.
- Horst C, Fornara AE, Krug MJ. Estratégias de manutenção e revitalização linguística no Oeste Catarinense. *Organon*. 2017;32(62):1-16.
- Horst C, Krug MJ. Desafios de uma educação plurilinguística em um país que se diz monolíngue: um estudo de caso. *Linguagem & Ensino*. 2020;23(4) out.-dez.:1274-1296.

FLP 25(2)

- Horst C, Krug MJ. *Brasilianische Westfälische Grammatik*. *Jornal Certel*. julho de 2022.
- King KA, Mackey A. *The bilingual edge: why, when, and how to teach your child a second language*. New York: Collins; 2007.
- Krug MJ, Horst C. Identidade e comportamento étnico-linguístico em um contexto multilíngue no sul do Brasil: teoria e prática. *Nonada*. 2015;1(24):173-187.
- Krug MJ, Horst C. Dialetolegia pluridimensional e relacional: entrevista com o professor dr. Harald Thun. *Working Papers em Linguística*. 2022;23(1):8-16.
- Mackey WF. The description of bilingualism. In: Fishman JA, organizador. *Reading in the sociology of language*. 3.ª ed. The Hague: Mouton; 1972. p. 554-584. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110805376.554>.
- Margotti FW. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil [tese]*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.
- Mello H, Althenhofen CV, Raso T, organizadores. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; 2011.
- Pertile MT. *O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho [tese]*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009.
- Pinheiro LS. *Processos de territorialização de variedades dialetais do italiano como línguas de imigração no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS; 2014.
- Radin JC. *Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas*. Chapecó: Editora UFFS; 2020.
- Radtke E, Thun H. *La geolinguística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay)*. Tübingen: Niemeyer; 1998.
- Romaine S. *Bilingualism*. 2.ª ed. Oxford: Basil Blackwell; 1995.
- Skutnabb-Kangas T. Direitos humanos linguísticos na educação para a manutenção da língua. *Ecolinguística*. 2009;5(2):25-39.
- Spolsky B. *Language policy*. Cambridge: Cambridge University Press; 2004.
- Spolsky B. Language policy in Portuguese colonies and successor states. *Current Issues in Language Planning*. 2018;19(1):62-97. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14664208.2017.1316564>.
- Thun H. *La geolinguística como lingüística variacional general*. In: *International Congress of Romance Linguistics and Philology*. Vol. 5. Tübingen: Niemeyer; 1998. p. 701-729, 787-789.
- Thun H. *Pluridimensional cartography*. In: Lameli A, Kehrein R, Rabanus C, editores. *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton; 2010. p. 506-523.
- Thun H, et al. O velho e o novo na geolinguística. *Cadernos de Tradução*. 2017;40:59-81. [citado 20 jan. 2021]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdetraducao/article/view/87208/50004>.
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Guidelines for the Establishment of National, "Living Human Treasure" Systems*. Intangible Heritage Section. 2003. 12 p. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00031-EN.pdf>.
- Werlang AA, et al. *A colonização às margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia. territorial sul Brasil*. Florianópolis: UFSC; 1992.
- Zanella F. *A vitalidade do talian em Riqueza/SC: uma análise a partir das dimensões da dialetolegia pluridimensional e dos parâmetros da Unesco [dissertação]*. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul; 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6591>.

## Clavícula, cantareira e saboneteira: as variedades do português formosense

### *Clavicle, Cantareira, and Saboneteira: the varieties of Formosan Portuguese*

Karina de Jesus Araujo\*

*Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, MT, Brasil*

Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida\*\*

*Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo analisar a forma “clavícula” a partir do(s) falar/falares dos moradores/migrantes de Formoso do Araguaia - TO, traçando representações sociolinguísticas no contexto semântico-lexical dos que nasceram ou vivem nessa comunidade. A questão central é compreender de que maneira essa lexia varia. Utiliza-se a abordagem qualitativa, fundamentada na Dialectologia Pluridimensional e Relacional de Thun (2010) e na técnica dos três passos: *perguntar, insistir e sugerir*, aplicando a questão 106 do QSL: *Como se chama o osso que vai do pescoço até o ombro?* A coleta foi dividida em dois pontos de inquérito: urbano e rural, com a participação de 48 informantes distribuídos em quatro grupos que representam diferentes variedades do português: maranhense (PM), gaúcho (PG), caipira (PC) e ribeirinho (PR) além de duas gerações, os mais jovens (GI) e os mais velhos (GII), abrangendo ambos os sexos. As análises se concentraram na ocorrência, frequência e divergência das formas utilizadas para referir-se à *clavícula*. Os resultados foram documentados em mapas polifórmicos e de status da forma. Assim, esta pesquisa contribui ao identificar as lexias predominantes na comunidade, além de oferecer *insights* relevantes para a sociedade em geral e para os estudos dialetais em todo o país.

**Palavras-chave:** Clavícula. Variante. Cantareira. Saboneteira.

**Abstract:** This research aims to analyze the term “clavícula” (clavicle) based on the speech of residents/migrants of Formoso do Araguaia - TO, tracing sociolinguistic representations in the semantic-lexical context of those born or living in this community. The central question is to understand how this lexeme varies. A qualitative approach is used, grounded in Thun’s (2010) Pluridimensional and Relational Dialectology, and employing the three-step technique: asking, insisting, and suggesting, applying question 106 from the QSL: *What is the name of the bone that goes from the neck to the shoulder?* Data collection was divided into two inquiry points: urban and rural, involving 48 informants distributed across four groups representing different varieties of Portuguese: Maranhense (PM), Gaúcho (PG), Caipira (PC), and Ribeirinho (PR), as well as two generations, the younger (GI) and the older (GII), encompassing both genders. Analyses focused on the occurrence, frequency, and divergence of the forms used to refer to the clavicle. Results were documented in polyformic and form status maps. Thus, this research contributes by identifying the predominant lexemes in the community, as well as offering relevant insights for society at large and for dialectal studies throughout

---

\* Professora da Educação Básica, Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, Doutoranda, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Brasil; [kjaraujo@usp.br](mailto:kjaraujo@usp.br)

\*\* Professor Titular, Universidade de São Paulo - USP, Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa - Letras, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil; [msantiago@usp.br](mailto:msantiago@usp.br)

the country.

**Keywords:** Clavicle. Variant. Cantareira. Saboneteira.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo exhibe um recorte do estudo de mestrado intitulado *Atlas Semântico-Lexical de Formoso do Araguaia - Tocantins: a Dialectologia Pluridimensional e Relacional na Amazônia Legal*. A pesquisa se baseia na abordagem da Dialectologia Pluridimensional e Relacional proposta por Thun (2010), bem como nos princípios labovianos da variação linguística (Labov, 2008). A análise engloba várias dimensões linguísticas, incluindo as diatópicas (geográficas), diastráticas (sociais), diagenéricas (relacionadas ao gênero), diageracionais (geracionais), diavarietais (variações regionais) e diarreferenciais (referentes a situações comunicativas). O principal objetivo deste estudo é contribuir para a pesquisa sobre as variedades da língua portuguesa brasileira, destacando a riqueza cultural local e investigando as variações linguísticas presentes no município de Formoso do Araguaia.

Nesse contexto, o foco central deste artigo é a variante *clavícula* e suas diferentes denominações documentadas nesse município, tendo como base a pergunta 106 do Questionário Semântico-Lexical do Atlas Linguístico do Brasil (QSL/ALiB): *Qual é o nome do osso que vai do pescoço até o ombro?*, pertencente a área semântica “corpo humano”. O município pesquisado é conhecido como a “Capital da Irrigação” e está localizado próximo à “Ilha do Bananal” e às comunidades indígenas do tronco Macro-jê. Além disso, é cortado por dois rios importantes: o rio Formoso, que desempenha um papel crucial no projeto de irrigação local e nas plantações de arroz e melancia, e o rio Javaés, que se forma a partir de um afluente do rio Araguaia e, é conhecido por sua riqueza em peixes, como surubim, pirarucu, piauçu, boto, entre outros. A região também abriga as comunidades indígenas nas proximidades do município, como: Canuanã, São João e Porto Piauí, representadas pelos povos indígenas Javaés, Avá-canoeiros e Krahô-canela, respectivamente.

Outro ponto de destaque é a comunidade de Canuanã, localizada na zona rural do município e nomeada em homenagem à comunidade indígena vizinha. Nesta região, destaca-se uma escola de educação básica da Fundação Bradesco, localizada na Fazenda Canuanã, desempenhando um papel fundamental na formação dos alunos da região, fica próxima à Ilha do Bananal e abriga aproximadamente dois mil moradores.

Dada a diversidade cultural presente, torna-se essencial examinar os aspectos semântico-lexicais dessa região. Portanto, é crucial investigar se as dimensões mencionadas anteriormente (diatópicas, diastráticas, diagenéricas, diageracionais, diavarietais e diarreferenciais, de acordo com Thun, (2000, 2005) exercem influência na linguagem cotidiana dos habitantes do município. Com o propósito de avaliar o impacto do processo migratório na fala local de Formoso do Araguaia, Tocantins, devido à diversidade linguística resultante da presença de migrantes maranhenses, gaúchos, caipiras, ribeirinhos e dos primeiros habitantes da região, este estudo concentrou-se em confirmar a hipótese de que o processo migratório influenciou e continua influenciando o português local.

Além disso, o objetivo geral deste trabalho foi analisar como a variação e a mudança linguística contribuem para a formação do léxico dos habitantes do município, explorando representações Dialectológicas Pluridimensionais e Relacionais,

com foco no aspecto semântico-lexical resultante da interação entre os falantes migrantes, indígenas e nativos da comunidade. Para atingir esse objetivo, seguimos as dimensões estabelecidas por Thun (2000, 2005) na Dialetologia Pluridimensional e Relacional, que incluem as dimensões supracitadas. Dessa forma, o estudo busca compreender como o processo migratório e as diversas dimensões da variação linguística moldaram o léxico e a fala na comunidade de Formoso do Araguaia, Tocantins.

## 2 A DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL E RELACIONAL

A Dialetologia Pluridimensional e Relacional de Thun (1998) emerge da fusão da “Dialetologia Areal e da Sociolinguística”, que antes eram tratadas de forma independente. Essa abordagem se integra a um novo conceito de Geolinguística com o aparecimento da Geolinguística Moderna, conhecida como: “Dialetologia Pluridimensional”. Nesse contexto, ela é reconhecida como uma parte essencial da ciência da variação linguística, considerando as variantes e variáveis identificadas pelos falantes.

Desse modo, a Dialetologia Pluridimensional e Relacional amplia o campo de estudo Geolinguístico para uma perspectiva tridimensional. No entanto, isso não implica na rejeição da Dialetologia monodimensional/tradicional, da variação diatópica ou da Sociolinguística, pois cada uma dessas dimensões continua sendo relevante. Thun (1998, 2009) destaca que, ao abordá-las de forma separada, essas disciplinas podem apresentar limitações. Porém, ele também enfatiza que seu campo de estudo preferido reside na superfície geográfica e nas interdependências que dão origem aos fenômenos linguísticos. Nesse contexto, é essencial ressaltar algumas características fundamentais que permeiam a abordagem da Dialetologia Pluridimensional e Relacional de Thun (2010):

Primeiramente, observa-se uma ampliação considerável no escopo da Dialetologia monodimensional/tradicional e da análise da variação linguística (dimensão diatópica). Concomitantemente, a Geolinguística transcende a consideração exclusiva dos aspectos monodimensionais/tradicionais e passa a contemplar a importância de uma Geolinguística Pluridimensional e Relacional. Isso implica que a pesquisa se dedique à análise das manifestações linguísticas dos falantes, suas interações sociais e as variáveis extralinguísticas, tais como o estilo e a dimensão diafásica.

Uma característica fundamental dessa abordagem é a inclusão de múltiplos informantes, o que aumenta a representatividade do estudo, tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos. A presença de diversos informantes fomenta um diálogo produtivo entre o pesquisador e os informantes.

É importante destacar, em segundo lugar que os comentários metalinguísticos dos informantes não se limitam a enunciados relacionados ao mundo extralinguístico; eles também englobam considerações sobre as formas linguísticas encontradas, criando assim o que Thun (2010) denominou de “dimensão diarreferencial”. Em terceiro lugar, a pesquisa não se circunscreve mais ao estudo do dialeto, *standart* permitindo, em vez disso, a investigação das variedades *substandart* e das variações linguísticas em situações de contato, por meio da dimensão dialinguística.

Para desenvolver a metodologia da Dialectologia Pluridimensional e Relacional, o pesquisador pode oferecer sugestões ou recomendações aos informantes durante as entrevistas. Após o registro das respostas espontâneas, o pesquisador apresenta ao entrevistado sugestões de expressões linguísticas. Além disso, incorporam-se perspectivas como a nanocronologia, a microcronologia, a mesocronologia e a macrocronologia, que estão relacionadas à análise dos dados e ao estudo da cronologia (tempo) nos atlas pluridimensionais. Também são adotadas mudanças no processo de mapeamento e tratamento dos dados, utilizando um procedimento que pode ser comparado à técnica cinematográfica de corte, chamada cronofotografia.

Para Thun (2017), a Dialectologia Pluridimensional e Relacional emerge da consolidação de conceitos de cunho humanista da linguística, aliada à preservação de conceitos de menor expressão na Dialectologia, conforme destacado por Abbé Rousselot (1888) e Tomás Navarro Tomás (1966).

A sistematização da Dialectologia Pluridimensional e Relacional ganha destaque por meio do *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU, 1989). Thun (2000) esclarece que as pesquisas que se baseiam na pluridimensionalidade têm a capacidade de responder a duas questões que, até então, permaneciam sem solução. A primeira delas se refere à extensão de um fenômeno linguístico observado entre os falantes de uma determinada região. Esses falantes compartilham o mesmo nível social, grupo geracional, estilo de expressão, entre outros? Enquanto a segunda busca compreender o grau de disseminação de um fenômeno identificado em uma ou várias camadas, investigando se ele pode coexistir em uma mesma região, envolvendo diversas gerações, estilos linguísticos, e outros fatores.

Assim, para a elaboração desta pesquisa, adota-se os parâmetros estabelecidos por Thun (2000, p. 189), levando em consideração as diversas dimensões da pluridimensionalidade linguística:

FLP 25(2)

Quadro 1 - Parâmetros/dimensões da Dialectologia Pluridimensional e Relacional.

Dimensões	Parâmetros
Diatópica	Rede de pontos: zona urbana e zona rural
Diageracional	(GI) Geração de Jovens - 18 a 40 anos
	(GII) Geração de Velhos - acima de 50 anos
Diassexual	Homem – masculino
	Mulher - feminino
Diastrática	Estratos sociais/escolaridade
	Classe baixa (Cb) - até ensino médio completo
Diarreferencial	Fala objetiva
	Fala metalinguística
Diafásica	Ferramenta dos três passos: perguntar, insistir e sugerir/sugerência.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Altenhofen (2016, p. 375).

De acordo com Radkte e Thun (1999), a dimensão diatópica é caracterizada por ser “estrática”, pois concentra seus estudos em um espaço ou região específicos. No entanto, também é considerada “monoestrática”. Os autores argumentam que os fenômenos linguísticos têm sua origem em um espaço delimitado, mas os usos linguísticos estão intrinsecamente ligados às comunidades de falantes que estão diretamente associadas a esse espaço ou região. Portanto, não é possível dissociá-los.

A dimensão diastrática contempla diversos elementos que influenciam os comportamentos linguísticos dos falantes em uma comunidade. Para Radkte e Thun (1999, p. 36) a ampliação mais frequente ocorre com a combinação dos parâmetros diatópico, diastrático e diageracional. Portanto, esta pesquisa, adota as dimensões labovianas: diatópico, diastrático, diageracional, diassexual, diafásico e diarreferencial, embasadas nos princípios da Sociolinguística.

Somado a isso, a dimensão diageracional enfoca o perfil dos informantes em relação à idade. Desse modo, Marques (2018) conduziu um estudo comparativo entre os usos linguísticos dos falantes da geração mais velha (acima de 50 anos) e os da geração mais jovem (18 a 40 anos) no município de Cólíder localizado no estado de Mato Grosso em sua pesquisa de mestrado intitulada: *Atlas Semântico-Lexical de Cólíder – Mato Grosso*. Cardoso (2010) ressalta que a especificação da idade dos informantes já era considerada importante pelos pesquisadores desde o século XIX. Já a dimensão diassexual refere-se à diferenciação dos usos linguísticos entre os falantes do sexo masculino e feminino. Cardoso (2010) destaca que o perfil dos informantes, incluindo idade e gênero, passou a ser relevante para os estudos dialetais, visando ao registro documental.

Ademais, a dimensão diafásica aborda aspectos estilísticos, como leitura, respostas as perguntas do questionário, conversas livres e semidirigidas. Neste estudo, a dimensão diafásica é analisada durante as aplicações do Questionário Semântico-Lexical (QSL/ALiB) nas entrevistas gravadas e na aplicação dos três passos. Por fim, a dimensão diarreferencial foca nos comentários metalinguísticos dos informantes e em suas atitudes linguísticas durante as entrevistas. O inquiridor procura estimular as formulações, opiniões e percepções sociais dos falantes sobre a variedade linguística durante o inquérito. Borella (2014) destaca a importância de adotar a técnica dos três tempos, que envolve a pluralidade de informantes e leva os entrevistados a tecerem comentários metalinguísticos que podem revelar outras variantes presentes no repertório passivo ou ativo da comunidade pesquisada.

Nesse contexto, as dimensões labovianas contribuem para a evolução da Dialetoлогия, uma vez que voltada para a integração com a Sociolinguística, tem o intuito de equiparar-se à mesma em termos de documentação da variação linguística. Assim, a Sociolinguística se destaca por seus métodos modernos, que conseguem relacionar as dimensões sociais com as mudanças na língua.

Dessa forma, os dialetólogos buscam uma abordagem que permita a documentação adequada do fenômeno linguístico. O professor Harald Thun introduz o princípio do sistema em cruz, empregando a ferramenta dos três passos. Isso agrega várias dimensões da Sociolinguística, incluindo estratos sociais como níveis de escolaridade, faixas etárias, gênero e outros, ampliando as perspectivas da pesquisa em relação à Geolinguística que, historicamente, estava mais focada em informantes masculinos.

Essa abordagem metodológica resulta em uma produção significativamente maior de informações, como mencionado por Krug e Horst (2022). Thun destaca que, em cada grupo, os informantes podem fornecer dados diferentes, resultando em múltiplas variações do mesmo fenômeno. Isso torna a cartografia dos dados em um momento desafiador, já que até oito resultados diferentes podem ser registrados em um mesmo ponto geográfico. Para simplificar a cartografia, Thun propõe a criação de “mapas fenotípicos”, que representam apenas uma primeira aproximação do fenômeno, reduzindo a variação entre quatro a oito pessoas a um único símbolo (Krug; Horst, 2022).

É importante notar que a Geolinguística não se limita apenas à documentação da língua falada, mas também busca registrar os estágios iniciais dos processos de inovação linguística que começam na oralidade. No entanto, nem todas as inovações apresentadas pela Sociolinguística são realmente novas, uma vez que alguns aspectos já haviam sido pesquisados, testados ou questionados pela Geolinguística.

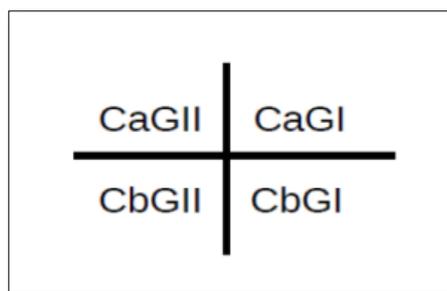
Tomás Navarro Tomás, por exemplo, questionava a questão da classe social antes mesmo de William Labov. De acordo com Thun (2000) as lacunas na pesquisa geolinguística levaram a um período de estagnação e esquecimento nas décadas de 70 a 90, com muitos projetos de atlas geolinguísticos interrompidos, sendo esse período referido como “cemitérios geolinguísticos” por Thun (1998).

Durante esse período, a Sociolinguística ganhou destaque com a teoria laboviana, contribuindo para a diminuição do interesse pela Geolinguística. Harald Thun não foi o primeiro a propor a pluridimensionalidade na Geolinguística. Além disso, a combinação da Dialetoлогия tradicional com a teoria laboviana permite a representação de um aspecto importante da metodologia: o contraste entre diferentes gerações. Isso é essencial para tornar visível a dimensão temporal durante a pesquisa, envolvendo entrevistas com pelo menos duas gerações.

A cartografia linguística utiliza o modelo em cruz para distinguir os quatro grupos de maior representatividade, chamados de grupos *standard*, que variam socioculturalmente de acordo com o grau de escolaridade. A linha horizontal divide a cruz e diferencia dois grupos, enquanto a linha vertical separa as gerações, com a geração mais velha à esquerda e os jovens à direita (Krug; Horst, 2022).

Assim, a Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional condensa quatro mapas em uma única representação, sintetizando assim quatro grupos em um só mapa. É relevante destacar que esta abordagem metodológica é capaz de espelhar a situação linguística de uma comunidade. Portanto, se em um ponto específico, todos os grupos apresentam o mesmo resultado em uma cruz, sendo representados pelo mesmo símbolo, isso denota unidade. Essa unidade linguística é característica da comunidade em questão. Além disso, os dados podem convergir para o mesmo desfecho “[...] tanto nas gerações velhas, quanto nas gerações novas, mas diferentes da Classe alta da geração mais velha (CaGII), isso nos indica o rumo da mudança linguística no lugar” (Krug; Horst, 2022, p. 12).

FLP 25(2)



Fonte: Thun (2010, p. 509).

Figura 1 – Sistema em cruz.

O sistema em cruz representa as divisões dos informantes por nível de escolaridade: a classe alta/maior escolaridade (Ca) e a classe baixa/menor escolaridade (Cb) pela linha horizontal. Enquanto, a linha vertical, representa as divisões geracionais: (GI) mais novos e (GII) mais velhos. No entanto, este método impõe a restrição de utilizar apenas um símbolo em cada divisão da cruz, não permitindo a presença de dois ou mais símbolos. Isso se deve ao objetivo de simplificar a interpretação das informações cartografadas, considerando que nossa percepção visual é tridimensional, e qualquer informação adicional não é registrada pelo nosso cérebro. Portanto, é crucial evitar a inclusão de mais de um símbolo em cada célula do sistema da cruz.

Historicamente, a cartografia linguística representa um campo relativamente recente, uma vez que todos os componentes que a constituem foram desenvolvidos no passado e estão distantes da disciplina linguística tradicional. Além disso, é comum encontrar modelos de mapas mais antigos e anteriores à cartografia linguística, nos quais todo o aparato utilizado é notavelmente diferente. Por exemplo, em mapas que datam dos períodos de descobrimento da América, é comum encontrar símbolos que representam lugares com igrejas, que podem ter sido fundadas tanto por portugueses quanto por espanhóis. Nesses mapas, as igrejas são frequentemente representadas como pequenas estruturas simplificadas, muitas vezes reduzidas a uma forma abstrata com uma cruz. Essa uniformização na simbolização era o modelo predominante para esse tipo de mapa.

No campo da linguística, a abordagem adotada é a do “ponto-símbolo”, seguindo os parâmetros estabelecidos por Thun (2010). Essa abordagem pode ser comparada a um dicionário, pois é capaz de retratar uma quantidade significativa de informações em uma única página. O princípio subjacente a essa técnica parte do ponto central e se estende até a zona circundante, sendo representado por um círculo que vai do ponto cheio ao ponto vazio, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Krug; Horst (2022, p. 12).

Figura 2 - Símbolos *Kiel*.

A perspectiva apresentada por Thun (2010) comunica a ideia da existência de zonas linguísticas, como exemplificado com a palavra *caçula* na região Norte do Uruguai, onde os símbolos são representados em preto, criando assim uma zona distinta. Por outro lado, na região Sul dessa fronteira uruguaia, os símbolos são representados em branco, criando, por conseguinte, outra zona (Krug; Horst, 2022).

No entanto, a abundância de dados gerados pela abordagem Pluridimensional e Relacional também apresenta restrições no que diz respeito à cartografia, uma vez que ela só é capaz de registrar até quatro formas predominantes no mapa polifônico. Somente no início do século XIX, esse desafio de representar tudo em um único mapa se consolidou com o formato cartográfico em vigor. Mesmo assim, os cartógrafos da época reconheceram que, para que essa metodologia produzisse resultados satisfatórios, o mapa precisava ser legível. A Dialetoлогия Pluridimensional e Relacional então, sugere que “[...] a solução foi separar as informações em mapas sucessivos e unidos tematicamente” (Krug; Horst, 2022, p. 12).

A abordagem Pluridimensional e Relacional permitiu o desenvolvimento de mapas simples e claros. No entanto, é importante destacar que esses resultados foram fruto de intensas discussões entre colegas que também contribuíram para a elaboração de atlas linguísticos. Além disso, esses avanços realizaram-se através de pesquisas que tinham como objetivo promover o crescimento da cartografia embasados em experiências concretas e experimentos (Krug; Horst, 2022).

Thun (2022) explicou também a relação entre a metáfora dos cavalos e a cartografia linguística pluridimensional. Ele ressaltou que essa metáfora foi fundamentada na cronofotografia para justificar o desenvolvimento da cartografia linguística na época. Quando o francês Jules Gilliéron e seus colegas publicaram o *Atlas Linguistique de France* (ALF, 1902-1910), eles utilizaram a terminologia “cronofotografia” relacionada à fotografia daquela época. No entanto, os elementos essenciais para a fotografia moderna só foram criados nos Estados Unidos por volta dos anos 80.

Metaforicamente, o francês explicou que um atlas linguístico poderia ser comparado a uma “foto instantânea de um momento da história e da língua, sem pose” (Krug; Horst, 2022, p. 14), sem retoques. Uma vez que, com os avanços tecnológicos e os investimentos da Kodak na criação de fotos instantâneas, muitos pesquisadores introduziram a fotografia para desenvolver e controlar experimentos científicos, tornando a cronofotografia um grande avanço nessa época.

Krug e Horst (2022, p. 14) acrescentam que “o inglês Muybridge, que trabalhou com cavalos, desejava estudar e representar as fases do movimento do cavalo nos diferentes momentos de seu passo, como do passo até o galope”. A técnica de combinar fotos sucessivas em uma única imagem permitiu a observação do movimento progressivo do cavalo em uma única foto, e essa abordagem de fotos sucessivas ficou conhecida como cronofotografia.

É por isso que o pesquisador Thun usa a metáfora do cavalo, representando várias fotos do fenômeno linguístico. Ele não busca apenas capturar uma única imagem, mas, ao contrário, deseja registrar várias fotografias desse fenômeno linguístico em constante mudança e em diferentes contextos, ou seja, em movimento. A imagem ideal para a Geolinguística tradicional é aquela que encontramos nos atlas mais antigos, como o *Atlas Linguistique de France* (ALF, 1902-1910), que representa todas as variações das formas linguísticas. Sabe-se que essas variações existem, mas

não se conhece o status delas, como se são mais usadas por homens ou mulheres, pelas classes sociais mais altas ou mais baixas. Isso representa uma limitação dos dados da Geolinguística tradicional.

No entanto, para capturar várias imagens desse fenômeno linguístico, é necessário estabelecer previamente dimensões e parâmetros. Dessa forma, podem-se aplicar ferramentas que tornam as imagens mais nítidas, permitindo um zoom maior. As ferramentas que Thun utiliza incluem diferentes tipos de questionários, objetivos, conversa livre e de leitura. Além disso, ele desenvolveu a ferramenta dos três passos - *perguntar*, *insistir* e *sugerir* - que possibilita um zoom aprimorado no fenômeno linguístico e, conseqüentemente, o registro de várias imagens desse fenômeno.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tratamento dos dados

Este artigo descreve a metodologia utilizada em um estudo qualitativo baseando-se na obra *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som* de Martin e Gaskell (2008). O objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos semântico-lexicais das palavras em diferentes áreas semânticas, considerando sua ocorrência, frequência e variações. A pesquisa se concentra na comunidade linguística de Formoso do Araguaia, localizada em Tocantins, reconhecida por sua rica diversidade lexical.

A abordagem escolhida para este estudo é a Dialectologia Pluridimensional e Relacional, que visa documentar diferentes formas de expressão dentro da comunidade. Para alcançar esse objetivo, utiliza-se várias ferramentas, incluindo o sistema em cruz de Thun (2010), as dimensões da teoria Sociolinguística de Labov (2008) e o Questionário Semântico-Lexical (QSL) composto por 202 perguntas e divididas em 14 áreas semânticas distintas. No entanto, neste artigo, opta-se por focar na área semântica “corpo humano” e, mais especificamente, na pergunta 106: *Como se chama o osso que vai do pescoço até o ombro?*

Além disso, destaca-se a importância das características históricas, culturais e linguísticas de Formoso do Araguaia para este estudo. Dessa forma, a pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Mato Grosso e seguiu as diretrizes estabelecidas pelas resoluções 466/2012 e 510/2016 da CONEP. Durante a coleta de dados, foram adotadas medidas de segurança devido à pandemia de Covid-19, como o uso de máscaras, álcool em gel e o cumprimento do distanciamento social. Portanto, este artigo, aborda detalhadamente a metodologia adotada na condução da pesquisa.

#### 3.2 Rede de pontos

No contexto apresentado torna-se evidente a importância de desenvolver um Atlas Semântico-Lexical de Formoso do Araguaia (ASeLFo) com base no Atlas Linguístico do Brasil. Isso requer a definição de locais de pesquisa com base em critérios como relevância histórica, densidade populacional e distribuição geográfica da comunidade. O estudo abrange tanto a zona urbana quanto a rural do município, considerando o aumento da população urbana em detrimento da rural e as conseqüentes mudanças linguísticas.

A decisão de incluir a área rural, especificamente a Fazenda de Canuanã, destaca-se como fundamental para a análise das disparidades linguísticas entre a zona urbana e a rural. A pesquisa engloba diversos pontos de investigação em várias variantes do português e divide o município em setores socioculturais, examinando tanto bairros antigos como novos, além de considerar as diferenças educacionais.

Portanto, podemos observar que a delimitação da área de pesquisa dialetal é influenciada por múltiplos fatores, como localização geográfica, contexto histórico, economia e demografia da região. Nesse contexto, a inclusão da comunidade rural como área de pesquisa é de suma importância para a análise e comparação do léxico utilizado em Formoso do Araguaia.

Quadro 2 - Pontos de Inquérito – variedades e números de habitantes.

Área Urbana e Rural	Ponto	Grupos por Variedades	N.º de hab.
Zona Urbana	1	Português Maranhense	13.333
		Português Gaúcho	
		Português Caipira	
Área Rural	2	Fazenda de Canuanã/Fundação Bradesco	1.626

Fonte: Elaboração própria.

### 3.3 Perfil dos informantes

As concepções metodológicas desta pesquisa concentram-se na análise da variação linguística em Formoso do Araguaia, localizado no estado do Tocantins. Para isso, consideram-se duas gerações de informantes: a Geração Um (GI), constituída por indivíduos mais jovens, com idades entre 18 e 40 anos, e a Geração Dois (GII), composta por pessoas mais velhas, com 50 anos de idade ou mais, que residem em Formoso do Araguaia há pelo menos trinta anos.

Nesse contexto, as respostas dos informantes foram analisadas com base em quatorze áreas semânticas do Questionário Semântico Lexical (QSL), parte integrante do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Para garantir a precisão dos resultados, seguiu-se rigorosamente os critérios estabelecidos pelo ALiB na seleção dos informantes, evitando a inclusão de membros da mesma família, embora tenhamos enfrentado desafios ao encontrar participantes que se encaixassem no perfil desejado.

As entrevistas foram conduzidas individualmente, com a aplicação do QSL. O grupo de informantes foi composto por um total de 32 pessoas, distribuídas igualmente entre homens e mulheres, abrangendo diferentes níveis de escolaridade. Além disso, foram considerados quatro grupos varietais, representando distintas variedades do português (maranhense, gaúcho, caipira e ribeirinho). Para assegurar a representatividade equitativa dos grupos varietais, entrevistamos mais 16 informantes adicionais durante a aplicação do terceiro passo da pesquisa. Ao final, o conjunto de informantes totalizou 48 indivíduos, com uma distribuição equitativa em termos de gênero, idade e escolaridade, com o objetivo principal de analisar a variação linguística em Formoso do Araguaia.

### 3.4 Processo de coleta dos dados

Os métodos empregados na coleta de dados para este estudo linguístico resultaram na formação do seu corpus através de uma combinação de encontros presenciais gravados, questionários impressos com anotações, transcrições e medidas rigorosas de biossegurança para mitigar qualquer risco de contaminação durante a pandemia de Covid-19. A fim de facilitar o contato com os informantes, intermediários foram utilizados como mediadores antes das visitas aos locais de pesquisa.

Todas as entrevistas foram registradas, tanto em encontros presenciais quanto por meio de plataformas digitais, e as respostas referentes a um total de 202 perguntas foram minuciosamente transcritas. Além disso, enfatiza-se a importância do pesquisador dominar as técnicas de pesquisa e conduzir testes preliminares para garantir a obtenção de dados confiáveis. O corpus desse estudo foi formado por variantes que representam as variações linguísticas formosenses.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Descrição e análise

Os resultados obtidos neste estudo teve como eixo norteador o Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), juntamente com a aplicação da ferramenta dos “três passos” desenvolvida por Thun (2010) durante a pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada através do QSL, combinada com entrevistas utilizando a técnica dos “três passos”. Estes três passos consistiram em questionar inicialmente os entrevistados e aguardar suas respostas espontâneas, em seguida, insistir para estimular a evocação de memórias linguísticas mais profundas. E, por fim, sugerir variantes linguísticas que talvez não tivessem sido mencionadas inicialmente.

A adoção dessa abordagem permitiu que os entrevistados recordassem outras variantes linguísticas conhecidas, sendo de grande relevância para a Geolinguística contemporânea. Durante a fase de insistência, a pesquisadora encorajou os entrevistados a refletirem sobre suas memórias linguísticas, incluindo influências de gerações passadas, como as de seus avós e bisavós. Isso proporcionou uma compreensão mais profunda da maneira como a língua se desenvolve ao longo das gerações.

Além disso, a pesquisa faz menção aos comentários metalinguísticos feitos pelos informantes durante as entrevistas, nos quais eles relacionavam certas variantes linguísticas a regiões geográficas ou a gerações anteriores, como quando afirmavam “isso é típico dos gaúchos” ou “meus avós costumavam falar assim”. Esses comentários revelaram-se de suma importância para a pesquisa, proporcionando informações valiosas sobre a evolução linguística.

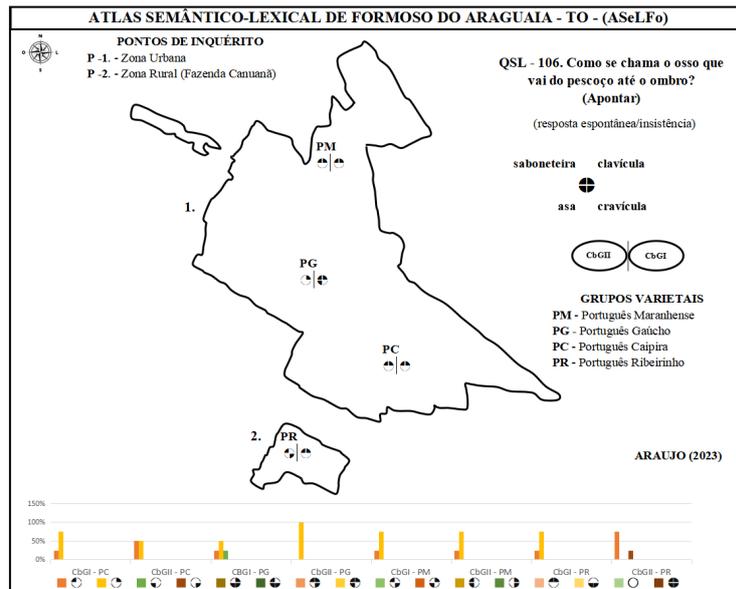
É crucial ressaltar a importância de levar em consideração a dimensão diarreferencial ao explorar a diversidade de informantes, uma vez que cada entrevistado pode representar uma rede complexa de influências linguísticas que inclui avós, pais, vizinhos e outros membros de sua comunidade.

Portanto, a aplicação da técnica dos “três passos” de Thun (2010) e a atenção dada aos comentários metalinguísticos emergentes são ferramentas indispensáveis na

pesquisa linguística que busca compreender a evolução da língua ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais e geográficos. A seguir, serão apresentados os mapas resultantes da análise dos dados coletados da questão 106 (QSL/ALiB).

#### 4.2 Mapas polifórmicos e de status das formas

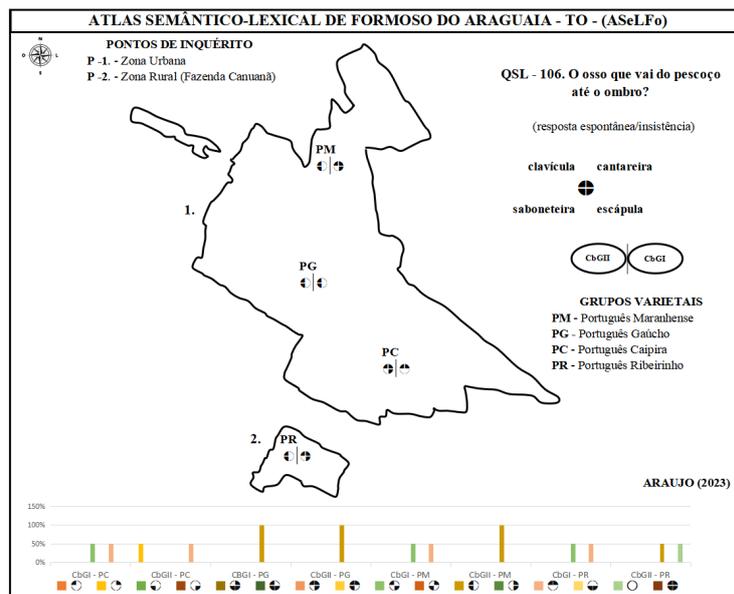
O Mapa polifórmico *clavícula* registra as formas das lexias mais comuns nas respostas espontâneas à pergunta 106: *Qual é o nome do osso que se estende do pescoço até o ombro?*



Fonte: Araujo (2023, p. 347).

Figura 3 - Mapa polifórmico - *Clavícula*.

Com base nas informações fornecidas pelos participantes dos quatro grupos de variedades investigados, registram-se as seguintes variações linguísticas: *saboneteira*, *clavícula*, *asa* e *cravícula*. De acordo com Machado (1977, p. 165), a variante *clavícula* é descrita da seguinte maneira: “Do latim *clāvīcula*, que significa *chavinha*, *rolha*, *batoque*, certa espécie de fortificação, *gavinha*”. Nesse contexto, os grupos de informantes das variedades do português (PM) e (PC), nas duas gerações de informantes (GII) e (GI), apresentam as formas *saboneteira* e *clavícula*, evidenciando um conhecimento espontâneo de 50% das variações mapeadas. Por outro lado, o grupo do português gaúcho (PG) registra, para a (CbGII), apenas a forma *clavícula*, correspondendo a um percentual de 25% das variações documentadas. Enquanto isso, a (CbGI) documenta de forma espontânea as formas *saboneteira*, *clavícula* e *asa*, demonstrando um conhecimento de 75% das variações mapeadas. Adicionalmente, o grupo (PR) apresenta, para a (CbGII), as formas *saboneteira* e *cravícula*, totalizando um conhecimento de 50% das variações documentadas. Por sua vez, a (CbGI) exhibe as formas *saboneteira* e *clavícula*, somando um conhecimento de 50% das variações mapeadas.



Fonte: Araujo (2023, p. 348).

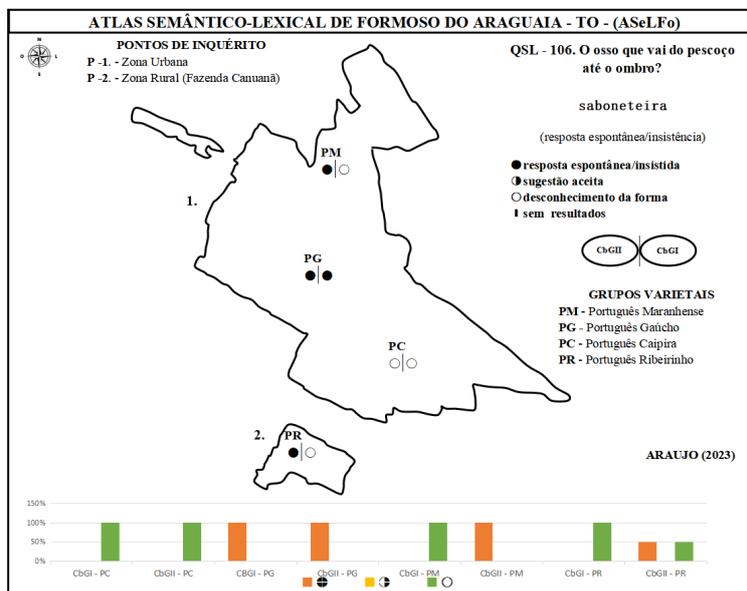
Figura 4 - Mapa polifórmico - *Clavícula* – 3.º passo.

A figura 4 apresenta o mapa polifórmico da variante *clavícula*, aplicando o terceiro passo da metodologia de Thun (2010), *sugerir/sugerência*. As variantes documentadas pelos participantes deste estudo englobam os termos *clavícula*, *cantareira*, *saboneteira* e *escápula*. É importante notar que essas variantes já foram identificadas em pesquisas anteriores que exploraram as formas selecionadas, a saber: o *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS, 2011), o *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Tocantins* (ALITTETO, 2018) e o *Atlas semântico-lexical do estado de Goiás* (ASELGO, 2013). Dessa forma, as sugestões adotadas para compor este estudo são as seguintes: *clavícula* e *paleta* conforme ALERS, 2011, *saboneteira* e *cantareira* conforme ALITTETO, 2018, *escápula* e *pá*, conforme ASELGO, 2013.

Ferreira (2004, p. 481) define a forma *clavícula* da seguinte maneira: “do latim *clavícula*, pequena chave. Cada um de dois ossos, situados ântero-superiormente em relação ao tórax, que se articulam, por um lado, com a omoplata e, pelo outro lado, com o esterno”. Nesse contexto, Romaguera Córrea et al. (1964), Ferreira (2004) e Ortêncio (1983) registram a variante *paleta* com as acepções “1. é a omoplata ou a espádua do animal. 2. Como expressão anatômica, *paleta* é o termo castelhano que significa *pá*, nome vulgar para *espádua* ou *omoplata*” (Romaguera Corrêa et al., 1964, p. 333).

Ao analisar os dados coletados pelos grupos (PM) e (PR) observa-se que, para a (CbGII), as variantes *clavícula* e *saboneteira*, totalizam um conhecimento de 50% das formas registradas. Por outro lado, a (CbGI) apresentam as formas *clavícula*, *cantareira*, e *escápula* de forma espontânea, o que equivale a 75% das variantes mapeadas. Assim, o grupo do português gaúcho (PG) demonstra, em ambas as gerações (CbGII) e (CbGI), um conhecimento de 50% das formas cartografadas, incluindo as variantes

*clavícula e saboneteira.*



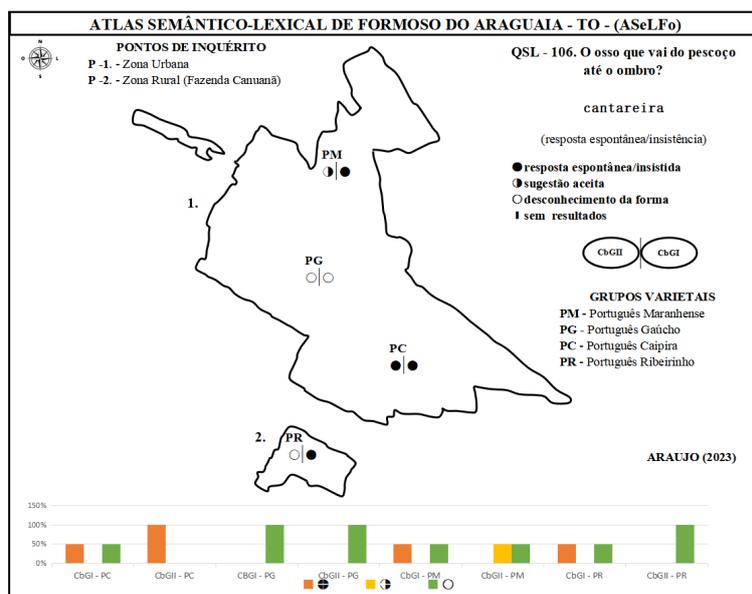
Fonte: Araujo (2023, p. 350).

Figura 5 - Mapa lexical - status da forma – *Saboneteira*.

Além disso, o grupo do português ribeirinho (PR) apresenta, para a geração (CbGII), as formas *clavícula* e *saboneteira*, representando um conhecimento de 50% das formas documentadas. Na geração (CbGI), as formas registradas são *clavícula*, *cantareira* e *escápula*, totalizando um conhecimento de 75% das variantes mapeadas. Diante do exposto, segue o status da forma *saboneteira*.

É importante destacar que o status da forma *saboneteira* reflete o conhecimento espontâneo da variante linguística por diferentes grupos de variedades do português. No grupo maranhense (PM), essa forma é registrada apenas para a (CbGII), enquanto os gaúchos (PG) a reconhecem em ambas as gerações (CbGII e CbGI), assim como os ribeirinhos (PR), que também aceitam essa variação para a (CbGII). Ferreira (2004, p. 1785) fornece as seguintes definições para *saboneteira*: “1. *Caixinha ou local específico para o sabonete; saboneira, saboeira, saboeiro, saboneiro*. 2. Cada uma das duas depressões que, em pessoas magras, destacam a saliência das *clavículas*”. Além disso, Ortêncio (1983, p. 395) documenta a forma *saboneteira* com a variante *sabonete de macaco*.

Em relação à (CbGII), os grupos varietais (PM) e (PR) não registraram conhecimento da forma *saboneteira* entre os informantes pesquisados. Da mesma forma, o grupo do português caipira (PC) demonstra desconhecimento da forma *saboneteira* em ambas as gerações, tanto para (CbGII) quanto para (CbGI). Dando continuidade a essa análise, é importante acrescentar o status da forma *cantareira*, conforme segue:



Fonte: Araujo (2023, p. 351).

Figura 6 - Mapa lexical - status da forma - *Cantareira*.

Ao analisar o status da variante denominada *cantareira*, é evidente que esta é considerada uma sugestão para a (CbGII) do grupo da variedade do português maranhense (PM) que foi confirmada em uso pelos seguintes grupos das variedades de português (GI/PM), (GI e GII/PC) e (GI/PR). É importante mencionar que os grupos (GII/PG) e a (GII/PR) demonstraram desconhecimento em relação à forma *cantareira* de acordo com os informantes. Uma vez que, Ferreira (2004, p. 390) também registrou a variante *cantareira* com a seguinte aceção: “[...] 2. Brasileirismo popular para designar a *clavícula*”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este estudo metucioso de cartografia linguística revelou-se um instrumento valioso para a compreensão das múltiplas variantes faladas no município de Formoso do Araguaia, Tocantins. Além disso, destacou a importância do processo migratório na influência das formas linguísticas locais. Utilizando técnicas metuciosas, como o registro das lexias, a transcrição das gravações e a elaboração de mapas pluridimensionais, conseguimos mapear com precisão as nuances das variedades linguísticas presentes na região.

Ao focar especificamente na classe social baixa e na sua interação com o contexto migratório, observa-se uma interessante dinâmica linguística, representada pela cruz que divide as gerações. Esta pesquisa não apenas alcançou seus objetivos previamente estabelecidos, mas também ofereceu valiosas contribuições para a comunidade acadêmica, para a comunidade local e suas instituições de ensino. A análise dos resultados confirmou que os maranhenses desempenham um papel fundamental na formação da variedade dialetal local, exercendo influência sobre os informantes ribeirinhos e outros grupos linguísticos. Portanto, esta pesquisa não apenas enriqueceu o campo da dialetologia, mas também promoveu o reconhecimento e a valorização das realidades linguísticas e culturais da região, contribuindo para uma compreensão mais profunda da língua portuguesa local.

Dessa forma, este estudo representa uma significativa contribuição para os estudos dialetológicos em Formoso do Araguaia, no estado do Tocantins, e em todo o país. Ele ressalta a importância de continuar investigando e documentando as variações linguísticas em nosso país, a fim de promover a preservação e a compreensão de nossa rica diversidade linguística e cultural.

## REFERÊNCIAS

- Altenhofen CV, Thun H. As migrações e os contatos linguísticos na geografia linguística do sul do Brasil - bacia do Prata. In: Aguilera VA, Romano VP, organizadores. *A geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. Londrina: Edue; 2016.
- Araujo KJ. Atlas semântico-lexical de Formoso do Araguaia - Tocantins: a dialetologia pluridimensional e relacional na Amazônia legal [dissertação]. Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, Mato Grosso; 2023.
- Augusto VLDS. Atlas semântico-lexical do estado de Goiás (ASELGO) [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2013.
- Borella SG. Tu dampém fala assim?: macroanálises pluridimensionais da variação de sonorização e desonorização das oclusivas do português de falantes bilíngues hunsriqueano – português [tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2014. [citado 23 set. 2023]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108953/000948325.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Cardoso SAM. Geolinguística: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial; 2010.
- Ferreira ABH. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo; 2004.
- Koch W, Altenhofen CV, Klassmann M, organizadores. Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): introdução, cartas fonéticas e morfossintáticas. 2.<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC; 2011. [citado 23 set. 2023]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232185>.
- Krug MJ, Horst C. Dialetologia pluridimensional e relacional: entrevista com o professor Dr. Harald Thun. *Working Papers em Linguística*. 2022;23(1):08-16. [citado 23 set. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2022.e78597>.
- Labov W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.
- Machado JP. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte; 1977.
- Marques MJB. Atlas semântico - lexical de Colíder – MT 2018 [dissertação]. Sinop: Universidade do Estado do Mato Grosso; 2018.
- Martin WB, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. 7.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes; 2008.
- Ortêncio WB. Dicionário do Brasil central. São Paulo: Ática; 1983.
- Radtke E, Thun H. Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço. In: *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras*. 1999;5:31-51.
- Romaguera Córrea JC, et al. Vocabulário sul-rio-grandense. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo; 1964.
- Silva GA. Atlas linguístico e topoestático do estado do Tocantins (ALITTETO) [tese]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina; 2018.
- Thun H. La geolinguística como linguística variacional general (con ejemplos del Atlas linguístico Diatópico y Diastrático do Uruguay). In: *International Congress of Romance Linguistics and Philology. Acti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia romanza*, 1995. V. 5. Palermo: Giovanni Ruffino, Tübingen: Niemeyer; 1998. p. 701-729, 787-789.
- Thun H. O português americano fora do Brasil. In: Gärtner E, Hundt C, Schonberger A. *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM; 2000. p. 185-227.

Thun H. A dialetologia pluridimensional no rio da Prata. In: Zilles AMS, organizador. Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; 2005. p. 63-92.

Thun H. A geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: Aguilera VA, organizadora. Para a história do português brasileiro. Vol. VII: vozes, veredas, voragens. Londrina: EDUEL; 2009. p. 531- 558.

Thun H. Pluridimensional cartography. In: Lameli A, et al. Language and space: language mapping: an international handbook of linguistic variation. Berlin, New York: Walter Gruyter GmbH; 2010. p. 506-523.

Thun H. O velho e o novo na geolinguística. In: Altenhofen CV, Pavan CF, organizadores. Cadernos de Tradução: percursos teóricos e metodológicos da dialetologia. 2017;40:59-81. [citado 23 set. 2023]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdetraducao/issue/view/3444>.



## O efeito da escolaridade e sexo sobre a haplologia no falar belenense

### *The effect of schooling and sex about haplology in belenense speaking*

Flávia Helena da Silva Paz\*  
Universidade do Estado do Pará, Moju, PA, Brasil

Marilucia de Oliveira Cravo\*\*  
Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Celiane Sousa Costa\*\*\*  
Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, Brasil

**Resumo:** Esta pesquisa trata do fenômeno da haplologia no falar belenense a partir dos resultados do efeito de dois fatores externos, escolaridade e sexo. As narrativas utilizadas para esta pesquisa são oriundas do Banco de dados Atlas Geossociolinguístico do Pará - ALiPA, tratadas à luz da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008). A análise do presente estudo considera somente os contextos da haplologia no âmbito da sentença. A relevância dos fatores externos sobre o fenômeno se confirma pela seleção das variáveis escolaridade e sexo pelo programa de regra variável Goldvarb X. Os resultados preliminares apontaram que a haplologia é regra estigmatizada no falar belenense por ser desfavorecida entre as mulheres e os mais escolarizados. A baixa produtividade do fenômeno guarda relação com a escolaridade, a qual deve atuar como inibidora da regra.

**Palavras-chave:** Haplologia. Sociolinguística. Escolaridade. Sexo.

**Abstract:** This research deals with the phenomenon of haplology in Belense speech from the results of the effect of external factors, schooling and sex. The narratives used for this research come from the Geosociolinguistic Atlas of Pará Database - ALiPA, treated in the light of Variationist Sociolinguistics (Labov, 2008). The analysis of this research considers only the contexts of haplology in the scope of the sentence. The relevance of external factors on the phenomenon is confirmed by the selection of the variables education and sex by the variable rule program Goldvarb X. The preliminary results showed that haplology is a stigmatized rule in Belense speech because it is disadvantaged among women and the more educated. The low productivity of the phenomenon is related to schooling, which should act as an inhibitor of the rule.

**Keywords:** Haplology. Sociolinguistics. Schooling. Sex.

---

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Professora Substituta na Universidade do Estado do Pará - UEPA; [dapazhelena@yahoo.com.br](mailto:dapazhelena@yahoo.com.br)

\*\* Doutora em Letras pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Professora Titular na Universidade Federal do Pará - UFPA; [mariluci@ufpa.br](mailto:mariluci@ufpa.br)

\*\*\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Professora Adjunta III na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA; [celiane.costa@ufopa.edu.br](mailto:celiane.costa@ufopa.edu.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A revisão da literatura aponta a haplologia como um fenômeno antigo presente em muitas línguas. Há registros de haplologia no Latim como *venditam* > *vendida* > *venda*, exemplificado por Williams (1981, p. 118). Nos dicionários de linguística e gramáticas históricas, encontramos diversas definições para o fenômeno dentro do contexto da palavra, como *idololatria* > *idolatria* (Coutinho, 1976, p. 148), e para o contexto entre palavras, como *Madre de Deus* > *Madre Deus* (Williams, 1981, p. 119).

No Português Brasileiro (PB), as pesquisas sobre o fenômeno tomaram impulso a partir dos anos 2000 com os estudos de natureza empírica (cf. Battisti, 2005), o que favoreceu um novo olhar sobre o fenômeno. No entanto, é comum encontrarmos no PB pesquisas que exploram apenas aspectos de natureza fonológica, mesmo quando tratam da haplologia entre palavras. Assim, constatamos que, no português contemporâneo, há muito que se discutir sobre a haplologia no Brasil, pois, apesar dos alcances que já tivemos em relação ao estudo do fenômeno, ainda há muitas questões que precisam ser exploradas e elucidadas. Talvez essas questões sejam mais bem esclarecidas se o estudo for realizado numa perspectiva interativa, isto é, em que se leve em consideração o efeito de fatores pertencentes a vários níveis sobre a haplologia, como o fonológico e o sintático, por exemplo. Consideramos também a necessidade de se estudar a haplologia levando-se em conta o efeito de fatores internos e externos, bem como a interação entre eles. Neste estudo, exploraremos o efeito de fatores externos sobre o fenômeno, buscando refinar a análise desse efeito por meio da avaliação da interação entre os grupos avaliados.

Com este trabalho, propomo-nos a apresentar resultados relativos à aplicação da haplologia no falar paraense da capital do estado do Pará, focalizando especificamente a atuação das variáveis escolaridade e sexo sobre o fenômeno. Os dados caracterizam a variedade do português falado na cidade de Belém tratados sob o enfoque teórico metodológico da Sociolinguística (Labov, 2008). A análise atém-se à haplologia no âmbito da sentença, tal como exemplificado a seguir: (1) *Meu tii botô um::... DEN(TU) DA mamadera d'eli uma agulha* (FA1); (2) *A genti num joga as coisa na rua i tudu... cumeu alguma coisa nem que seja DEN(TU) DA BOLSA... si num tivé um lixeru pertu, guarda* (FB2); (3) *Um dia mi deu VONTA(DI) DI dá um banho nelí, sabi?* (FB3)<sup>1</sup>.

No estado do Pará, os estudos sobre o fenômeno são recentes. Oliveira e Paz (2013), Paz (2013) e Paz e Oliveira (2014<sup>2</sup>; 2015) utilizaram-se de dados empíricos para discutirem a haplologia sintática no falar da cidade de Itaituba e da capital Belém. Estes estudos mostraram que a haplologia é um fenômeno de regra variável no falar paraense, e, portanto, merece atenção dos estudiosos da área, apesar de sua frequência ser baixa nesse estado. Além disso, os estudos sobre haplologia, com base em dados dos falares paraenses, podem contribuir para a descrição do quadro linguístico da região amazônica e do Brasil.

<sup>1</sup> As informações entre parênteses correspondem à estratificação, codificação dos falantes. Elas serão explicitadas mais adiante.

<sup>2</sup> Utilizam dados somente da cidade de Itaituba.

## 2 HAPLOLOGIA: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Como dissemos, a haplologia é um fenômeno ainda pouco explorado no PB. Não há consenso entre os pesquisadores a respeito dos fatores que a motivam, tampouco em relação à sua definição. Apresentaremos, a seguir, algumas definições do fenômeno a que tivemos acesso; obviamente não se trata de uma exposição exaustiva, pois não é esse o foco principal do presente estudo.

Uma das primeiras definições foi dada por Silveira (1952, p. 125). Para esse autor, a *haplologia léxica ou vocabular* “suprime uma de duas sílabas contíguas iguais ou semelhantes[...]”, a exemplo de “*esplendidíssimo*” que passa a “*esplendíssimo*”, bem como as expressões “Nosseñhor” (Nosso senhor), “Vosseñhoria” (Vossa senhoria), sññhóra (sim senhora), e “... afligindo-se (se) lhe varreu de todo”<sup>3</sup>, em que se deveria ter a presença do “se” dentro dos parênteses, mas com a aplicação da regra de haplologia não se tem, pois o (se) é apagado. O próprio autor afirma que a definição do fenômeno sob a Fonética Sintática, assim como muitas outras definições, não é suficiente para explicar a haplologia (cf. Silveira, 1952). A haplologia também é definida como uma espécie de “síncope especial que consiste na queda de uma sílaba medial, por haver outra idêntica ou quase idêntica na mesma palavra, ex.: \*rodador (<rotatore) > rodor (arc.) (> redor), [...] semiminina > semínima [...]” (Coutinho, 1976, p. 148). As palavras *idoso* e *bondoso* também são casos de haplologia (idem). Dubois (1973), Crystal (2000) e Câmara Jr. (1984) também apresentaram em dicionários de linguística conceitos sobre o fenômeno.

Ao tratar de palavra e morfema no PB, Bechara (2009, p. 278) afirma que unidades morfológicas podem sofrer mudança estrutural devido a aplicação de regras como elisão, crase, alteração fônica ou haplologia. A haplologia é definida tanto na formação de palavras quanto no nível sintático. No processo de formação de palavras, é comum se ter a ocorrência de *haplologia ou braquilogia*, segundo o autor (idem, p. 285).

Haplologia na formação de palavras – A fim de evitar reduplicações de sílabas que pertencem à palavra primitiva e ao sufixo, é comum ocorrer *haplologia* ou *braquilogia*, como em: *caridad(e) + oso -> caridoso* (por *caridadoso*), *bondad(e) + oso -> bondoso* (por *bondadoso*), *idad(e) + oso -> idoso*. Estas simplificações também ocorrem em produtos por composição: *trágico + cômico -> tragicômico*. Podem ocorrer também na língua as formas plenas: *caridadoso, bondadoso*.

E na sintaxe:

É a omissão de uma palavra por estar em contato com outra (ou final de outra palavra) foneticamente igual ou parecida:

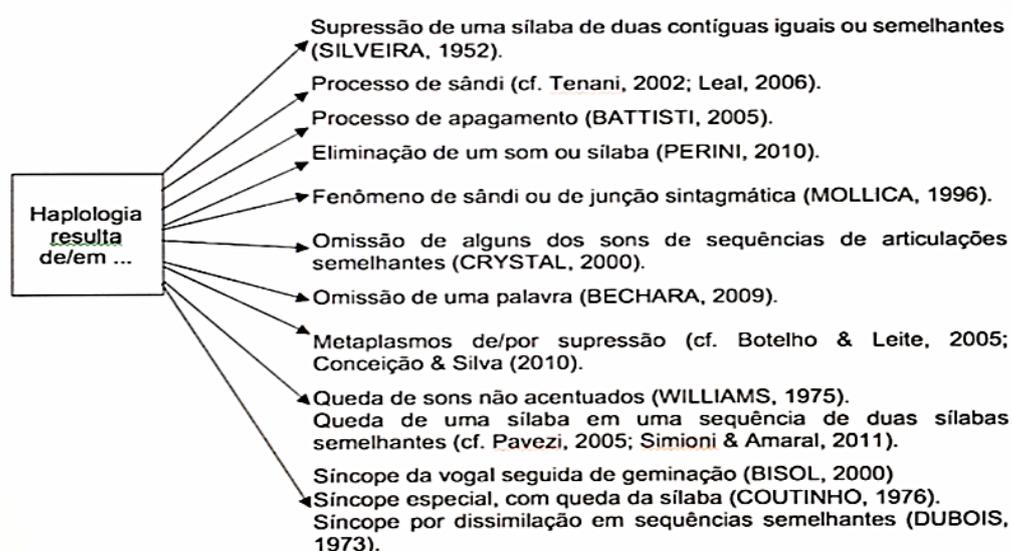
*Iracema antes quer que o sangue de Caubi tinja sua mão que a tua* [JA.4, 223]. *Isto é: antes quer que... que quer que a tua.* (Bechara, 2009, p. 495).

Os estudos sobre a haplologia dividem-se, em sua maioria, entre os de natureza variacionista e os de natureza não variacionista. Estes foram realizados por: Alkmim e Gomes (1982), Tenani (2002), Battisti (2004), Leal (2006), Pavezi (2006). Os variacionistas foram realizados por: Battisti (2005), Simioni e Amaral (2011), Oliveira

<sup>3</sup> Bernardes, Floresta, II, 191 (apud Silveira, 1952, p. 126).

(2012), Oliveira e Paz (2013), Paz (2013), Paz e Oliveira (2014)<sup>4</sup>. Devemos considerar que há estudos de natureza diversa, como os de Paz e Oliveira (2015) que discutem regras alimentadoras da haplologia a partir de dados empíricos; de Mollica (1996) que também utiliza-se de dados empíricos, mas trata somente dos grupos de fatores internos; de Prado (2010) e de Barbosa e Costa (2006) que trataram o fenômeno como morfofonológico; e de Mendes (2009) que propôs o estudo do fenômeno por meio de uma análise variacionista e, também, por meio de uma análise teórica<sup>5</sup>.

A figura 01 apresenta um esquema com algumas definições acerca do fenômeno de haplologia na literatura especializada.



Fonte: Paz (2019).

Figura 01 - Haplologia.

Tradicionalmente, a haplologia tem sido compreendida como a queda ou supressão de sílabas formadas por segmentos parecidos ou idênticos. Diferentemente dos estudiosos tradicionais que compartilham exclusivamente desta afirmação, entendemos em Paz (2019, no prelo) e, no presente texto, que o fenômeno da haplologia é o apagamento da sílaba átona final de estruturas adjacentes idênticas ou semelhantes, resultante ou não de *ordenamento de regras* (Bisol, 2005). Para além dos aspectos fonológicos, compreendemos também que deve haver um padrão no nível gramatical importante para a aplicação da regra, contudo, neste estudo, não trataremos desta questão.

### 3 METODOLOGIA

Adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e o protocolo da Sociolinguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006; Labov, 2008) para o estudo dos efeitos de variáveis externas (escolaridade e sexo) sobre o fenômeno da haplologia, a partir de dados do falar de Belém do Pará. Usamos uma *amostra* composta

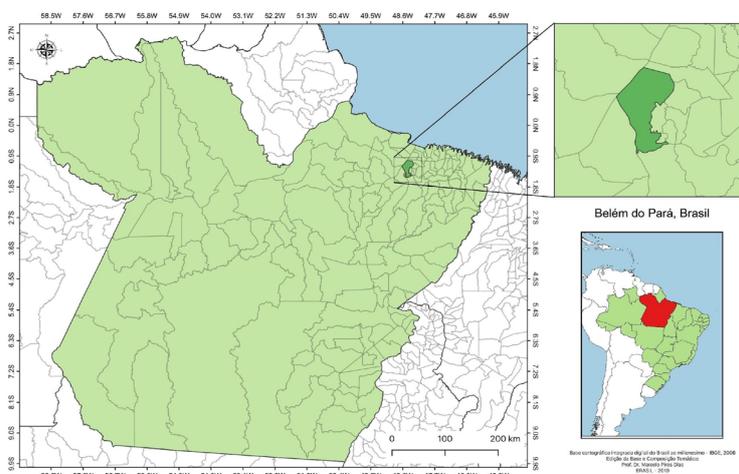
<sup>4</sup> Dentre esses estudos, há aqueles que ensaiam uma explicação teórica para o fenômeno.

<sup>5</sup> Outros estudos, apesar de proporem uma análise empírica, acabam se utilizando de diferentes teorias na tentativa de explicar com maior precisão a aplicação da regra de haplologia.

de 16 narrativas orais que integram o banco de dados do *Projeto Atlas Geossociolinguístico do Pará (ALIPA)*<sup>6</sup>. Os dados foram coletados entre os anos 1997 e 2000.

### 3.1 A comunidade pesquisada

Antes de se tornar capital, Belém foi primeiramente nomeada de capitania do extremo Norte e capital do Grão-Pará. Foi elevada à categoria de município somente em 12 de janeiro de 1616, pelo Marechal Francisco Caldeira Castelo Branco. A figura 02 mostra, no mapa do estado do Pará, pertencente à região Norte, a localização da capital.



Fonte: Paz (2019).

Figura 02 - Localização de Belém do Pará no mapa do estado.

Belém foi se desenvolvendo ao longo dos séculos em diferentes aspectos: demográfico, populacional, econômico, cultural, religioso, dentre outros. Hoje é considerada uma grande metrópole e apresenta extensão territorial de 1.059,466 km<sup>2</sup>. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censo 2022) apontam uma densidade demográfica de 1.230,25hab/km<sup>2</sup>. Belém apresentou, no ano de 2022, uma população de 1.303.403 habitantes.

### 3.2 O corpus

As narrativas orais analisadas correspondem a relatos de experiência pessoal de homens e mulheres naturais de Belém do Pará e têm duração média de 30 minutos. Vale lembrar que o critério social naturalidade estendeu-se também a pelo menos um dos genitores de cada informante. O quadro 01 apresenta a estratificação social adotada na pesquisa.

<sup>6</sup> O Projeto ALiPA corresponde a uma das bases do amplo observatório de variação e mudança linguísticas no estado do Pará desenvolvido na Universidade Federal do Pará sob a coordenação geral de Abdelhak Razky. Para detalhes sobre o projeto e o banco de dados de onde são oriundos os dados analisados na presente investigação, consultar [http://geolinterm.com.br/projeto\\_geolinterm/](http://geolinterm.com.br/projeto_geolinterm/) para mais informações sobre o Projeto ALIPA.

Quadro 01 - Estratificação dos informantes.

Grupos	Parâmetros
Faixa etária	De 15 a 25 anos (a), De 26 a 45 anos (b) e A partir dos 46 anos (c).
Sexo	Masculino (m) e Feminino (f).
Escolaridade	Não escolarizado (1), Ensino fundamental (2) e Ensino médio (3).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Coletados os dados, transcrevemos grafematicamente as narrativas orais e selecionamos manualmente os contextos linguísticos possíveis para a aplicação da regra de haplogogia considerando o ponto de consoante, doravante *ponto de C*, cujos traços correspondem às consoantes labiais, coronais e dorsais de sílabas adjacentes em fronteiras de palavras, a exemplo de: *gos(tu) di bebida; den(tu) da bolsa; fun(du) da lagoa*.

Em seguida, partimos para a reescuta dos áudios com o objetivo de ratificar as ocorrências do fenômeno estudado nos contextos selecionados. Posteriormente, criamos um arquivo de dados para codificação com os recortes de áudios correspondentes a cada contexto transcrito grafematicamente. Antes dessa codificação foi imprescindível o estabelecimento dos grupos de fatores no arquivo de especificação, os quais foram submetidos ao programa computacional Goldvarb X para a análise de dados multivariáveis (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005).

Como este estudo segue o programa de regra variável (Guy; Zilles, 2007; Labov, 2008), determinamos que a variável dependente apresente relação direta com a aplicação e não aplicação do fenômeno de haplogogia, o que permitiu a realização de rodadas binárias no Programa Goldvarb X. As variáveis independentes dizem respeito às variáveis linguísticas e sociais. É o que se pode conferir no quadro 02.

FLP 25(2)

Quadro 02 - As variáveis controladas.

VARIÁVEIS		
DEPENDENTE	INDEPENDENTE	
Haplogogia (h)	<b>INTERNAS</b>	<b>EXTERNAS</b>
Não haplogogia (n)	Ponto de Consoante, Qualidade da vogal e Tipo de estrutura silábica <i>c(c)v-v</i> OU <i>av-c(c)v</i>	Faixa etária, Sexo e Escolaridade.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Estabelecidas as variáveis, iniciamos a codificação dos dados e, posteriormente, as rodadas no Goldvarb X que nos forneceram os resultados sob forma de frequência e de peso relativo. Em termos de resultados probabilísticos, o peso relativo de referência para a aplicação do fenômeno em estudo é de 0.50 (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Isso significa que caso uma variante apresente peso relativo igual a 0.39, por exemplo, será entendida como desfavorável à aplicação da regra de haplogogia por apresentar valor abaixo de 0.50. Por sua vez, se uma variante apresentar peso relativo igual a 0.59 será entendida como favorável à aplicação do fenômeno por apresentar peso relativo acima de 0.50. Por outro lado, se alguma variante apresentar peso relativo igual a 0.52, julgaremos que há favorecimento da regra de haplogogia, apesar de a

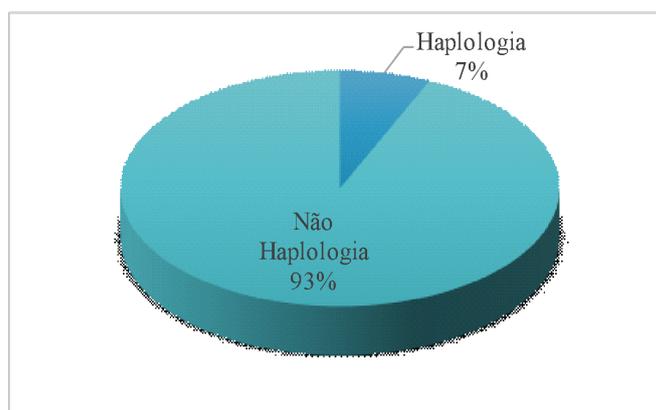
probabilidade de aplicação da regra ser muito baixa e seu favorecimento ser quase neutro.

#### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise deste estudo está centrada nas variáveis externas escolaridade e sexo, selecionadas pelo Goldvarb X por apresentarem, estatisticamente, significância para o estudo da probabilidade de aplicação ou não do fenômeno de haplologia no falar de Belém do Pará. No sentido de refinar a análise e tornar mais compreensíveis os resultados estatísticos emitidos pelo programa de regra variável, procedemos também ao cruzamento das duas variáveis referidas.

##### 4.1 Frequência da haplologia no falar belenense

Codificamos primeiramente 3.098 dados da amostra total. Houve apenas uma modificação: a retirada da variável *ponto de Consoante*. Após a retirada desta variável, chegamos à rodada considerada final da qual apresentamos os resultados probabilísticos<sup>7</sup>. Como pode se ver no gráfico 01, a haplologia apresenta baixa frequência no falar belenense.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 01 - Aplicação da haplologia.

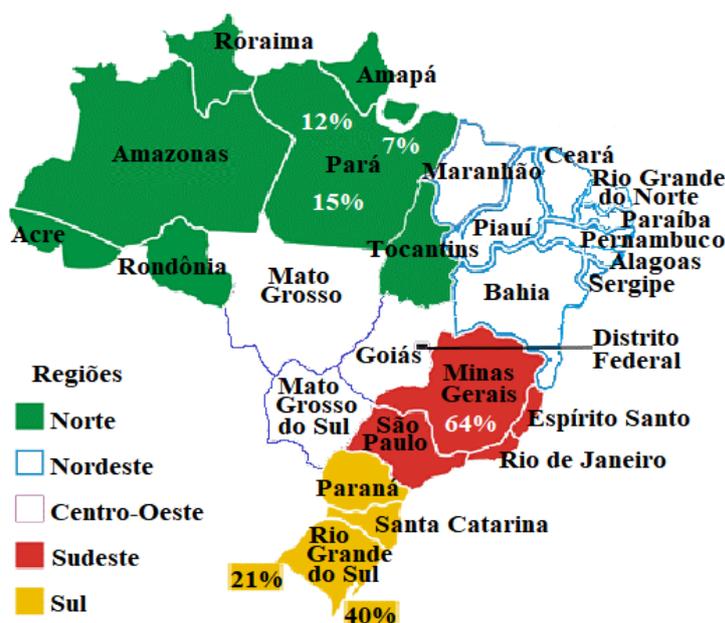
Como era de se esperar, o resultado para a variante haplologia (*h*) confirmou-se também no índice geral de aplicação da regra variável apresentada pelo Goldvarb X, cujo input alcançado foi 0.045, valor muito abaixo da média de referência que é de 0.50. Isso significa que o fenômeno é pouco usado pelos belenenses e sua probabilidade de aplicação é baixa.

Contudo, entendemos que a haplologia é um fenômeno de regra variável no falar de Belém do Pará como afirmam os estudos de Paz (2013), Oliveira e Paz (2013), Paz e Oliveira (2014, 2015); e, como tal, o fenômeno de regra variável pode apresentar alto ou baixo índice de frequência, demonstrando a variação linguística existente

<sup>7</sup> Para chegarmos aos pesos relativos, torna-se necessária a retirada dos *nocantes*. O grupo ponto C apresentou vários *nocantes*.

naquele ambiente (Guy, 2007, p. 48), a exemplo da variante (*b*) que apresentou 7% ou 206 ocorrências do total da amostra analisada.

Na figura 03, apresentamos, para fins de comparação, as frequências de aplicação da haplologia registradas em alguns espaços brasileiros, incluindo-se aí o falar paraense<sup>8</sup>.



Fonte: Paz (2013), adaptada pelas autoras.

Figura 03 - Aplicação da haplologia nos falares brasileiros.

A frequência do fenômeno é alterada de acordo com os espaços de onde são oriundos os dados, o que mostra o efeito do fator dialetal. Minas Gerais apresenta significativa produtividade do fenômeno em relação aos demais espaços pesquisados. Em termos comparativos, é o estado do Pará que apresenta mais baixa produtividade do fenômeno: 12% em Paz (2014), 15% em Paz (2013) e em Oliveira e Paz (2013)<sup>9</sup> e 7% neste estudo, conforme ilustrado na figura 03.

#### 4.1.1 Variável escolaridade

A variável escolaridade foi o segundo grupo a ser selecionado pela rodada *step up*<sup>10</sup>, realizada pelo programa Goldvarb X. Os falantes menos e não escolarizados são os que mais favorecem a haplologia, de acordo com os resultados estatísticos apresentados na tabela 01.

<sup>8</sup> Especificamente nos dialetos de Itaituba e Belém.

<sup>9</sup> Em Paz (2013, p. 84), foi controlada a variável *Procedência*. Entretanto, esta variável não foi selecionada pelo programa Goldvarb X. Os resultados apontaram uma diferença mínima entre as duas cidades controladas: Belém apresentou 15%, enquanto que Itaituba 16%.

<sup>10</sup> De todos os grupos de fatores submetidos ao programa de regra variável Goldvarb X, somente quatro foram selecionados. São eles, de acordo com a ordem de seleção: qualidade das vogais, escolaridade, sexo e estrutura silábica.

Tabela 01 - Variável Escolaridade.

Fatores	Aplic./Total	Frequência	Peso Relativo
Não escolarizados	107/985	10.9%	.63
Ensino Fundamental	64/848	7.5%	.59
Ensino Médio	35/1202	2.9%	.33
Total	206/3035	7%	--

Input: 0.045

Significance: 0.000

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os informantes do ensino médio apresentaram-se como não favoráveis ao fenômeno da haplogia, com peso relativo igual a .33, isto é, abaixo do ponto neutro. Por outro lado, os informantes com menos ou nenhuma instrução foram os maiores responsáveis pelo uso da haplogia, pois se apresentaram como favorecedores da aplicação da regra, cujo peso relativo é igual a .63 para os não escolarizados e .59 para aqueles que possuem o ensino fundamental.

Tais resultados estão em conformidade com as expectativas sobre os efeitos dessa variável, uma vez que é comum associar a escolarização como reguladora da regra de aplicação de haplogia. Assim, a escolha da variante usada (se haplogia ou não haplogia) por esses falantes reflete a relação de concorrência do uso das variantes na comunidade de fala: padrão/não padrão, conservadora/inovadora, estigmatizadas/prestígio (cf. Tarallo, 2001).

Podemos dizer que, no falar belenense, o uso da haplogia está especialmente ligado a grupos que têm menos instrução e, portanto, deve carregar estigma social. Quanto mais baixo é o nível de escolaridade do informante, mais favorecida é a aplicação da regra. Quanto mais o falante é instruído, mais há resistência ao seu uso.

Os estudos realizados anteriormente por Paz (2013), Oliveira e Paz (2013) e Paz e Oliveira (2014) mostram resultados semelhantes aos apresentados aqui em relação à variável escolaridade. Como os resultados encontrados pelas autoras não são exclusivos da capital, o efeito da regra tinha a possibilidade de apresentar diferenças em relação aos de uma capital, mas não foi o que aconteceu. Os resultados apresentados por Paz (2013), Oliveira e Paz (2013) e Paz e Oliveira (2014) para a variável escolaridade não diferem dos apresentados aqui, o que fortalece a hipótese de mais escolaridade, menos haplogia.

Tradicionalmente, quando se pensa em estudos que discutem apagamento e supressão, é comum relacionar isso a fenômenos que são estigmatizados ou a fenômenos que são mais recorrentes na fala de pessoas com menos escolaridade. Na verdade, estes resultados mostram algo que estamos acostumados a ver, pois a haplogia é um fenômeno que implica apagamento ou supressão. Por outro lado, pode-se supor que no falar belenense os mais escolarizados veem a haplogia como um fenômeno que caracteriza estigma, pois são eles os que menos favorecem a regra. Entendemos também que o apagamento da sílaba não parece representar a norma dessa capital. No falar mineiro, por exemplo, há uma relação de identidade quando se trata de “comer” o final das palavras. Segundo Oliveira (2012, p. 18), “uma característica que é frequentemente atribuída ao falar mineiro são os processos de

FLP 25(2)

apagamento ocorridos nas sílabas finais átonas”, como ocorre em “Meidaprás – meio da praça” e “Pondiônz – ponto de ônibus”<sup>11</sup>.

#### 4.1.2 Variável Sexo

A variável sexo foi o segundo grupo de fatores externos a ser selecionado pelo programa computacional Goldvarb X. Os resultados estão dispostos na tabela 02.

Tabela 02 - Variável Sexo.

Fatores	Aplic./Total	Frequência	Peso Relativo
Masculino	129/1207	10.7%	.63
Feminino	77/1828	4.2%	.41
Total	206/3035	7%	--

Input: 0.045

Significance: 0.000

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os resultados probabilísticos apresentados pelo programa de regra variável mostram que os homens receberam peso relativo igual a .63 e as mulheres receberam peso relativo .41, o que as torna desfavoráveis à aplicação da regra. Conforme esses resultados, o sexo masculino favorece a aplicação do fenômeno da haplogia, pois este apresenta peso acima de 0.50.

Nos estudos de natureza variacionista, tornou-se comum considerar a fala do sexo feminino como fala *de prestígio e conservadora*. Julgamos que isso não pode ser tomado como categórico. Devemos lembrar que os resultados aqui apresentados são semelhantes aos resultados encontrados em Paz (2013), Oliveira e Paz (2013) e Paz e Oliveira (2014) sobre o fenômeno da haplogia. As autoras afirmaram que houve maior favorecimento na fala dos informantes do sexo masculino não escolarizados, o que as levou a relacionar a regra ao desprestígio social. Os resultados sobre o fenômeno da haplogia no falar paraense, incluindo os deste estudo, permitem dizer que a haplogia é uma regra *inovadora* que não goza de prestígio social entre os falantes (Labov, 1972); notem que ela não é preferida pelas mulheres, nem pelos homens que têm mais instrução. As mulheres costumam encabeçar regras inovadoras quando essas gozam de prestígio, o que não é o caso da haplogia em Belém. Vale lembrar que estudos recentes mostram que mulheres podem, a depender das características de sua comunidade, encabeçar mesmo variantes que são desprestigiadas.

Para elucidar esses resultados, julgamos conveniente proceder ao refinamento da análise de modo a obter uma compreensão mais clara dos resultados estatísticos apresentados pelo programa de regra variável. Decidimos, portanto, realizar o cruzamento entre os fatores externos sexo e escolaridade. Os resultados estão expostos na tabela 03.

<sup>11</sup> Uma comparação entre os resultados da variável escolaridade encontrados neste estudo sobre haplogia no falar belenense e os resultados de Oliveira (2012) não é possível, pois a análise variacionista feita por esse autor (*op. cit.*) não prevê o controle da variável escolaridade. Oliveira (2012) adotou em sua pesquisa somente o critério ensino médio (antigo segundo grau).

Tabela 03 - Sexo/escolaridade.

FATORES	Aplic./Total	%
Feminino / não escolarizado (1)	20/376	5
Feminino / ensino fundamental (2)	44/622	7
Feminino / ensino médio (3)	13/830	2
Masculino / não escolarizado (1)	87/609	14
Masculino / ensino fundamental (2)	20/226	9
Masculino / ensino médio (3)	22/372	6
Total	206/3035	7

Input: 0.045

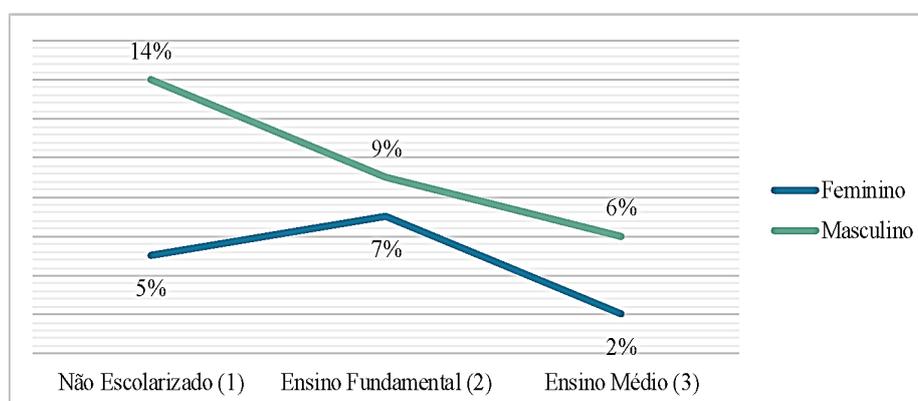
Significance: 0.000

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na tabela 03, quando observamos o efeito da variável escolaridade sobre a variável sexo, constatamos que mulheres e homens mais escolarizados resistem mais à aplicação da haplologia, pois apresentam somente frequência de 2% e 6%, respectivamente. Vale ressaltar que, em todos os grupos avaliados na referida tabela, os homens usaram mais a regra do que as mulheres, independentemente do nível de instrução. Ressaltamos que as mulheres desfavorecem a haplologia, mas são as que têm mais escolaridade que mais a desfavorecem. Os homens favorecem a regra, sendo o grupo dos mais escolarizados que menos a usam.

As informações apresentadas na tabela 03 permitiram a construção do gráfico 02, no qual podemos ter uma visualização mais nítida do distanciamento entre os resultados obtidos nos diferentes grupos.

FLP 25(2)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 02 - Sexo *versus* escolaridade.

A diferença entre os falantes mais escolarizados é de 4%. Já entre os de ensino fundamental é mais baixa: apenas 2%. Entre os não escolarizados a diferença é mais significativa: 9%, ou seja, o comportamento de homens e mulheres apresenta mais diferença entre os não escolarizados; em todos os cenários as mulheres usam menos haplologia.

## 5 CONCLUSÃO

No presente texto, apresentamos resultados de estudo variacionista relativo ao fenômeno de haplologia no falar belenense, destacando o efeito das variáveis externas escolaridade e sexo. Como vimos, trata-se de um fenômeno com baixa produtividade, 7% de ocorrência. A análise das variáveis escolaridade e sexo aponta a haplologia como uma regra estigmatizada, já que é desfavorecida pelos mais escolarizados e pelas mulheres. A seleção da escolaridade e sexo pelo programa de regra variável revela a importante atuação desses fatores externos sobre o fenômeno. Já o cruzamento entre essas duas variáveis mostrou que o ensino médio é o nível que mais inibe a regra tanto no grupo de homens, quanto no de mulheres. Tudo indica, em termos de análise de fatores externos, que a baixa produtividade da haplologia guarda relação com a escolaridade, a qual deve atuar como inibidora da regra.

## REFERÊNCIAS

- Alkmim MGR, Gomes CA. Dois fenômenos de supressão de segmentos em limite de palavra. *Ensaios de linguística*. 1982;7:43-51.
- Barbosa JB, Costa DS. Os processos morfofonológicos desencadeados pelos sufixos -s/ção e -mento. *Estudos linguísticos*. 2006;35:1043-1052.
- Battisti E. Haplologia sintática e efeitos de economia. *Organon*. 2004;18(36):31-39.
- Battisti E. Haplologia no português do sul do Brasil. *Letras de Hoje*. 2005;40(3):73-88.
- Bechara E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009.
- Bisol L. O troqueu silábico no sistema fonológico (um adendo ao artigo de Plínio Barbosa). *D.E.L.T.A.* 2000;16(2):403-413.
- Bisol L, organizadora. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS; 2005.
- Câmara Jr. JM. *Dicionário de linguística e gramática*. 11.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes; 1984.
- Coutinho IL. *Gramática histórica*. 7.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico; 1976.
- Crystal D. *Dicionário de linguística e fonética*. Dias MCP, tradutora. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar; 2000. p. 137.
- Dubois J, et al. *Dicionário de linguística*. Rio de Janeiro; 1973.
- Guy GR. *Introdução à análise quantitativa da variação linguística*. In: Zilles A, Maya LZ, tradutores. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial; 2007. p. 19-46.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2022* [internet]. [citado 05 fev. 2024]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html>.
- Labov W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press; 1972.
- Labov W. *Padrões sociolinguísticos*. Bagno M, Scherre MMP, Cardoso CR, tradutores. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.
- Leal EG. *Elisão silábica e haplologia: aspectos fonológicos do falar da cidade paulista de Capivari [dissertação]*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2006.
- Mendes RMG. *A haplologia no português de Belo Horizonte [dissertação]*. Minas Gerais: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; 2009.
- Mollica MC. Dependência sintática e processos morfofonêmicos. *Revista Estudos Linguísticos*. 1996;5(4) v.1 jan.-jun.:155-162.

- Oliveira AJ. 'Comendo o final de palavras': análise variacionista da haplogogia, elisão e apócope em Itaúna/MG [tese]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2012.
- Oliveira MB, Paz F. Haplogogia na região amazônica: imagens preliminares. *Estudos de Linguística Galega*. 2013;5:69-87.
- Pavezi VC. A haplogogia na variedade paulista [dissertação]. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista; 2006.
- Paz FHS. Haplogogia no falar paraense [dissertação]. Belém: Universidade Federal do Pará; 2013.
- Paz FHS. O efeito de fatores internos e externos sobre a haplogogia no falar belenense [tese]. Belém: Universidade Federal do Pará; 2019.
- Paz FHS, Oliveira MB. Haplogogia: uma análise variacionista no falar itaitubense. In: Razky A, Lima AF, Oliveira MB. *Estudos sociodialetais do Português Brasileiro*. São Paulo: Pontes; 2014. p. 77-96.
- Paz FHS, Oliveira MB. Regras que alimentam a haplogogia sintática. In: Ferreira M, organizadora. *Descrição e ensino de línguas*. São Paulo: Pontes; 2015. p. 111-126.
- Prado NC. Haplogogia na formação de palavras envolvendo o sufixo -ção. In: *Encontro do CELSUL. Anais*. Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina; 2010.
- Sankoff D, Tagliamonte S, Smith E. *Goldvarb X: a variable rule application for the Macintosh and Windows*. University of Toronto, Department of Linguistics; 2005.
- Simioni T, Amaral FU. A haplogogia e o princípio do contorno obrigatório. In: Martins MA, organizador. *Revista do Gelne*. 2011;13:53-67. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/issue/view/522>.
- Silveira S. *Fonética sintática e sua utilização na explicação de expressões feitas e na interpretação de textos*. Rio de Janeiro: Organização Simões; 1952.
- Tarallo F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática; 1994.
- Tenani LE. Domínios prosódicos do português: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos [tese]. Camoínas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas; 2002.
- Weinreich U, Labov W, Herzog M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Bagno M, tradutor. Faraco CA, revisor técnico. São Paulo: Parábola Editorial; 2006.
- Williams EB. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Houaiss A, tradutor. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1981.



## Variação morfofonológica da variável (gente) na fala de moradores da comunidade Ariri (AM)

### *Morphophonological variation of the variable (gente) in the speech of residents of the Ariri community (AM)*

Felício Wessling Margotti\*

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Orlando da Silva Azevedo\*\*

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

Ilna Kelly Ferreira dos Santos\*\*\*

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

**Resumo:** Neste artigo, são descritas as variantes morfofonológicas da variável (*gente*) na fala de moradores da comunidade Ariri, localizada no rio Coari Grande, que pertence ao município de Coari, no Estado do Amazonas. O corpus foi retirado de oito respostas discursivas que constam no questionário semântico-lexical da tese de Azevedo (2013). Trata-se de um trabalho dialetológico e geolinguístico por trabalhar a variação dialetal no espaço territorial. A análise descritiva foi feita nas dimensões intralinguística, diatópico-diafásica, diatópico-diassexual, diatópico-diastrática e diatópico-diageracional. Os resultados transcritos grafematicamente foram inseridos em cinco cartas morfofonológicas, as quais mostram que os moradores locais usam quatro variantes que testificam um processo de mudança linguística em curso.

**Palavras-chave:** Dialectologia amazônica. Variável (*gente*). Ariri. Amazonas.

**Abstract:** In this paper, the morphophonological variants of the variable (*gente*) are described in the speech of residents of the Ariri community, that is located on the Coari Grande river, which belongs to the municipality of Coari, in the State of Amazon. The *corpus* was taken from eight discursive responses, which appear in the semantic-lexical questionnaire of Azevedo's thesis (2013). This is dialectological and geolinguistic research to work on dialectal variation in territorial space. The descriptive analysis was carried out in the intralinguistic, diatopic-diaphasic, diatopic-diasexual, diatopic-diastratic and diatopic-diagenational dimensions. The graphemically transcribed results were inserted into five morphophonological charts, which show that local residents use four variants that testify to an ongoing process of linguistic change.

**Keywords:** Amazon dialectology. Variable (*gente*). Ariri. Amazon.

---

\* Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; [felicio.margotti@ufsc.br](mailto:felicio.margotti@ufsc.br)

\*\* Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor da Universidade Federal do Amazonas; [orsasilva@gmail.com](mailto:orsasilva@gmail.com)

\*\*\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas; [ilnaufam@gmail.com](mailto:ilnaufam@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Nas transcrições grafemáticas das respostas ao Questionário Semântico-Lexical da tese de Azevedo (2013), foram constatadas quatro ocorrências morfofonológicas da variável semântico-lexical (*gente*) que, no quadro do português falado no Brasil, de modo geral, concorre com a variante *nós* na primeira pessoa do plural, caracterizando a variação pronominal.

O ponto de inquérito selecionado foi a comunidade São João do Ariri, localizada no Rio Coari Grande, que faz parte do Município de Coari, distante 363 km da Capital Manaus em linha reta. A comunidade possui uma extensão territorial de 3.000 metros de frente por um comprimento muito extenso de fundo, ainda não calculável segundo os moradores locais. São João do Ariri surgiu na década de 1950 com os primeiros desbravadores, que vieram da cidade de Tefé a remo, baixando o rio Solimões em uma canoa. Atualmente a localidade abriga 18 famílias adventistas, que vivem da pesca e atividades agropastoris.

O significado do nome Ariri é desconhecido, mas segundo os moradores dessa comunidade, trata-se de uma palavra de origem indígena análoga às toponímias Coari, Manaquiri, Carauari, Anori, Beruri etc. (cidades do Estado do Amazonas). Como a terminologia Ariri é pouco extensa, resolveram acrescentar o nome do apóstolo bíblico São João, resultando, assim, na toponímia São João do Ariri (ver Figura 1 durante a época das cheias dos rios e lagos amazônicos).



Fonte: Azevedo (2013)

Figura 1 - São João do Ariri.

Nesta pesquisa, foram descritas as variantes da variável (*gente*) seguindo os parâmetros estabelecidos de acordo com a variável intralinguística, posição do sujeito; estilo (variação diafásica); e variáveis sociais: sexo, escolaridade e faixa etária. Tais variáveis influenciaram as realizações das alternantes envolvidas durante a elocução livre dos falantes da comunidade São João do Ariri.

No discurso dos informantes, as quatro variantes desempenham a mesma função e o mesmo sentido do pronome *nós*.

Sob a perspectiva do falante, as variantes foram consideradas como entradas lexicais diferentes, uma vez que a forma padrão ou a norma de uso é a do falante e não a imposta pelo julgamento linguístico do pesquisador. Baseado nisso, as variantes registradas foram *gente*, *ente*, *rente* e *ante*, totalizando 92 dados. As formas *ente*, *rente* e *ante* apareceram na posição de sujeito do verbo no contexto frasal. Por sua vez, a variante *nós* foi pouco incidente, e o resultado mostra uma mudança em curso com a supressão

do grafema *g*, que representa o fonema / ʒ/ na variável (*gente*), resultando na forma mais expressiva *ente*.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 O trabalho dialetológico e a variação linguística

Segundo Chambers e Trudgill (1980), a dialetologia é o estudo dos dialetos, os quais podem ser representados por meio de transcrições alfabéticas, grafemáticas e simbologias em mapas monodimensionais e pluridimensionais.

Surgida no contexto do movimento neogramático, no final do século XIX, a dialetologia se aprimorou ao longo dos anos, deixando de selecionar apenas informantes *NORMs* (*nonmobile*, com pouca mobilidade; *older*, mais velhos; *rural*, rurais; *males*, homens), passando de uma fase monodimensional, diatópica, para a fase pluridimensional (Thun, 2005), ao incorporar outras dimensões sociais advindas da sociolinguística. Desse modo, o fenômeno variável pode ser tratado de forma mais complexa e de maneira mais sistematizada.

A pesquisa dialetológica consiste na seleção das variáveis, na definição de uma rede de pontos (localidades), constituição quantitativa de informantes, elaboração e aplicação de um questionário, quantificação dos dados coletados e representação dos resultados no espaço cartográfico.

Em se tratando da variação linguística, fenômeno comum e inerente a todas as línguas naturais do mundo, pressupõe-se a existência de formas alternantes em uma comunidade, que possui peculiaridades linguísticas próprias. Segundo Labov (1972), a variação e a mudança linguística ocorrem em meio à sociedade, envolvendo a língua e o sujeito, não existindo uma gramática individual, mas uma gramática coletiva. A língua existe na sociedade e é imposta àquele que faz parte dela. É coercitiva e está sujeita à variação e à mudança linguística ao longo do tempo.

No mesmo contexto de uso, duas ou mais variantes competem entre si com a mesma significação, e suas ocorrências podem ser favorecidas ou inibidas em função da sua relevância social no discurso ou podem ser preferidas por causa de sua identificação com formas padrão e não-padrão, que refletem tendências conservadoras ou inovadoras (Roncarati, 1992).

O que determina a existência das variedades linguísticas são fatores internos (linguísticos) que influenciam a escolha dos falantes por formas de natureza fonomorfológicas, semânticas, discursivas e lexicais; e fatores externos, extralinguísticos, que atuam também na utilização de uma ou mais alternante, entre os quais os inerentes ao falante, a exemplo da etnia e sexo, e os sociais, a exemplo de escolarização, nível de renda, profissão e classe social, e os contextuais como grau de formalidade e tensão discursiva.

Cada língua é um produto de sua evolução histórica no tempo e no espaço, de modo que o acúmulo e a integral realização dela dependem de condições sociológicas, pois a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão das mudanças linguísticas (Silva Neto, 1988). Assim, a teoria da variação e mudança linguística concebe a língua como objeto possuidor de heterogeneidade sistemática, ou seja, existe regularidade na variação e na mudança linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006

[1968]). Câmara Jr. (2009) afirma que a variação linguística é influenciada pelo ambiente fonético ou pelas peculiaridades do sujeito falante, que muda seu discurso conforme mudam seus parâmetros sociais, como escolarização, idade etc. Por isso, os padrões linguísticos de uma comunidade estão sujeitos ao julgamento social positivo ou negativo.

## 2.2 Variação morfofonológica

Quando o fonema e o morfema são afetados simultaneamente, tem-se a variação morfofonológica. Na fala nortista, por exemplo, o morfema formador de gerúndio {-ndo} pode se realizar foneticamente como [nũ], [ndũ]; já as formas em [no] e [ndo] são mais raras e podem ser encontradas na fala de pessoas com baixa escolaridade e moradores de lugares distantes dos principais centros urbanos, por exemplo, no Amazonas, um estado brasileiro com proporções continentais. Sabe-se que o morfema {-ndo} é formado por fonemas. Acontece que quando um de seus segmentos fônicos é suprimido ou substituído, ocorre alteração de ordem fonológica e morfológica. Logo, as formas abaixo sofrem o processo de variação morfofonológica com a queda de /d/, resultando num processo de assimilação do ponto de articulação, uma vez que os dois segmentos são alveolares ou alveodentais, a depender do dialeto:

- a. Almoçando, sendo realizada como [aw.mo.'sã.nũ];
- b. Dançando, sendo realizada como [dã.'sã.nũ];
- c. Pescando, sendo realizada como [pɛʃ.'kã.nũ].

O mesmo processo pode ser verificado nos exemplos apresentados por Coelho et al. (2015, p. 27): “Andá (por ‘andar’), vendê (por ‘vender’), parti (por ‘partir’)”, pois nesses exemplos, o *r* representa ao mesmo tempo um fonema /r/ e um morfema {r}. Se o *r* não for realizado, diz-se que houve apagamento, resultado em fonema zero e morfema zero.

FLP 25(2)

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O corpus analisado foi retirado das respostas transcritas grafematicamente do questionário semântico-lexical da tese de Azevedo (2013), que foi aplicado na comunidade São João do Ariri. Na análise descritiva, seguindo o mesmo procedimento metodológico adotado por Azevedo (2013), foram controladas, além da dimensão intralinguística (posição da variável *gente* na frase), as dimensões sociais: diasssexual: homem e mulher; diageracional<sup>1</sup>: de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos; e diastrática: analfabeto ou alfabetizado até a 4.<sup>a</sup> série e acima da 4.<sup>a</sup> série.

<sup>1</sup> O parâmetro de duas faixas etárias seguiu a metodologia do Atlas Linguístico do Brasil - ALiB, a qual foi adotada por Azevedo (2013).

Quadro 1 - Perfil do informante da comunidade Ariri.

Nº	Sexo	Faixa etária	Escolaridade
1	Homem	De 18 a 30 anos	Até a 4. <sup>a</sup> série
2	Mulher	De 18 a 30 anos	Até a 4. <sup>a</sup> série
3	Homem	De 18 a 30 anos	Acima da 4. <sup>a</sup> série
4	Mulher	De 18 a 30 anos	Acima da 4. <sup>a</sup> série
5	Homem	De 50 a 60 anos	Até a 4. <sup>a</sup> série
6	Mulher	De 50 a 60 anos	Até a 4. <sup>a</sup> série
7	Homem	De 50 a 60 anos	Acima da 4. <sup>a</sup> série
8	Mulher	De 50 a 60 anos	Acima da 4. <sup>a</sup> série

Fonte: adaptado de Azevedo (2013).

Conforme Quadro 1, participaram da pesquisa oito informantes, sendo quatro mulheres e quatro homens, distribuídos nas duas faixas etárias e nas duas escolaridades já mencionadas.

Na elaboração das cartas morfofonológicas, foi utilizada, como camada do projeto inicial, a malha em formato *shapefile*, AM Municípios do ano de 2022, baixada direto do site do IBGE<sup>2</sup> e inserida no programa de geoprocessamento e georreferenciamento QGIS<sup>3</sup>, versão 3.30. Em seguida foi adicionada a camada de amostra do Município de Coari e uma camada de fundo do *Waze World*, disponível no ícone *web* existente no próprio QGIS.

Os gráficos foram gerados em forma de pizza com a inserção do rótulo de dados. Em se tratando da carta pluridimensional, cada gráfico em forma de pizza representa a fala de cada informante da comunidade Ariri, sendo inserido na cruz com o seguinte perfil:

Mulher 1, Faixa Etária 1, Escolaridade 1; e Homem 1, Faixa Etária 1, Escolaridade 1.

Mulher 2, Faixa Etária 1, Escolaridade 2; e Homem 2, Faixa Etária 1, Escolaridade 2.

Mulher 3, Faixa etária 2, Escolaridade 1; e Homem 3, Faixa etária 2, Escolaridade 1.

Mulher 4, Faixa etária 2, Escolaridade 2; e Homem 4, Faixa etária 2, Escolaridade 2.

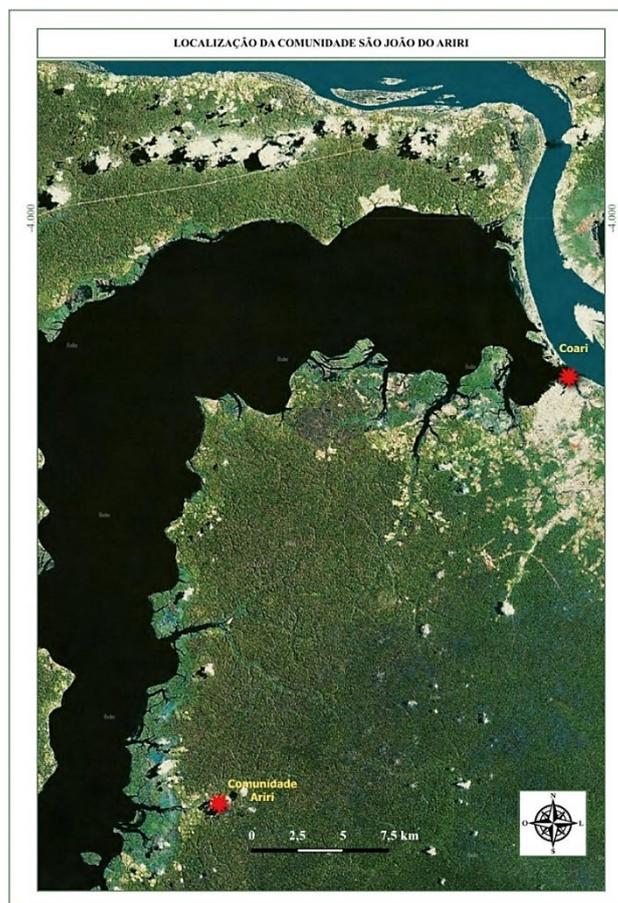
Por último, as cores das legendas nas cartas correspondem às mesmas cores usadas nos gráficos em forma de pizza.

Na Figura 2, é possível visualizar a localização da comunidade Ariri em relação à cidade de Coari. No percurso via rio Coari Grande, e se a viagem for feita em um

<sup>2</sup> Disponível em: [Malha Municipal | IBGE](https://malha.municipal.ibge.gov.br/).

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.qgis.org/pt\\_BR/site/forusers/download.html](https://www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download.html).

rabeta de 5HP, a viagem dura 5 h; mas se for feita em uma lancha de 150 HP, dura 30 min.



Fonte: Yandex Satellite<sup>4</sup>.

Figura 2 - Imagem de Satélite da comunidade Ariri.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As realizações morfofonológicas da variável (*gente*) em *gente*, *ente*, *ante* e *rente* no português falado na comunidade São João do Ariri são exemplos de variação linguística, que caracterizam entradas lexicais diferentes na memória do falante. Segundo Brandão, “Cada falante é, a um tempo, usuário e agente modificador de sua língua, nela imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara” (Brandão, 2005, p. 5).

Aspectos dialetais podem ser observados, conforme Brandão (2005), na entonação, na pronúncia, na escolha vocabular, na preferência por determinadas construções frasais, possibilitando a identificação do falante como pertencente a um país ou região geográfica ou a um grupo social.

Portanto, o falante está situado no espaço, no tempo e socialmente. Logo, a variação linguística ocorre no espaço, no tempo e socialmente. Cada momento, cada

<sup>4</sup> Disponível no próprio QGIS.

contexto retrata um estágio de inovação linguística, que vem a ser o objeto da pesquisa dialetológica.

Nos subtópicos seguintes, são abordados os resultados nas dimensões intralinguística (posição da variável *gente* na frase), diatópica (localidade), diatópico-diafásica (variação estilística), diatópico-diassexual (homem e mulher), diatópico-diastrática (escolaridade) e diatópico-diageracional (faixa etária).

#### 4.1 Na dimensão intralinguística

Durante toda trajetória histórica de uma dada língua, há interferências de natureza linguística capazes de provocar, por exemplo, mudanças fonético-fonológicas na estrutura dos vocábulos. Dessa forma, fazem-se atuantes os processos fonológicos envolvidos nas realizações do vocábulo *gente* no discurso oral dos informantes da comunidade São João do Ariri. Adotando-se a simbologia do alfabeto fonético internacional, as variantes *gente*, *ente*, *ante* e *rente* podem ser transcritas, respectivamente, da seguinte forma no dialeto arirense:

- a. [ʒẽ.tʃɪ] sem alteração morfofonológica na pronúncia nortista padrão para esse vocábulo;
- b. [ẽ.tʃɪ] com aférese do [ʒ];
- c. [ã.tʃɪ] com aférese do [ʒ] e abaixamento de [ẽ] para [ã];
- d. [hẽ.tʃɪ] com substituição do [ʒ] por um consoante glotal surda [h], muito incidente na fala nortista, de modo geral.

Abaixo estão as citações retiradas do apêndice da tese de Azevedo (2013), mostrando o contexto em que ocorrem as variantes da variável (*gente*):

A *rente* faz...cumué o nome...é séva. Coloca...coloca um bucado de joari dentro dum panerinho piqueno, aí pindura no fundo d'água assim, dexa lá uma...uns dois metro de fundura. Aí vaimbora, quando ele...a *rente* volta, aí os peixe já tem ajuntado pra ruê lá no...pela brecha do panero, ele sai ruendo, ruendo, aí *ente* arrria o anzol, ele come, ente pesca. É séva, dá-se o nome. (Homem, 50 anos, 5.ª série).  
-Ela num é braba não, mas se *rente* amaça nela, ela ferra. (Homem, 50 anos, 5.ª série).

Na posição de sujeito do verbo nas frases acima, aparecem as variantes *rente* e *ente*. Na primeira forma, houve a realização morfofonológica de (*gente*) em *rente*, em que o [ʒ], foneticamente, é substituído por [h] antes de vogal nasalizada na posição de sujeito do verbo; e, na segunda forma, ocorreu o apagamento de /ʒ/ no mesmo contexto. Devido à intensa velocidade imprimida no momento da prolação de tal vocábulo, o falante, de maneira inconsciente, substitui o [ʒ] por [h] ou o suprime. O mesmo caso de apagamento pode ser verificado abaixo no discurso oral dos demais informantes.

-*Ente* chama de ubru. (Homem, 30 anos, analfabeto).  
-Porque na friagem é melhó? -Aí na friage, eles fico tudo assim in cima d'água. Aí ente faz o chapuco, bota numa varinha. (Mulher, 56 anos, 6.ª série).  
[...] *ente* pensa que ela tá verde, mas ela fica bem molinnha, ela santumoé, essa aqui é banana guariba. (mulher, 26 anos, 2.ª série primária).

-A *gente* inxota o porco, *ante* faz assim cuche, né! (mulher, 52 anos, analfabeta).

No último exemplo, aparece a forma *ante* como apagamento do segmento /3/ e abaixamento de /e/ para [a]. Já a forma *gente* apareceu na função de adjunto adnominal, sujeito e complemento verbal, o que pode ser constatado na leitura das citações abaixo retiradas do apêndice da tese de Azevedo (2013).

Traventa a boca da *gente* (mulher, 52 anos, analfabeta).

É umas cabinha deste tamanhinho, que elaa...se a *gente* caii n'água, ela cai atrás e ferra a *gente* sempre. (mulher, 52 anos, analfabeta).

-A friera elaa...assim.... nu pé da *gente*, ela vai fazendo aquele caminho cum aquela bulhazinha, o rói-rói dá nos meio dos dedo, o mijacão éé...fica assim, ela foca o pé da *gente*, é mais cruel. (homem, 30 anos, analfabeto).

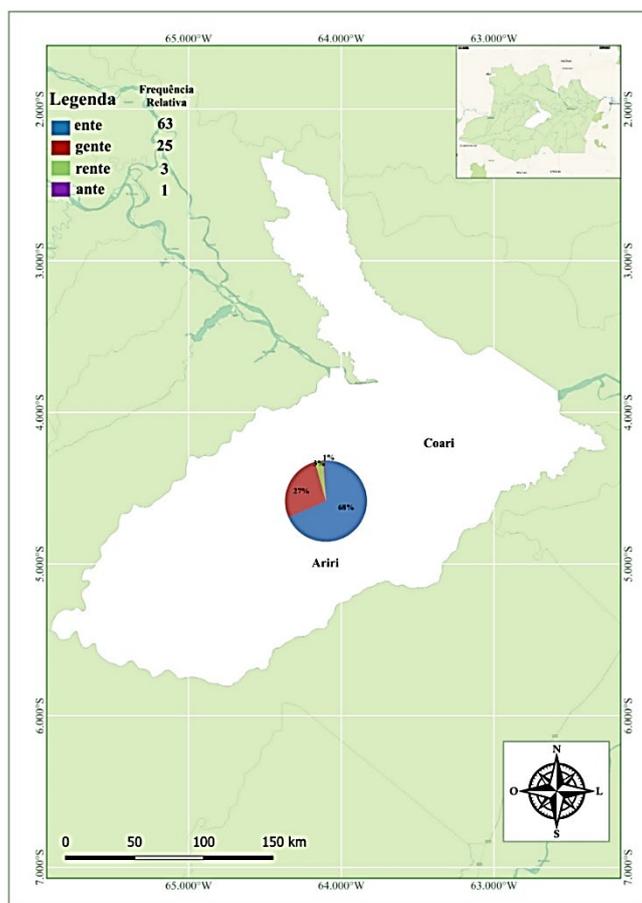
-Então a osga num dá na parede da casa da *gente* não. (Mulher, 56 anos, 6.<sup>a</sup> série).

Como visto nas citações, a posição de sujeito do verbo é favorável ao aparecimento das variantes *ente*, *rente* e *ante*, enquanto a posição de complemento do verbo ou de adjunto adnominal favorece a ocorrência da variante *gente*, havendo um controle maior por parte do falante no uso dessa variante. Já na posição pré-verbal, o falante não exerce um controle sobre a forma como fala o vocábulo *gente*. A presença de quatro variantes em um ambiente comum expressando a mesma significação é um exemplo clássico de variação, uma vez que são maneiras diferentes de dizer a mesma coisa.

#### 4.2 Dados gerais no contexto diatópico

FLP 25(2)

Na Figura 3, tem-se uma carta monodimensional, contendo os dados gerais da variável (*gente*) sem as associações às dimensões sociais. Como afirmado anteriormente, foram registradas 92 ocorrências de variantes de (*gente*), dentre as quais a forma *ente foi* a mais produtiva, apresentado um percentual de ocorrência em 68%, e uma frequência absoluta de 63; seguida, respectivamente, por *gente* em 27%, e frequência absoluta de 25; por *rente* em 7%, e frequência absoluta de 3; e por *ante* em 1%, e frequência absoluta de 1. Isso mostra a forte difusão de *ente* na comunidade Ariri (AM).



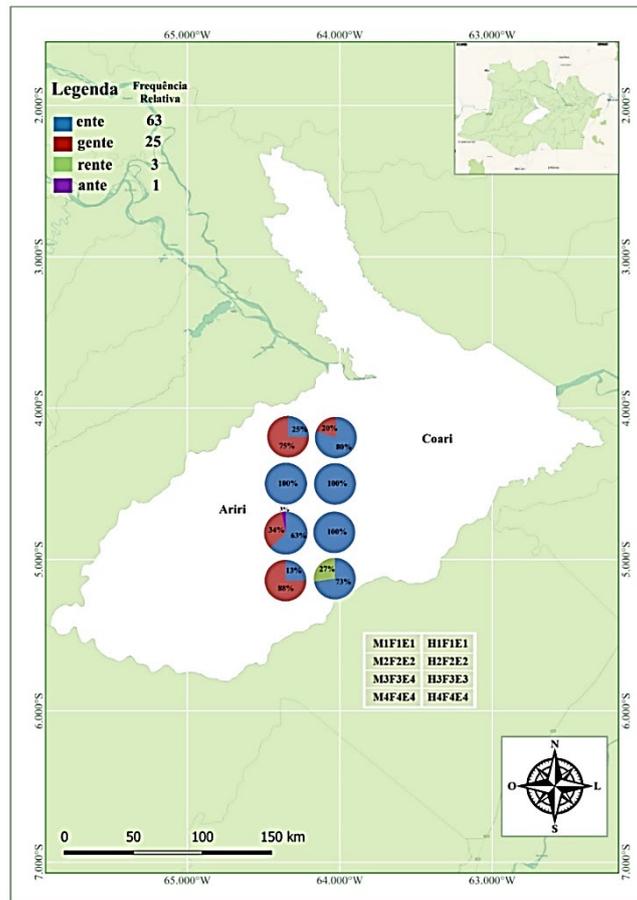
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 3 - Variantes de (*gente*) em Ariri.

### 4.3 Realizações de (*gente*) no espaço pluridimensional

Na Figura 4, é possível visualizar a variação linguística no espaço pluridimensional, considerando-se a dimensão diatópico-diafásica, diatópico-diassexual, diatópico-diastrática e diatópico-diageracional. Os gráficos posicionados do lado direito representam a fala dos homens, que comandam a inovação linguística na substituição da forma *gente* por *ente*. Do lado esquerdo, nos gráficos que representam a fala das mulheres, a variante *gente* é a mais difundida, que é a forma mais conservadora e associada à variedade padrão do Português. Cada gráfico representa a resposta de cada falante, permitindo, assim, visualizar o comportamento linguístico de maneira individual. Ainda, segundo a visualização dos gráficos na Figura 4, os mais escolarizados da Faixa Etária 1, de 18 a 30 anos, falam de forma categórica a variante *ente*.

FLP 25(2)



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 4 - Variação pluridimensional de (*gente*).

#### 4.3.1 Dimensão diafásica

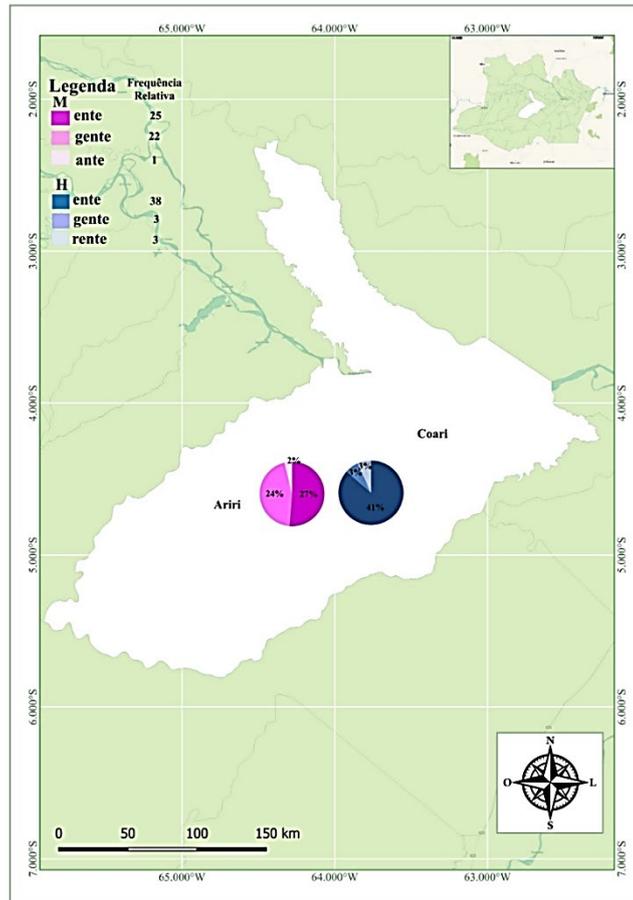
Do total de 92 ocorrências das variantes de (*gente*), 48 pertencem ao discurso das mulheres e 44 ao discurso dos homens. A frequência absoluta de cada variante varia conforme cada discurso, sendo que as mulheres falaram mais do que os homens. Pode-se visualizar pelos dados constantes na Figura 4 a variação estilística ocorrendo de maneira mais acentuada na fala das mulheres, na alternância de *ente* para *gente* e para *ante*. Conforme as informações apresentadas na carta pluridimensional (Figura 4), na fala de oito informantes, cinco apresentaram variação estilística.

#### 4.3.2 Variação diasssexual

Considerando os dados gerais na dimensão diasssexual, conforme visualização na Figura 5, a variante *ente* obteve um percentual de ocorrência em 27%, e frequência absoluta de 25 na fala das mulheres, enquanto na fala dos homens o percentual foi de 41%, com frequência absoluta de 38.

Já a alternante *gente* foi a mais usada pelas mulheres, apresentando um percentual de ocorrência em 24%, e frequência absoluta de 22. Na fala dos homens, tal variante obteve baixa incidência percentual e absoluta, respectivamente, de 3% e 3.

Por último, a alternante *rente* apareceu três vezes (3%) somente no discurso dos homens, e a variante *ante* apareceu uma única vez (2%) no discurso das mulheres (2%). Os dados nos permitem concluir que os homens estão mais propensos a falar a variante inovadora *ente*, por isso comandam esse processo de substituição inconsciente da forma *gente* por *ente*. Dos quatro homens que participaram da pesquisa em São João do Ariri, apenas um falou a forma *gente* 3 vezes.



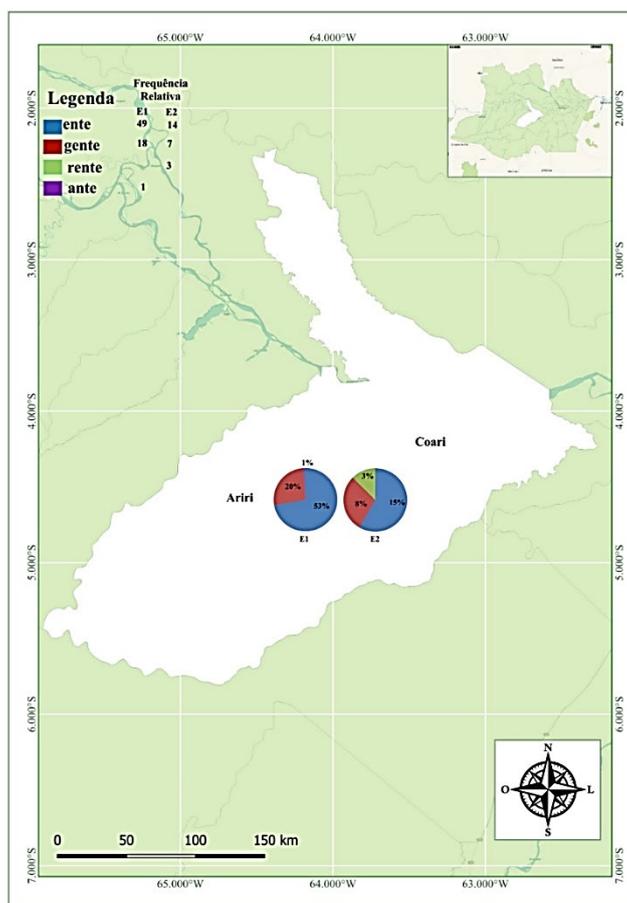
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 5 - Variação diassexual de (*gente*).

#### 4.3.3 Variação diastrática (escolaridade)

Das 92 ocorrências das variantes de (*gente*), 68 são faladas por informantes da Escolaridade 1, até a 4.<sup>a</sup> série, e 24 pelos da Escolaridade 2, acima da 4.<sup>a</sup> série.

FLP 25(2)



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 6 - Variação diastrática de (*gente*).

As quatro alternantes *gente*, *ente*, *rente* e *ante*, segundo o parâmetro da escolaridade dos informantes, apresentam-se distribuídas da seguinte forma:

Considerando os dados gerais por escolaridade (Figura 6), a alternante *ente* foi mais falada pelos informantes da Escolaridade 1, até a 4.<sup>a</sup> série, apresentando percentual de ocorrência em 53%, e frequência absoluta 49. Na Escolaridade 2, acima da 4.<sup>a</sup> série, também tal variante foi a mais falada, obtendo um percentual de ocorrência em 15%, e frequência absoluta 14.

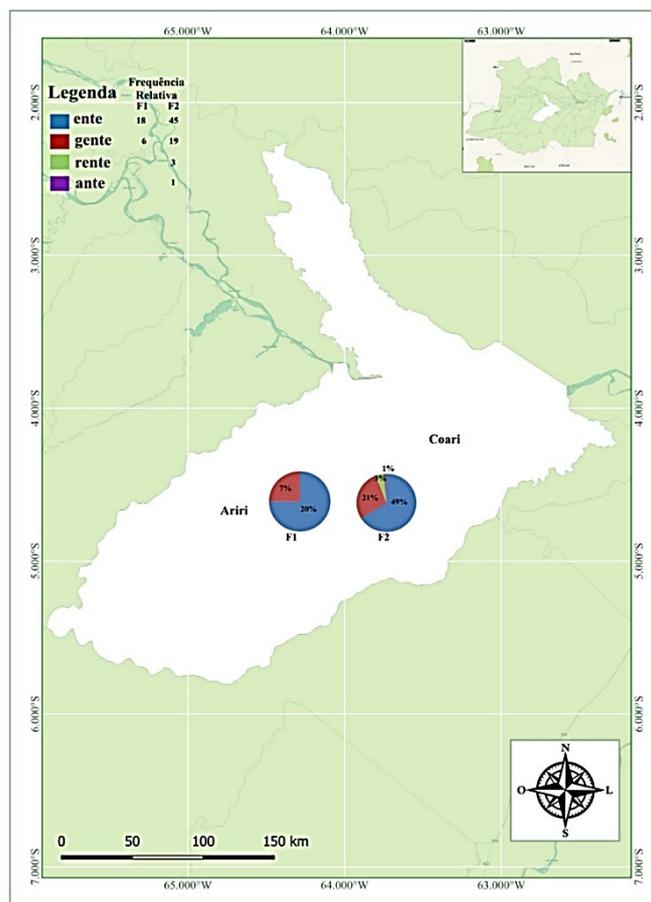
Em se tratando dos dados para a variante *gente*, esta é mais falada pelos informantes da Escolaridade 1, até a 4.<sup>a</sup> série, cujo percentual de ocorrência foi de 20% (18 vezes) contra 8% (7 vezes) dos informantes da Escolaridade 2, acima da 4.<sup>a</sup> série.

Já a variante *ante* foi falada uma vez por uma informante da Escolaridade 1, enquanto a alternante *rente* foi usada 3 vezes por um informante da Escolaridade 2.

Com isso, a variante inovadora *ente* é a mais difundida pelos informantes que da Escolaridade 1, reforçando a hipótese de que esse processo acontece de maneira inconsciente, em especial entre os falantes que têm menor condição de fazer julgamento linguístico e selecionar a forma a usar, ou seja, se vai usar *gente* ou vai usar *ente*. Percebe-se que esse é um processo já está bem difundido entre os moradores da comunidade São João do Ariri, porque houve falantes mais escolarizados que usaram somente a forma *ente*.

#### 4.3.4 Variação diageracional

Conforme visualização dos dados estatísticos da Figura 7, das 92 ocorrências das variantes de (*gente*), 24 são faladas pelos informantes da Faixa Etária 1, de 18 a 30 anos, e 68 pelos da Faixa Etária 2, de 50 a 65 anos.



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 7 - Variação diageracional de (*gente*).

A delimitação da faixa etária dos informantes para saber qual geração utiliza mais uma ou outra forma mostrou-se satisfatória, porque os dados estatísticos (Figura 7) apresentam diferenças significativas entre as variantes *gente* e *ente*, que são as mais incidentes em todo corpus analisado.

Os informantes da Faixa Etária 2, dos 50 a 65 anos, utilizaram mais a forma *ente* (45 vezes, ou 49% do total) do que os informantes da Faixa Etária 1, dos 18 a 30 anos (18 vezes, ou 20% do total). Uma justificativa para incidência maior da alternante *ente* na Faixa Etária 2, de 50 a 65 anos, é o fato de que esses informantes têm baixa escolaridade ou foram escolarizados recentemente, de modo que se tornou difícil para eles esquecerem aspectos presentes em seu repertório linguístico. Os resultados mostram que os informantes da Faixa Etária 2, de 50 a 65 anos, foram, no que diz respeito ao uso das variantes de (*gente*), inovadores.

Por sua vez, a variante *gente* ocorre 19 vezes (21%) na Faixa Etária 2 e 6 vezes (7%) na Faixa Etária 1. As demais variantes *rente* e *ante*, pouco expressivas, ocorreram

somente na Faixa Etária 2, com números absolutos e percentuais, respectivamente, com 3 ocorrências (3%) e uma ocorrência (1%).

Na concorrência em nível linguístico entre as formas *gente* e *ente*, a variante *ente* se sobressai e é transmitida aos informantes da Faixa Etária 1, de 18 a 30 anos, pelos mais velhos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram descritas as realizações morfofonológicas da variável (*gente*) no português falado na Comunidade São João do Ariri/AM. Adotou-se a perspectiva dos falantes, que concebem quatro variantes como entradas lexicais diferentes. Como foi percebida a variação morfofonológica da variável (*gente*) de maneira expressiva na transcrição grafemática nos dados linguísticos da tese de Azevedo (2013), foi possível sistematizá-los e compará-los.

Na dimensão intralinguística, considerando a posição da variável (*gente*) na frase, em todos os discursos dos falantes da comunidade, foram encontradas três formas do pronome *nós* na função de sujeito, enquanto as demais ocorrências sucederam-se com *gente*, *ente*, *rente* e *ante*, das quais *gente* ocorreu poucas vezes na posição de sujeito e, de forma mais expressiva, na posição complemento verbal e adjunto adnominal; e *ente*, *ante* e *rente* ocorreram apenas na posição sujeito do verbo.

Das quatro variantes documentadas, segundo os dados gerais, a forma *ente* é a mais difundida nas três variáveis sociais controladas na amostra.

Na dimensão diassexual, os homens lideram a difusão de *ente*. Proporcionalmente ao discurso de cada mulher, a forma *gente* é mais expressiva.

Na dimensão diastrática, cujo parâmetro são duas escolaridades, os informantes com escolaridade mais baixa usaram mais a forma *ente*.

Na dimensão diageracional, cujo parâmetro são duas faixas etárias, os informantes mais velhos, mais comunicativos do que os da faixa etária de 18 a 30 anos, usaram mais a forma *ente*.

Devido às limitações da pesquisa, pois não foi o propósito de Azevedo (2013) estudar as ocorrências da variável (*gente*), é necessária a realização de novas pesquisas que confirmem a tendência atual no que diz respeito à variável linguística (*gente*) e, também, de outros aspectos de variação e mudança linguística na fala de moradores da comunidade Ariri ou de outros locais do Estado do Amazonas ou da Região Norte do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- Azevedo OS. Aspectos dialetais do português da região norte do Brasil: um estudo sobre as pretônicas e sobre o léxico no Baixo Amazonas (PA) e no Médio Solimões (AM) [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2013.
- Brandão SF. A geografia linguística no Brasil. São Paulo: Ática; 2005.
- Câmara Jr. JM. Para o estudo da fonêmica portuguesa. Petrópolis: Vozes; 2009.
- Chambers JK, Trudgill P. Dialectology [locais do Kindle 112]. Cambridge Textbooks in Linguistics. Kindle.

- Coelho I, et al. Para conhecer a sociolinguística. São Paulo: Contexto; 2015.
- Labov W. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press; 1972.
- Roncarati C. Fatores fonológicos. In: Mollica MC, organizadora. Introdução à sociolinguística variacionista. Rio de Janeiro: UFRJ; 1992.
- Silva Neto S. História da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Presença; 1988.
- Thun H. A dialetologia pluridimensional no rio da Prata. In: Zilles MAS, organizadora. Estudos de Variação no Cone Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS; 2005.
- Weinreich U, et al. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Bagno M, tradutor. São Paulo: Parábola; 2006 [1968].

FLP 25(2)



## Fronteras conceptuales y variedades del hablar. Escuela y comunidad ante el portugués en la frontera este de Misiones, Argentina

### *Conceptual frontiers and speech varieties. School and community in relation to Portuguese on the eastern border of Misiones, Argentine*

Leonardo Cerno\*

CONICET-Universidad Nacional de Misiones, Misiones, Argentina

**Resumen:** En este trabajo presentamos un análisis del discurso de docentes vinculados a la educación pública en la localidad de San Antonio y alrededores, en Misiones (Argentina), desde la perspectiva de las representaciones sociales, a su vez contextualizado en el análisis etnográfico de la comunidad hablante de portugués que, en parte, asiste a las escuelas de la región. El área se ubica en una zona fronteriza entre Argentina y Brasil, con especial movilidad demográfica dada las condiciones del poblamiento de esta provincia argentina y su situación, en San Antonio, de “frontera seca” sin mayores impedimentos para el tránsito transnacional. En este marco se ponen en juego diferentes fenómenos, lingüísticos a la vez que sociales, vinculados al contacto de la lengua portuguesa y española, entre ellos el surgimiento y uso habitual de las variedades mixtas conocidas como “portuñol” y la presencia de las modalidades estándar o *padrão* de ambas lenguas nacionales, promovidas desde la escuela.

**Palabras clave:** Multilingüismo. Escuela. Portuñol. Representaciones sociales. Etnografía.

**Abstract:** In this paper we present an analysis of the discourse of teachers linked to public education in the town of San Antonio and its surroundings, in Misiones (Argentina), from the perspective of social representations, and contextualized in the ethnographic analysis of the Portuguese-speaking community that, in part, attends schools in the region. The area is located in a border region between Argentina and Brazil, with special demographic mobility given the population conditions of this Argentine province and its character, in San Antonio, of “dry border” without major impediments to transnational transit. Within this setting, different phenomena, both linguistic and social, linked to the contact between the Portuguese and Spanish languages come into play, among them the emergence and habitual use of the mixed varieties known as “portuñol” and the presence of the standard or *padrão* modalities of both national languages, promoted by the school.

**Keywords:** Multilingualism. School. Portuñol. Social representations. Ethnography.

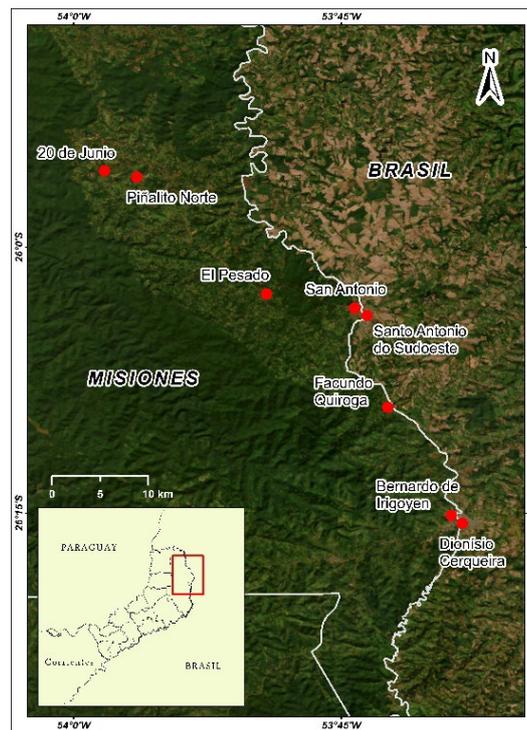
---

\* Investigador adjunto del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Instituto de Investigaciones Sociales y Humanas (IESyH), Universidad Nacional de Misiones; Posadas, Misiones, Argentina; [leonardo\\_cerno@yahoo.com.ar](mailto:leonardo_cerno@yahoo.com.ar)

## 1 TEMA Y ANTECEDENTES

Las categorizaciones que los hablantes efectúan sobre las variedades de su lengua tienen una función delimitadora entre un nosotros y un “los otros” y esta operación involucra una indentificación con una comunidad percibida como propia, así como una separación con respecto a comunidades hablantes percibidas como ajenas, geográfica o socialmente, y a cuya habla se atribuyen ciertas características, no sólo lingüísticas (tal o cual rasgo) sino también sociales o evaluativas. Es cierto que estos límites son relativos y en parte existen como construcciones del discurso y de las operaciones de contextualización propias de la actuación verbal (Nicolai, 2019). Pero si los hablantes categorizan de manera espontánea las hablas más marcadas de su entorno, en el nivel de los grandes procesos de la historia moderna estas categorizaciones fueron promovidas por los Estados nacionales, que en su surgimiento han contribuido a extender una variedad como “lengua nacional” hacia espacios y contextos originalmente ajenos a ella (Hobsbawm, 1991). Diversos mecanismos de poder y control (escritores y modelos, maestros y gramáticos, desarrollo de la escritura, uso administrativo y oficial de tal variedad) acompañan junto a la variedad nacional la promoción de una serie de ideales de nación en tanto conjunto homogéneo de tradiciones y una identidad única frente a los vecinos. Las fronteras políticas entre soberanías de diferentes Estados naciones, en tanto espacios de contacto con territorios de lo “extranjero”, suelen ser ámbitos en los que se reflejan de manera saliente los diacríticos o símbolos de lo nacional, entre ellos la lengua. En esta presentación ofreceré un ejemplo de cómo operan las ideologías de lo nacional asociadas a la lengua en una comunidad fronteriza entre Argentina y Brasil, centrándome en particular en una comunidad de práctica concreta, la de los maestros, que como funcionarios del Estado y preparados para ejercer su rol después de años de formación institucional, constituyen un grupo particular en relación con la percepción idealizada y la difusión de ideologías en torno a la lengua. Esta comunidad de práctica será, además, contrastada con la descripción de sentidos y prácticas concretos en torno a la variedad vernácula de portugués por parte de la población externa a los círculos escolares. Nuestra hipótesis es que los docentes poseen, como consecuencia de su formación y actividad, una serie de representaciones sociolingüísticas relativamente estables y unificadas en sus contenidos, y que a través de ellas justifican su praxis y operan, en tanto la actividad docente ejerce una influencia en su medio, como agentes de difusión de tales representaciones. Éstas a su turno contrastan abiertamente con la percepción y significados que los propios nativos tienen de las variedades lingüísticas, con lo que se producen instancias diversas de negociación en torno a la legitimidad del uso de las variedades.

La comunidad a la que me refiero en este trabajo se ubica en San Antonio y sus alrededores, en el departamento General Belgrano, nordeste de Misiones, a su turno la provincia más nordestina de la república Argentina, y limita con el territorio del estado de Paraná, en Brasil.



Fuente: Google Earth Engine.

Mapa 1 - Lugar de la investigación.

Con aproximadamente 30 mil habitantes, San Antonio forma con Santo Antônio do Sudoeste una pareja de “ciudades gemelas” entre las que se cuentan varios casos en la frontera brasileño-argentina, por ejemplo San Javier y Santo Xavier, Bernardo de Irigoyen y Dionisio Cerqueira, en Misiones, entre otras. La particularidad de San Antonio y de la región del departamento de General Belgrano es que su poblamiento efectivo, con programas oficiales de colonización, comenzó recién a mediados de los años 70 (Schiavoni, 1998, 1999; Gallero; Kraustofl, 2009), habiendo estado el territorio sólo ocupado por indígenas y, de manera inestable, por trabajadores de emprendimientos forestales u otras formas de explotación no controlada. La recepción de campesinos brasileños y alemanes-brasileños desde el este fue permanente al sur de Misiones desde finales del siglo XIX, no obstante su llegada hacia el centro y centro norte de la provincia fue posterior. Se trata de movimientos migratorios no controlados, motivados por la ocupación de tierras fiscales en el territorio argentino a partir de demanda de crecimiento poblacional, movimiento sólo posteriormente organizado por el Estado. La migración de estos contingentes luso y germanoparlantes tuvo como contrapunto movimientos humanos desde el oeste, desde la región costera argentina y paraguaya con el río Paraná, con lo que se ha sumado, a la demanda de tierras y al trabajo productivo de los lusoparlantes, el campesinado hispano y guaraní parlante, coordinándose con aquellos en las tareas de la producción forestal y agricultura familiar en el marco de la unidad productiva de la “chacra”, junto con experiencias de producción mayor de tabaco y yerba mate. En una escala temporal más amplia, estos movimientos se ubican no sólo en las áreas más tardíamente colonizadas del continente sudamericano, sino en territorios que entraron en la historia moderna especialmente a partir de conflictos de límites ocurridos entre Brasil y Argentina en diferentes instancias que se remontan a tiempos coloniales y que

FLP 25(2)

sólo se resuelven, si bien provisoriamente, en 1895 con un fallo internacional. El poblamiento del departamento General Belgrano constituyó uno de los intentos del gobierno de facto argentino de los años '70 de "defender la soberanía" ante la posible "invasión" cultural brasileña percibida a partir de la población lusoparlante mayoritaria y que, a la vista de los gobiernos militares y de otras administraciones nacionalistas anteriores, constituía el primer paso a reclamos territoriales y conflictos de límites (Abínzano, 2014, p. 166; Schiavoni, 1998, 1999, p. 134). El despliegue de los representantes del Estado argentino, primero gendarmes, después burócratas, escuelas y maestros, consecuentemente se asentó en áreas ya pobladas por campesinos, indígenas y agentes del comercio y/o contrabando que, como constan registros, ya hablaban un portugués con elementos de español y tupí-guaraní junto con otras marcas de pidginización debidas al contacto más bien inestable entre los pobladores, cuyas redes familiares se extendían mayoritariamente hacia el territorio brasileño, pero también argentino y paraguayo de las inmediaciones, desde hacía dos o más generaciones (Schiavoni, 1998, 1999; Daviña, 2003). Las noticias sobre el portugués hablado en Misiones, conocidas desde los reportes de viajeros, hicieron eco en la lingüística regional primero, motivando informes y apreciaciones desde el folklore y la antropología (Amable, 1975; Camblong, 2014), y con posterioridad y recién hace una década en la lingüística internacional, principalmente a partir de John Lipski (2015, 2017, entre otros) y de otros estudios que brindan un perfil estructural y sociolingüístico, aunque todavía en sus inicios, sobre estas variedades (Cerno, 2019; Cerno, 2020; Steffen, 2021; Clarissini da Maia 2021). No son desconocidos los puntos en común con las variedades del portugués habladas en el norte del Uruguay (Carvalho, 2007; Kaufmann, 2009). En síntesis, nos ubicamos en un área con una historia social, cultural y demográfica ajena al modelo de homogeneidad nacional del discurso oficial dominante donde, a diferencia de las áreas más alejadas de la frontera, las identidades nacionales (ser "brasileño", "argentino", "paraguayo") y lingüísticas (hablar "castellano", "portugués", "brasileño", "portuñol", "mezclado", etc.) ocupan un lugar más saliente, si bien relativo a los diferentes espacios de la interacción social.

El portugués hablado en Misiones constituye en líneas generales una extensión del portugués rural riograndense, que en la región posee cierto grado de hispanización dadas las relaciones de diferente tipo, comerciales, laborales, familiares, etc., que existen ya desde tiempos coloniales, entre sus hablantes y los pobladores de las márgenes del río Uruguay, en Argentina. Este portugués, hablado en el territorio de Misiones hace varias generaciones, entra en una situación de variedad de migración, configurándose una situación de contacto intensivo con el español. Si bien algunos de los hablantes en foco en esta investigación llaman a esta variedad sobre todo "brasileño", la misma es conocida en los ambientes externos a la comunidad (mundo académico) como "portuñol", concepto ambiguo pues también alude a la modalidad de portugués ocasional o inestable, hablada sin bilingüismo, de los argentinos que no residen en la región fronteriza y que pasan al Brasil para turismo o compras (Cerno, 2019, 2020). Los trabajos sobre el portugués de la frontera con Misiones se nutren últimamente de tesis doctorales desarrolladas en Brasil sobre creencias y actitudes lingüísticas en torno al contacto con el español (Kusy, 2019; Bergamini, 2023). Las ideologías lingüísticas de los maestros a su vez han sido estudiadas por Carvalho Lopes y Nascimento e Silva (2018). Nuestro aporte, dirigido también al tema del discurso escolar y acotado a la comunidad de San Antonio y alrededores, aspira a contribuir a esa discusión desde una perspectiva etnográfica.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS Y METODOLÓGICOS, CONSULTANTES Y REDES SOCIALES DEL ESTUDIO

Las preguntas generales que orientan nuestro abordaje es la de cómo conceptualizan y perciben la diversidad lingüística de su entorno los actores de la comunidad educativa, qué relaciones tienen estas concepciones con su conducta profesional y social, y qué continuidades y diferencias existen entre estas conceptualizaciones y prácticas y las que se observan en el marco de la comunidad hablante externa al mundo escolar. Como enfoque teórico general hemos adoptado la teoría de las representaciones sociales (Jodelet, 1986; Moscovici, 2000 [1984]). Con una base cognitivo-constructivista y orientada desde sus primeras formulaciones hacia el lenguaje y los procesos de comunicación, esta teoría concibe la realidad social a partir de los saberes, interpretaciones, pensamientos y teorías que la constituyen y que conforman, en su conjunto, un horizonte de sentido común sobre el cual se piensa, actúa y comunica la experiencia. Las representaciones sociales, lejos de permanecer en un plano puramente mental, operan sobre la acción y el discurso, proyectándose sobre la realidad social como fenómenos objetivados que los sujetos perciben o experimentan en su mundo. La producción y circulación de representaciones tiene un lugar privilegiado en las instituciones del Estado y en la ciencia (lingüística incluida), dada su proyección sobre grandes sectores de la población. La representación social opera con un doble mecanismo, inseparable e interdependiente, de “anclaje” y “objetivación”. Conceptos abstractos como “lenguaje”, “frontera” o “Brasil” son concretizados por los individuos a partir de categorías familiares a su propia experiencia, lo que constituye el “anclaje” de la representación. Pero los actores también son capaces de identificar en su experiencia y mundo circundante las entidades o hechos que corresponden a aquellos conceptos abstractos, con lo que opera la “objetivación” (Jodelet, 1986). Dentro de la sociolingüística hemos tomado herramientas teóricas afines procedentes de la dialectología que destacan la función las categorías de clasificación nativas en la definición y estabilización de la variación lingüística, tanto social como espacial y situacional (La Page; Tabouret-Keller, 1985, 182; Preston, 1999). Las variables de la investigación, definidas como las categorizaciones sobre las variedades lingüísticas, sus hablantes y los espacios sociales del hablar, fueron indagadas a partir de métodos etnográficos, buscando capturar en el marco de la cotidianidad las relaciones concretas entre tales categorías, su uso en el discurso y su efecto social en el contexto. La dimensión comunicativa de las representaciones sociales, investigada también desde la etnografía, ha sido aplicada al estudio de las prácticas docentes de Misiones por Villarreal (2019).

Los datos fueron producidos mediante observación participante y entrevistas no dirigidas en el escenario de San Antonio y Piñalito Norte, principalmente, pero también en otras localidades (“colonias” o “parajes”) de la misma región durante dos estancias de trabajo de campo, en octubre de 2018 y abril de 2019, de siete días de duración cada una. Este informe se concentra en el análisis de entrevistas a 9 docentes o maestros, casi todos en la actualidad a cargo de alumnos de la zona, tanto en los niveles primarios, secundarios y terciarios, pero también se recurre a datos de contextos externos al ambiente escolar. En acuerdo con las técnicas etnográficas, no se han definido parámetros sociológicos o sociolingüísticos rígidos, buscando más bien seguir las indicaciones de los nativos (esto es, de los informantes) para orientar la búsqueda y acceso a contextos, consultantes y temas de entrevistas. En este sentido se ha indagado la red social de la maestra Claudia, pues hicimos corresidencia en su

vivienda de Piñalito Norte en ambas instancias y fue ella quien planificó los encuentros, especialmente con los maestros y maestras del análisis que ofrezco aquí y también con los demás actores de la comunidad lusoparlante de la zona. Las entrevistas fueron en todos los casos no direccionadas. El contexto de la obtención de datos fue heterogéneo, dada la dinámica del trabajo de campo, y se obtuvieron entrevistas y situaciones de observación participante en diferentes niveles de profundidad. Los actores ajenos al mundo de la escuela, a su turno, pertenecen a otras esferas de actividad, la mayoría son agricultores o se dedican al trabajo cuentapropista en el comercio o haciendo diferentes “changas” o tareas en la producción, o reciben programas de ayuda del Estado.

Tabla 1 - Consultantes maestros/as.

Nombre	Edad	Lugar de Nacimiento	Reside en la frontera	Rol en el sistema educativo	Repertorio lingüístico	Origen familiar
Claudia	71	Tucumán	37 años	Maestra jubilada (primaria)	Español / portugués ocasional	Migración / Argentina noroeste
Mara	45	San Antonio	Desde nacimiento	Maestra (?primaria, secundaria y terciaria)	Bilingüe, portugués-v L1 y <i>padrão</i>	Migración / Brasil
Tatiana	?50	Oberá (Misiones, centro)	47 años	Maestra y prof. en programas de formación docente	Bilingüe, español L1 y portugués L2 <i>padrão</i>	Migración / Argentina centro
Vanesa	34	Andresito (Misiones, frontera)	Desde nacimiento	Profesora de portugués L2 (secundaria)	Bilingüe, portugués-v L1 y <i>padrão</i>	Migración / Brasil
Yanina	56	San Pedro (Misiones, centro)	47 años	Maestra de terciario y primaria	Bilingüe, español L1 y portugués-v L2	Migración / centro provincial
Fabicio	31	Andresito (Misiones, frontera)	Desde nacimiento	Maestro de primaria (director)	Bilingüe, español L1, portugués-v L2	Migración / oeste provincial
Daniela	?30	San Antonio	?Desde nacimiento	Maestra de portugués L2	Bilingüe, portugués-v L1 y <i>padrão</i>	?
Zulma	?60	Aristóbulo del Valle (Misiones, centro)	18 años	Maestra de primaria (directora)	Español / portugués ocasional	Migración / centro provincial
Franco	?45	Paraguay	?20 años	Administrativo (maestro y director de primaria)	Español/ portugués ocasional	Migración / Paraguay

Fuente: Elaboración nuestra.

El tratamiento de los informantes será con nombres ficticios. Arriba, en la Tabla 1, y abajo, en la Tabla 2, se especifican algunos datos sociales y biográficos de interés. No siempre fue posible obtener estas informaciones de manera regular. Ciertas informaciones donde puede haber imprecisiones se acompañan con un signo de pregunta, “?”:

El cuadro destaca el lugar de nacimiento diverso de los maestros y maestras, al menos 5 proceden de regiones no lusoparlantes. Entre las maestras nacidas en la región de frontera, dos tienen trasfondo migracional brasileño (o tres, incluyendo a Daniela). La actividad profesional se constata en todos los niveles del sistema educativo, con cuatro de ellos ocupando o habiendo ocupado cargos directivos. Tres dan clases de portugués como L2. La columna de repertorio lingüístico destaca a quienes tienen español como L1 y portugués sólo ocasional, y a los bilingües. Entre estos últimos se distinguen los que tienen español como L1 y los que tienen portugués vernacular (portugués-v), esto es, el dialecto misionero, como primera lengua. Para este último caso el español adquirido como L2 sólo está implícito en la tabla. Los que tienen español L1, por su parte, con excepción de Tatiana, sólo adquieren como L2 el portugués vernacular. La mayoría de estos actores fueron visitados en sus casas. Las entrevistas duran en promedio una hora y media, sólo con Daniela y Zulma hubo un encuentro menor a 30 minutos y fueron entrevistadas en su lugar de trabajo. Dejamos también sentado que tres de estas maestras (Claudia, Tatiana y Mara) tienen participación en la sociedad local, en la política o en los ambientes culturales. Por su parte los actores externos al entorno escolar, que llamamos “vecinos”, se representa en la Tabla 2:

Tabla 2 - Consultantes “vecinos/as”.

Consultante	Edad	Lugar de nacimiento	Educación formal	Repertorio lingüístico	Origen familiar	Lengua de uso familiar
Luisa	¿55	San Antonio	¿Primaria completa	Español y guaraní L1, portugués-v L2	Migración / Paraguay	Español y guaraní
Yeni	¿40	San Antonio	Secundaria incompleta	Bilingüe, portugués-v L1	Migración/ Brasil	Portugués
Carlos	¿40	Paraje 130	Primaria incompleta	Bilingüe, portugués-v L1	Migración / Brasil	Portugués
Don Pedro	¿60	Hipólito Irigoyen (Misiones centro)	Secundaria	Alemán L1, español L2, portugués-v L2	Migración / centro provincial y Alemania	Portugués y español
Cora	¿65	¿Región frontera (Brasil)	¿Primaria incompleta	Bilingüe, portugués-v L1	Migración / Brasil	Portugués y español
Verena	¿70	¿Región frontera (Brasil)	¿Primaria incompleta	Portugués-v	Migración/ Brasil	Portugués
Susana	¿40	San Antonio	Secundaria incompleta	Bilingüe, portugués-v L1	Migración/ Brasil	Portugués
Juan	27	¿Región frontera (Brasil)	¿Secundaria incompleta	Bilingüe, portugués-v L1	Migración/ Brasil	Portugués y español
Milly	¿27	¿Región frontera, (Brasil)	¿Secundaria completa	Bilingüe, portugués-v L1	Migración/ Brasil	Portugués y español

Fonte: Elaboración nuestra.

Entre los consultantes “vecinos” se destaca su nacimiento en la región; sólo uno, Don Pedro, procede de la zona no lusoparlante de la provincia. Cuatro de ellos han nacido en Brasil, dentro de la misma región de frontera. Se destaca a su vez la baja escolaridad, sólo un consultante completó la educación secundaria y hay varios casos de sólo primaria o primaria incompleta. Sobre el repertorio lingüístico se destaca la

poca presencia del español como L1, sólo en Luisa y no como lengua única. Don Pedro tiene español como L2 después del alemán. La mayoría de estos consultantes habla portugués en la familia (sólo Luisa no lo hace), y en las relaciones afectivas. Los que usan portugués y español en el hogar emplean esta última lengua eventualmente con los hijos. Como se verá en la sección § 3.2 (Cuadro 1), estos “vecinos” no están separados en la vida diaria de los maestros, sino que, por el contrario, en varios casos se mantienen relaciones amistosas, laborales o parentales. Este punto será importante para comprender la dinámica del habla en nuestra argumentación de las subsecciones § 3.3 y § 3.4.

Para la interpretación de la exposición que sigue deben considerarse algunas convenciones. Se emplean las letras *itálicas* para destacados, que en todos los casos me pertenecen, o para el metalenguaje, es decir, para referir a las palabras en sí mismas. Las comillas dobles se emplean para las citas directas, y las comillas simples ‘ ’ para las citas dentro de citas, y para indicar el significado de ciertas palabras. Los datos que se citan proceden de entrevistas y también de fragmentos del cuaderno de campo elaborado durante la investigación. Los nombres de los informantes se acompañan de [m] o de [v] para diferenciar a los “maestros” de los “vecinos”, respectivamente, durante la descripción. Algunos actores que no están en la Tabla 2, y que se consideran, no obstante, consultantes secundarios, aparecen con nombre ficticio sin [v] en la exposición. Los datos del cuaderno de campo se citan en el cuerpo del texto simplemente como “cuaderno de campo”, lo que permite distinguirlos de las entrevistas.

### 3 DESCRIPCIÓN

FLP 25(2)

#### 3.1 Del léxico local y el habla de la región

En esta sección presentamos evidencias de una representación idealizada y homogénea de “lengua” entre los docentes, representación que tiende a clasificar los fenómenos de variación regional como externos al concepto mismo de “lengua”. En nuestro encuentro, Tatiana[m] me refiere un proyecto de un colega de ella que se había propuesto reunir, dice Tatiana[m], “palabras que son particulares de acá, que no son ni portuñol, ni portugués, ni castellano, pero que ya inventaron y le dieron significación y se utilizan acá, y que en ninguna otra parte se utilizan, solamente acá”. Un ejemplo que le pido y me da es *faz-tudo*:

- (1) Es una palabra que se usa acá, es una persona multifacética, multifuncional... pero si vos la buscás en portugués no existe, en castellano tampoco existe, pero acá en San Antonio existe... el *faz-tudo* es de uso... todo el mundo dice eh, el *faistudo* [risa], hay personas a las que le pusieron de apodo el *faz-tudo* [risa]. (Tatiana[m])

En el trabajo del colega de Tatiana[m] constan palabras como *estragado* ‘arruinado, lastimado, fundido’, *carona* ‘hacer dedo’, *carroza* ‘carro tirado por bueyes’, *pedrero* ‘albañil’, *picolé* ‘helado’, *pique* ‘paso clandestino’, *capuera* ‘yuyal de *chirca* y *fumero* bravo’. Algunas de estas palabras son arcaísmos en español, o préstamos del portugués o del tupí, o regionalismos españoles de vieja data, o innovaciones surgidas en la adaptación de la lengua al contexto local. Pero estas diferentes clases caen para Tatiana[m] en la categoría de regionales, “de la zona”, y que “no existen”, pues esto

quiere decir que son *ni...ni...*, “ni portugués, ni castellano”, y tampoco “portuñol” según su apreciación, categoría esta última con la que se suele aludir a las hablas de la región. La risa de Tatiana[m] al evocar el uso de *faç-tudo* remite al sentido de “divertida, simpática”, que tiene el habla rural de la zona del Río Uruguay para un encuestado de Posadas (ver § 4). También la expresión de que “si vos las buscás” a esas palabras (¿en el diccionario de portugués o español?) “no existen”, indica una concepción objetivada de la lengua en los diccionarios y gramáticas. La idea de que una palabra de circulación regional o sociolectal “no existe” llega al extremo en Mara[m]. Al mencionar algunas expresiones propias “de acá”, expresa:

- (2) Para *ojos* la gente dice *sójo* [soʒo] y es *olho* [oʎo] y no existe el *sójo* ... *sójo* no existe, *sójos* no existe.... *travaio* para *trabajo*, es *travalho*... hay muchas cosas así... *pranta*... *planta* [prẽntẽ]... *probrema*... *caroça* [ka'ɾɔsa]... la *caroça*... en vez de *carroça* [ka'xɔsa], no sé hay millones de cosas....(Mara[m])

En Mara[m] esta actitud hacia las modalidades locales se extiende también a regionalismos de otras áreas dialectales argentinas, empleadas en San Antonio, como “hay varias cosas así varias redundancias, el *chamigo*, que no existe el *chamigo*, esa palabra es inventada, y nosotros usamos mucho acá, el *che*... que no tiene nada que ver porque acá estamos... no existe el *che* ese...”. *Chamigo*, palabra híbrida guaraní-español (*che-amigo* 1Posesivo-amigo ‘mi amigo’) con foco de difusión desde la provincia de Corrientes, limítrofe al sur con Misiones, y empleada también en el español del nordeste argentino, y la partícula *che* de origen rioplatense, difundida en toda la Argentina y en parte marca de identidad nacional (con el Che Guevara, y los “che”, como a veces llaman a los argentinos en el extranjero), tampoco “existen”. En el contexto de la entrevista está claro que la disonancia que le producen estos préstamos interdialectales en el habla local es su poca consistencia con la tradición específica de la frontera. “No hay coherencia”, agrega. El razonamiento que está detrás de estas expresiones es “la mezcla”, de gentes o de lenguas. Esto se sigue de la conexión temática que hace Claudia[m] en (3), inmediatamente después de (2). Se refiere a una vecina de Piñalito:

- (3) Claudia[m]: y acá la polaca!  
Mara[m]: Te juro, viste que los polacos hablan así... hay una interferencia del alemán con el portugués y el español, entonces viste quedan palabras raras que sólo acá existen...  
Claudia[m]: modismos serían...  
Mara[m]: Sí, modismos, sí una yíria ['ziɾja], como parodia, una forma graciosa, cómica... es como un exagero de la lengua...

Las expresiones de Mara[m] tienden a seguir la línea de pensamiento de Tatiana[m]: las palabras con difusión y vigencia en ciertos sectores locales son un “exagero de la lengua” (nótese el lusismo *exagero*). Estas formas desviantes (“palabras raras”) están presentes como hechos de una “interferencia”, o mezcla de lenguas. Un ejemplo concreto de cómo estas categorías operan en la actividad docente procede de Yanina[m], quien refiere una anécdota de una representación escolar, donde un alumno, en lugar de decir “y el lobo sopló y sopló”, dijo “*asopró, asopró*”. Transcribo el hecho en mi cuaderno de campo:

- (4) El cuento estaba bien contado, pero [dijo Yanina] “una palabra en castellano y tres en brasilero, porque además sopró no es ni castellano ni brasilero”. Yo le pregunté si estaba segura. No sabe cómo se dice *soplar* en

portugués, pero dice “debe ser *sopló* nomás”. Me fijo ahora en el diccionario portugués-español/español-portugués que tengo y dice “*soplar*: intr. y tr. *soprar, assoprar*”. (Cuaderno de campo).

El juicio sobre *soprar* que hace Yanina[m] nos parece un ejemplo de cómo opera esta representación específica de la lengua sobre lo real. Igual que Tatiana[m] y Mara[m], ciertas palabras de los alumnos forman parte del orden espurio del *ni...[castellano] ni... [portugués]*. La consecuencia es que encuentra en la realidad un fenómeno que se convalida sólo en su creencia de que *asoprar* es palabra ajena al portugués, aunque esto no sea cierto. Su autoridad de maestra y el contexto en el que actúa profesionalmente también convalidan, pensamos, esa falsa creencia.

La particularidad del habla local se atribuye a los grupos étnicos migrantes. Mara[m] se refiere a varios de ellos en San Antonio: “alemanes e italianos, la mayoría, y hay una familia digamos fuerte ucraniana”. En la ubicación de estos grupos en “la región”, la identificación étnica se combina con otra, nacional brasileña: “por lo general toda esa gente tiene la influencia del Brasil, por el tema de la región”. Continúa la docente:

- (5) [Esa gente] es digamos más que nada de Brasil, viste. Tiene mucha interferencia del portugués, y es como que ellos crearon otro dialecto, que es el portuñol, que es una mezcla. Aparate acá hay también influencia del guaraní, [...] entonces de ahí también algunas palabras del guaraní, entonces viste hay un dialecto adentro de la zona... (Mara[m])

Por su parte Vanesa[m] emplea también esta la categoría de dialecto, y “mezcla”:

- (6) [El “portuñol”] no es una lengua, es un dialecto, la gente habla como una forma de, no sé, no está bien. Debería hablarse el portugués correcto y el español correcto, no esa mezcla. Pero no sé, me imagino con todo. El alemán también. Cuando vinieron, uno tenía una forma de hablar, el otro otra, y como que se va mezclando y va surgiendo... (Vanesa[m])

En Tatiana[m] la creación “de un dialecto” que “va surgiendo” por la mezcla de personas está presente también, con el concepto “fue un mecanismo de subsistencia, la necesidad de comunicación hizo que nazca y es parte de nuestro folklore de la región, el portuñol”. Tatiana[m] observa el surgimiento de esta variedad en la “dificultad de expresarse” de los hablantes de las colonias. Evocando el trabajo sobre el vocabulario autóctono comenta:

- (7) Sí, estuvo re lindo ese trabajo, y él [el autor de Posadas] venía y hacíamos trabajo de campo en nuestros centros de alfabetización viste donde a la gente le cuesta mucho expresarse, e inventan esas palabras para comunicarse, y eso queda, eso queda y después ya son de uso (Tatiana[m]).

Se observa en estos discursos la referencia a la época fundacional y a situaciones de incomprensión mutua donde el elemento saliente es una lengua provisional sin reglas estables (un pidgin) orientada sólo a la comunicación en circunstancias de ininteligibilidad recíproca. El resultado es un “invento” (ej. 7), o “creación” (ej. 5) que “va surgiendo” (ej. 6) y “eso queda” (ej. 7). Todas estas ideas de tradición local, comunicación sin lengua (o con un pidgin) y términos que “no existen”, contrastan

con la imagen clara y distinta de un “español correcto” y un “portugués correcto”, entidades contrapuestas e idealmente separadas en cuyo medio se entromete “el portuñol” o “la mezcla”. También el maestro Fabricio[m] despliega este discurso. A diferencia del portugués de Brasil, el portugués local:

- (8) [Es] Portuñol, ya es otra.... Otro dialecto. Es muy diferente al portugués portugués. El portugués que por ahí escuchamos en la tele o lo que sea es más difícil y cuesta, cuesta a uno mismo cuesta a veces entender todo lo que dicen. Aca es una mezcla, *es una mezcla terrible...* (Fabricio[m]).

En estos discursos, la noción de “lengua” se identifica con una única manifestación de ella, con una única variedad, la más general y abstracta, la variedad estándar. Por su parte el habla concreta de los alumnos se categoriza por fuera de la realidad de la lengua así entendida. El caso del portugués es bien claro. Para la directora Zulma[m], refiriéndose a los avances del programa de portugués L2, lo que hablan los alumnos “no es portugués puro, es *una mezcla de palabras*”. También para la profesora de portugués L2, Daniela[m]: “los chicos no hablan portugués, ellos mezclan. Dicen una palabra en castellano y le ponen tono de portugués, y *creen que están hablando en portugués*”. Otra profesora de portugués L2, Vanesa[m], explica: “*Ellos te dicen ‘hablamos brasileiro’, pero no es hablar brasileiro. Te das cuenta por cómo deberían decir y cómo dicen*”. Sorprende que, de hecho, de aquí se infiere que los alumnos sí piensan, “creen” o “dicen” hablar ese fenómeno que las maestras llaman “portugués” (ver dos últimos destacados, arriba). Pero al parecer las clases de portugués L2 están para modificar esas creencias. Para Zulma[m], en estas “[los chicos] se dan cuenta de que lo que hablan no es ni portugués ni castellano, y se corrigen ellos mismos”.

Es posible que la representación de los maestros sobre la lengua de sus alumnos termine impactando en la autoconsideración de los hablantes sobre su propia variedad. Así, el vecino Juan[v] piensa de su forma de hablar y del habla local que “lo que hablamos no tiene nombre”. No tener nombre la lengua replica el discurso de los maestros: el habla local no es una lengua, no es “ni portugués, ni castellano”, sólo “una mezcla de palabras” (“mezcla terrible”, ej. 8).

### 3.2 Ser y hablar “brasileño” o “argentino”

Esta “mezcla” se atribuye a un espacio regional y a una figura social del ambiente, el migrante “brasileño”. En esta sección se mostrará, sin embargo, que las categorías vinculadas a identidad nacional (como “argentino” y “brasileño”) presentan un grado alto de ambigüedad en la sociedad de frontera. El concepto de “brasileño” es sin dudas el más polisémico. Puede referirse a i) los individuos de nacionalidad brasileña que residen del otro lado de la frontera, ii) los inmigrantes brasileños residentes (hace años o décadas) en Argentina; iii) los descendientes de inmigrantes brasileños, nacidos en Argentina; por extensión también iv) los individuos de nacionalidad argentina (con español L1) que hablan portugués con un interlocutor de tipo ii) y iii). Durante esta investigación las acepciones más frecuentes del término fueron la ii) y la iii). No obstante la acepción iv) aparece en dos ocasiones. Cuando Yanina[m] refiere cómo aprendió el portugués, al llegar con 8 años a la región, entre sus compañeritos de escuela, exclama “yo ya *era una brasileira más* ahí en el montón”. Esta ecuación, hablar portugués = ser brasileño, está presente también en Yeni[v] al referirse a cierta niña:

FLP 25(2)

- (9) Así está pasando con Marina, la hija de mi sobrina, yo le decía, pero la pucha, si viven ahí, y son argentinos, pero el marido sólo habla el portugués, y la nena... cuatro años ahora va a tener y... ¡brasileira! Y habla esa guaina hasta por los codos...(Yeni[v])

Como contrapeso de esta categoría nacional-glitológica existe también, si bien menos empleada, el concepto “argentino” para la lengua española (“hablar argentino”), en parte intercambiable con “castellano” (“ser castellano”). La noción de “[idioma] argentino” apareció en boca de Laura, una descendiente de alemanes brasileños que me dijo “hablamos alemán, brasilero y argentino” y cuando le indagué sobre estas categorías comentó “hablamos argentino, que dicen que se llama castellano” (cuaderno de campo). También Verena[v], madre de Mara[m] y Yeni[v], empleó “hablar argentino” para decir “todos sus hijos hablan bien el argentino” (cuaderno de campo). Y Yeni[v]: “En Piñalito hay muchas familias que hablan argentino en la casa”. El concepto de hablar una lengua nacional y “ser” originario de esa nación está implícito en el nombre de muchas lenguas que devienen de un gentilicio: ser/hablar francés, ser/hablar español, italiano, alemán. En San Antonio y los alrededores están los “alemanes”, los “polacos”, los “ucranianos”, términos en los que, si bien a causa del abandono de la lengua de herencia la relación entre lengua y origen es indiferente, ambos contenidos pueden sobresalir según el contexto: “Ahora vamos a lo de los Hoffmann, que son alemanes” (Claudia[m], cuaderno de campo). Los Hoffman eran alemanes-brasileños, con varias generaciones nacidas en Brasil. Las categorías nacional-glitológicas son ambiguas pues se refieren a alguien que “de un modo u otro” es/desciende/habla. En el caso de los “brasileros”, se aportan siempre determinaciones que demuestran lo difusos que son estos conceptos.

- (10) “De un modo u otro son brasileros” / gente “mas que nada de Brasil” / ser “brasileiro brasileiro” / “los brasileros de acá” / “abrasilerados” / “[tener] más de brasileira que de argentina”

Se trata de identidades transnacionales. Yanina[m] cuenta que muchos de sus alumnos vienen “del otro lado”. Cuando llueve mucho, sube el arroyo San Antonio y ese contingente de alumnos no llega a la clase, pues deben pasar por un “pique” o puente improvisado que puede ser peligroso con la lluvia. Enfatiza Yanina[m], sobre esos alumnos: “¡Y son todos argentinos, eh!”, énfasis que se apoya en el hecho de que, pese a eso, viven en Santo Antônio. La conversación deriva en las dobles nacionalidades, personas nacidas en Brasil que tienen dos documentos, uno argentino y otro brasileño, personas nacidas en Argentina pero que trabajan en Santo Antônio para obtener mejoras del salario, personas nacidas en Brasil que viven en San Antonio porque pagan menos alquiler, etc. Dice Yanina[m]:

- (11) Yo te digo, la gente que viene de afuera [= zona argentina no portugués parlante] es la única que habla el castellano... porque en la casa [sus alumnos] hablan ese portuñol, la mamá el papá [...] y viven acá, hacen el documento acá, cobran el salario acá... todo, reciben la bolsa de la pensión acá, el plan bebé, el plan no sé qué... pero no saben decir ni una palabra en castellano. (Yanina[m])

Dice Claudia[m]:

- (12) Y mis mismos vecinos van y me hablan en portugués ... y yo [les digo]  
 “¿qué me decís? No entiendo”... Mentira, entiendo, pero yo soy reacia...  
 pero como yo dije, a mi me hubiera gustado que el gobierno haga la política  
 de plantar, que traiga los *verdaderos argentinos* que hay del otro lado del país, y  
 los coloque en toda la frontera... (Claudia[m])

Yanina[m] y Claudia[m] comparten en los fragmentos (11) y (12) la idea de que ser argentino es hablar castellano. Estos discursos están motivados por el ambiente de la frontera, lleno de identidades nacionales ambiguas que precisan de claridad, de fronteras conceptuales bien definidas. Hay otra serie de categorías frecuentemente escuchadas en trabajo de campo relacionada con este ideal de claridad conceptual. Se trata de formas reduplicadas del nombre gentilicio (ser “brasileros brasileros”, o “alemanes alemanes”), conceptos que no obstante también pueden referir a familias que viven en las colonias o en el pueblo de San Antonio. Por contraste quedan en un campo de significación otras familias o individuos “mixtos” que, como palabras “híbridas” del tipo de *despois* (port. *depois*), *escuita* (port. *escuta*) y otras, desafían la clasificación bajo criterios de identidad binaria. La lengua y la identidad nacional, si no entran en las categorías inequívocas, se asocian a la figura social del inmigrante brasileño. Esta figura es compleja. Milly[v], la esposa de Juan[v], refiere que su padre “nació hablando portugués en la Argentina. *Porque* viste que antes la mayoría de la frontera es. Es argentino *pero* habla siempre portugués”. El “pero” y el “porque”, la adversatividad y su justificación, corresponden gramaticalmente a este tipo social: nació en la frontera, habla portugués y es argentino. El caso opuesto, brasileño en los papeles y que habla siempre castellano, es más bien complementario. Un caso paradigmático es el papá de Yeni[v] y Mara[m]. La primera contó su historia de la siguiente manera:

- (13) “Mi papá vino del Brasil y se hizo argentino, y negó la identidad brasilera. Él tiró su documento, ‘yo no pienso ser más brasilero’, dijo”. Dice Yeni[v] que esto fue en esa época en que todas las cosas que no le dieron en Brasil las consiguió acá: chacra, etc. Cuando jugaban al fútbol el tipo hinchaba por Argentina. La mamá de Yeni[v] [o sea Verena(v)] ni siquiera aprendió o quiso aprender el castellano. Su esposo le decía ‘¿y porqué no te vas al Brasil, entonces?’” (Yeni[v], cuaderno de campo)

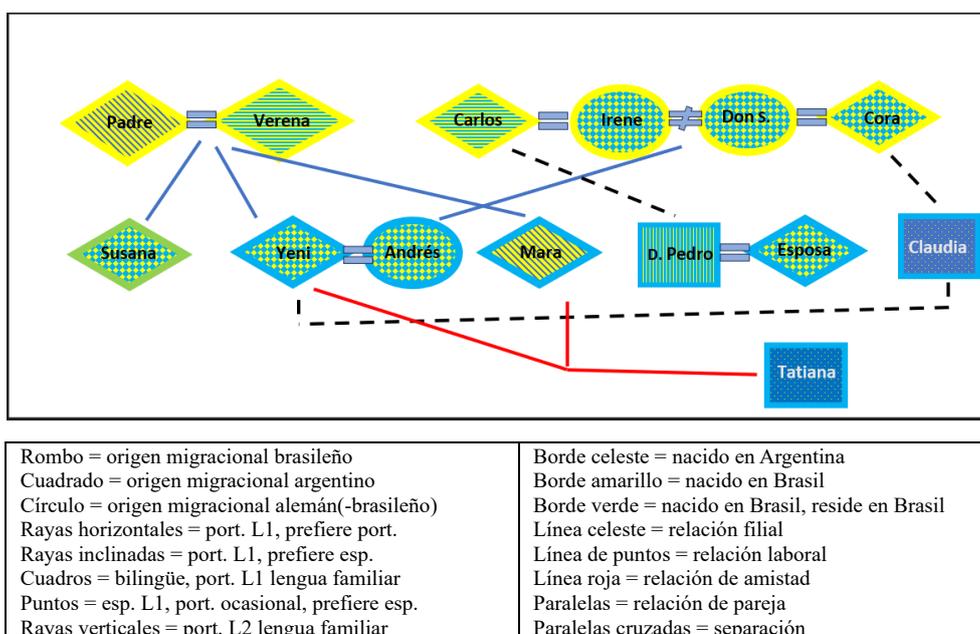
Este hombre consiguió su documento argentino y adoptó el español, lengua que a su vez introdujo en su familia para educar a sus hijas. Juan[v] y Milly[v], mencionados arriba, configuran una historia paralela, ocurrida dos generaciones después. Claudia[m] gestionó el documento argentino de Juan[v], nacido en Brasil. El valor de este documento es alto. Cuando lo conocí, Juan[v] me lo mostró y me dijo: “yo nací ayer”. El documento oficializa su identidad argentina. Milly[v] es oficialmente argentina y, como su padre, aprendió primero a hablar en portugués. Ella y Juan[v], sin embargo, con los hijos hablan en castellano. El bilingüismo familiar que producen estas biografías permiten, en los casos de Mara[m] y Yeni[v], la construcción de un repertorio lingüístico adaptado a estilos de vida, escenarios e identidades personales distintos. Mara[m], que en su familia nuclear habla español, habla con dos de sus hermanas en portugués, y con otra, Marilyn, “que se fue a vivir a Buenos Aires”, en castellano.

- (14) Todas se criamos juntos, pero cómo te puedo decir, como que ella [Marilyn] se identificó más con el español... se fue a vivir a Buenos Aires

entonces es como que siguió... Si entablamos una conversación sale el español, con la otra en cambio, Susana[v] sólo el portugués, Yeni[v] sólo en portugués... [Susana] Se fue a vivir... [a Brasil] ... [ambas] se identifican más con el portugués... la zona, y los vecinos y el trabajo y bueno... (Mara[m])

También es interesante el caso de la madre de Vanesa[m]: “mi mamá, cuando mis padres se separaron, ella optó por hablar el castellano y dejar de hablar el portugués en casa, porque sino era ... con nosotros inclusive hablábamos castellano”. Los casos opuestos son también posibles: recordemos que Verena[v], la madre de Mara[m], “nunca quiso” hablar castellano (ej. 13). Susana[v], que vive en Santo Antônio hace 20 años, sólo habla español “cuando viene gente argentina o llegan algunos castellanos”. Yeni[v] habla portugués con su pareja Andrés, con sus hijos y con los vecinos “brasileros”, y castellano “con Doña Claudia[m]” y “con Nelly Morón [del almacén de Piñalito] que no quiere hablar en portugués”. Estamos mencionando individuos del grupo migrante para quienes el uso de la lengua materna o de la segunda lengua (y con ellas, de las variedades locales) está motivado por su adaptación a ambientes básicamente relacionados con redes sociales familiares, laborales y de la esfera pública. Dentro de estos marcos existen contextos en donde la identificación del interlocutor como “brasileño” puede ser más saliente. Como dejan traslucir los ejemplos (11) y (12), las asociaciones entre hablar (portugués/español) y ser (brasileño/argentino) constituyen una respuesta a los diferentes grados de ambigüedad de la nacionalidad vigentes en la sociedad de frontera. Pero la identidad es pertinente sólo en el encuentro con lo diferente. El siguiente Cuadro 1 muestra algunas posibilidades de estos encuentros en la vida cotidiana. Se representa en él una red social donde se cruzan las maestras y varios de los vecinos consultantes de esta investigación (cf. Tablas 1 y 2, arriba), con la subsiguiente imbricación entre biografías, repertorios lingüísticos y tipos de relaciones.

FLP 25(2)



Fuente: Elaboración nuestra.

Cuadro 1 - Red social y perfiles sociolingüísticos de algunos consultantes.

La figura del Cuadro 1 muestra un fragmento de esta sociedad multilingüe de frontera. El componente demográfico migracional (rombos) se combina con el de origen nacional argentino (cuadrados). Se observan individuos de origen migrante nacidos en Argentina (borde celeste) y otros en Brasil (borde amarillo). Un miembro de esta red reside en Santo Antônio, Brasil (borde verde). Con respecto al repertorio lingüístico, se observan dos casos de desplazamiento del portugués por el español (rayas inclinadas), otros dos que conservan el portugués como lengua de preferencia (líneas horizontales), y la mayoría que presenta un bilingüismo adaptativo (cuadrados). También en esta red social se integran alemanes-brasileños (redondos), nacidos en Argentina o en Brasil, con portugués como L1. Sólo las maestras Claudia y Tatiana, nacidas en Argentina, en la zona externa de la frontera, tienen español como lengua materna (y además son las únicas, junto con Don Pedro[v], escolarizado, que alcanzan el nivel de la variedad estándar). Los hablantes de portugués L1 de esta red social hablan un español con múltiples fenómenos de contacto. Don Pedro[v] por su parte, se relaciona en portugués en el grupo familiar de su mujer. Cora[v] tiene el portugués como lengua primera, en el intragrupo usa el portugués, y usa el español junto al portugués con su nieta (nacida en Argentina). Yeni[v] también usa el español eventualmente con sus hijos. Andrés, la pareja de Yeni[v], nació en Argentina, es hablante de portugués L1 y español L2, y como sus padres, Irene y Don S., tiene alemán también como L1. Como se observa, la nacionalidad y la lengua son categorías que, en la sociedad de la frontera, no pueden emplearse con el mismo sentido que en sociedades más homogéneas.

### 3.3 Nacionalismo lingüístico y fronteras conceptuales

El Cuadro 1 esquematiza también las relaciones formales, amistosas o filiales entre estos actores (líneas). Personas con trasfondo migracional brasileño y de origen argentino (aquí representado por las maestras) se relacionan entre sí en la vida cotidiana, a veces con mucha regularidad, poniendo en juego su repertorio lingüístico y posibilitando en la interacción la marcación (o no) de las fronteras conceptuales que separan a los (“verdaderos”) argentinos de los “brasileros”. En esta sección veremos que ciertos discursos activan la pertinencia de estas fronteras simbólicas donde se ponen en juego las distinciones claras entre espacios, identidades nacionales y lenguas. En el orden del discurso oficial, por ejemplo, las fronteras deben reafirmarse:

- (15) Cuenta [Claudia[m]] que a una colonia llamada Telina en honor a una mujer, Esterlina, que murió allí, le cambiaron el nombre y le pusieron Facundo Quiroga, por una cuestión nacionalista. La mujer era brasileña y cuando murió venía con un contingente de colonos brasileños. “Es una guerra fría”, dice Claudia[m], la disputa entre brasileños y argentinos. Es cosa de todos los días. Claudia[m] no miraba la televisión brasileña por una cuestión nacional. (Cuaderno de campo)

En Vanesa[m] resuena el eco del discurso oficial cuando habla sobre la fundación de Comandante Andresito: “o sea es un pueblo [Andresito] que tiene esa base, *la mezcla de los invasores*, porque eran considerados invasores los de Brasil que venían acá para trabajar la tierra y bueno los otros [argentinos], que son minoría los que vinieron”.

Entre nuestras consultantes maestras la distinción entre las nacionalidades constituye no solo un tema recurrente, sino que además está asociada a la separación

clara entre los espacios para el uso del portugués y el español. Si bien entre las maestras hay quienes, como Mara[m] y Daniela[m], forman parte del mundo de familias de origen brasileño, y otras que hablan portugués desde pequeñas, como Tatiana[m] y Yanina[m], todas parecen compartir una visión de que a cada lengua le corresponde un territorio nacional, y que subvertir este orden es faltar a un mandato tácito de “nacionalismo”:

- (16) Por ahí yo se que [en Brasil] hay escuelas que tienen español, pero no es como acá que los chicos tienen como una lengua materna o como una segunda lengua desde la casa, el portugués, entonces ellos allá es como que son más nacionalistas en ese sentido, tienen o sea, el portugués portugués... (Daniela[m])
- (17) Ellos [los brasileños] no son vendepatrias como nosotros, nosotros vamos allá y nos desarmamos para hablar portugués, para poder comprar algo. Y ellos no, ellos vienen acá y si nosotros le queremos vender, entendés [gesticula]. Nosotros no, llegamos allá y si ello(s) no entiende(n) le hacemos entender... Y allá la bandera es la bandera, el himno es el himno, y acá nosotros ni ahí. (Yanina[m])
- (18) Y yo les digo a los chicos no, vamos a ir allá [otra ciudad de la Provincia], estamos en la Argentina es una competencia entre escuelas y ustedes me hablan castellano... entonces por ahí se cuidan. (Fabricio[m])
- (19) Yo no hablo portugués, porque soy reacia. Y defendiendo mi patria para mí... y yo hablo allá, y entiendo, lo poco que hablo hablo en Brasil, pero acá yo no... y a mí... ¡cuántos me hablan en portugués! Vos viste que toda la colonia de allá te hablan en portugués... y yo les digo ‘no entiendo...’ yo entiendo, pero yo, como Argentina, me parece traicionar a mi patria que yo le esté hablando al brasileño en portugués. (Claudia[m], en entrevista a Yanina[m])

Este nacionalismo lingüístico emerge en la referencia al espacio nacional y también a diferentes símbolos. Yanina[m] menciona en el ej. 17 una asociación directa de la lengua con “la bandera” y el “himno”. Especialmente la bandera es un elemento de referencia frecuente. Yanina[m] explica más adelante “y a los chiquititos vos le hacés pintar la bandera y te pintan... *verdeamarelo*... ¡primer grado!”. A continuación Claudia[m] comenta una de sus anécdotas preferidas:

- (20) [a Yanina(m)] Eso no es de ahora... yo te contaba [a mí] que cuando yo llegué acá, la decepción más grande fue esa, cuando yo me fui a hacer la explicación de la bandera Argentina, después que terminé toda mi saliva para explicarle y hacerles ver... ¡me pintaron la bandera brasileña! (Claudia[m])

Con uno de esos alumnos de Claudia[m] me encontré en un bar de Santo Antônio para una entrevista. Carlos Roberto, ya de 50 años, se acordaba todavía las “relaciones del pericón Nacional” que su maestra Claudia[m] les hacía aprender para incluir en ellos la idea “de que estaban en Argentina”. Pero a él, hijo de una familia de campesinos inmigrantes en el Paraje Telina, “primero le salía de adentro el chotis [=baile típico] brasileño” (Claudia[m], cuaderno de campo). Interesante es notar que si “le salía de adentro” el chotis, se trata de una expresividad interna posiblemente

condicionada por la experiencia vital, como un sustrato o interferencia lingüística. Estas interferencias provocan ruido frente a los símbolos nacionales. La Constitución Nacional, otro símbolo patrio, no puede expresarse con acento extranjero: “yo quiero que vos vayas ponele a un acto, que tengan que leer, nosotros una decepción total el día de la promesa de lealtad a la Constitución, porque leen mal...” (Yanina[m]). La actividad de cantar el Himno Nacional provoca asociaciones similares:

- (21) Yo eso es lo que les digo a los chicos... ustedes si llegan a ir a la escuela de ahí de Brasil y... ¿escuchás que alguno hable castellano? ¡Jamás! Ellos son nacionalistas... nosotros somos vendepatria.... yo le digo a mis alumnos, ustedes son vendepatria, dónde se vio... están cantando el himno y estaaan ahí boqueando en vez de estar cantando... les digo “están saludando a la bandera y ni se preocupan”... y *el castellano que es bueno*... ni hablan... ni ahí...

Nótese la asociación de “hablar castellano” > “nacionalistas” > “el himno” > “la bandera” > “el castellano que es bueno”. En esta última expresión asoma, nos parece, la representación de “lengua” que describimos en la sección § 3.1, la variedad más ideal y desprendida de su ambiente, la variedad estándar, que por metonimia se asocia aquí directamente a símbolos como el himno y la bandera. Este vínculo entre una variedad de español (la que es “buena”) y lo nacional prefigura un orden de combinaciones consistentes y otras inconsistentes de la lengua con su entorno. Si es consistente la relación entre el español y el himno, forzar las posibilidades puede ser transgresor. En la entrevista a Tatiana[m], Yeni[v] refiere a una familia de origen brasileño donde la tercera generación, la de los nietos, está siendo educada en castellano. El padre de una de esas niñas es argentino, maestro. En la entrevista se refiere a que, no obstante, la madre “sólo habla portugués”. Yanina[m] agrega:

- (22) Yeni[v]: Sí, pero con las hijas sólo hablan castellano.  
Claudia[m]. Sí, con las hijas, porque es imposible que esas nenas sean hijas del maestro y no sepan castellano.

Esa “hija” es la chica “¡brasileira!” del ejemplo de arriba (ej. 9). Yeni[v] refiere a continuación otra anécdota: la nena llegó al jardín un día “y le dijo a la maestra *boje eu vou pasar na bandera... eu vou portar a bandera* y dicen que todo(s) le miraba(n) y le miraba(n), y Marina [su madre] dice que no sabía dónde meterse”. Niño hablando en portugués y bandera argentina, significantes contradictorios que producen el humor de la anécdota. La imagen del maestro es otro significante en este discurso. Con ellos no se habla en portugués, se intenta al menos el español, son junto a los gendarmes y los desconocidos las personas con quien los colonos de transfondo migracional optan por dirigirse en castellano (Lipski, 2017; Cerno, 2020). La mujer de Franco[m] afirmó en la entrevista que “en la escuela habla el portugués con el personal de limpieza y de cocina, pero con las maestras no, porque no lo concibe” (cuaderno de campo). Los que pasaron por la escuela internalizan estas reglas. Yeni[v], en mi segunda visita a Piñalito, actualizó estos contenidos en un discurso de “fachada<sup>1</sup>” (Goffman, 1972), es decir, actuando su rol en la escena creada allí frente a un profesor (yo) y una maestra (Claudia[m]), sus visitantes en esa ocasión, representantes del Estado. Transcribo del cuaderno de campo:

<sup>1</sup> El concepto de *front stage* o fachada, desarrollado por Ervin Goffman a partir de la noción de “rol” (en sentido teatral) remite a formas de actuación (o *play*) que una persona está compelida a desarrollar según la expectativa que existe situacionalmente sobre su identidad social (cf. Goffman, 1972, p. 88).

- (23) Llegué con la maestra Claudia[m] a su casa. [Yeni(v)] Cuenta que un partido político de Colonia Aurora hace su *spot* de campaña en portugués. “¿Porqué si acá estamos en nuestra Argentina? ¿Porqué tenemos que hacer eso? Esta es nuestra patria, ello[s] tendría[n] que defender” Ella toleraría eso *si el hecho hubiera pasado en Piñalito, pues “acá estamos cerca, en la frontera”*. (Cuaderno de campo)

La actuación de Yeni[v] muestra la efectividad del nacionalismo escolar, que prepara a los que pasaron por las aulas para percibir los contextos en que se requieren producciones discursivas de este tipo. Posiblemente las situaciones de contacto entre sectores sociolingüísticos, mostradas en parte en el Cuadro 1, predispongan a este tipo de actuación social. Frente a actores como Claudia[m], Tatiana[m] y Mara[m] (en el Cuadro 1), la vecina Yeni[v] y otros miembros de su grupo social se comportan de manera estratégica, usando el español y el portugués de acuerdo con la eventual percepción del juicio del interlocutor. Del ej. 23 resulta evidente su intento de quitarse de encima, ante Claudia[m] y ante mí, cualquier intento de categorizarla como “brasileira”. Con todo, su *performance* en tal situación involucra dos conceptos de frontera. Frontera(1), el más manifiesto, propio del nacionalismo escolar, junto a otro de frontera(2), implícito con el primero, que es el que justificaría el uso del portugués “pues acá estamos cerca [del Brasil]”. La frontera(1) separa; la frontera(2) une. Los alumnos, por lo que sabemos de las entrevistas, actúan también adaptativamente: en la clase frente al docente hablan castellano, pues es necesario evitar un juicio negativo, pero “vos salís al recreo y todo portugués” (Yanina[m]). En el recreo no interesan, o se negocian de otra manera, las identidades nacionales. En el aula, el discurso escolar está para alinear las fronteras, regresar al orden que concibe el territorio, y las lenguas, como entidades separadas. Con esto contribuye al control y la dominancia de las conductas desviantes:

FLP 25(2)

- (24) Te castigaban. Ponele a mi me castigaban cuando yo hablaba el portugués, el portuñol, y me salían palabras que eran normales, y se reían de vos, porque eran, me acuerdo que en segundo grado, la maestra dijo, bueno alzábamos las sillas sobre la mesa, y había que barrer el aula. Entonces yo con mi predisposición le digo “maestra, yo voy a buscar la *basora*”. Y cuando dije así, todos mis compañeritos se reían y la maestra me mandó al fondo del aula en el rincón y me dijo “andá y pensá qué dijiste”. Y yo quedé, yo dije, pero si yo dije *basora*, y para mí estaba bien, porque yo llegaba a casa y se hablaba el portugués. Para mi era *basora*, *basora* y *basora*, y estaba bien dicho, y no era. Y así tuve muchas... Siempre acostumbrada a decir, en lugar de corbata siempre decía *gravata* y se reían. (Vanesa[m])

El control está en el docente, que “castiga”, y en los compañeros que se ríen (pero “el 90% habla en portugués”, Fabricio[m]). Los castigos pueden ser simples: “Nosotros acá le imponemos algunos castigos... por ejemplo los chicos de 1° y 2° año que son los que más le cuesta... los chicos de 5° año que .... Yo los veo hablando y digo listo, esta semana no toman más tereré o mate en la escuela” (Fabricio[m]). O pueden ser muy duros, cruciales en el destino de una persona, como el caso que cuenta Yanina[m]:

- (25) Te digo, hay una chica que está haciendo el nivel inicial, ella es excelente... pero está hablando con vos y ta ta ta, tres palabras en castellano, cinco en

portugués... y así... se da cuenta, se ve, yo le miro así y ella ve mi cara ... porque yo le dije, “yo no sé dónde vo(s) pretendé(s) i(t) a trabajá(x), pero yo en mi escuela no te quiero” [ríe]. (Yanina[m])

Esa alumna “excelente” pretende un título que la habilite para un trabajo. La eficacia de la representación de la lengua en la escuela es tal que actúa en silencio: “y yo le miro así y ella ve mi cara...”. No hay palabras, sólo la mirada. En ese silencio se vuelve evidente el “error”, el concepto de “dialecto” y de palabras que son *ni [español]... ni [portugués]...* La representación está objetivada y legitimada. Es también una representación política y a continuación el discurso decreta: “yo en mi escuela no te quiero”. La personalización de la experiencia (“yo”, “mi”) no interesa: el castigo es impersonal en la institución del Estado moderno (Foucault, 1976), lo efectúa el “sistema”:

- (26) Está por ser maestra jardinera pero no se va a recibir nunca, porque la pobre pone mucho esfuerzo, “es excelente”, decía la profesora que los trabajos que ella hace ... “un espectáculo... las ideas que tiene” dijo ella, la mujer, “para el jardín...” espectacular, todo... pero no le aprueban nada porque ... ella escribe muy mal, redacta muy mal. Y así pasa... ultimamente está pasando con los chicos eso todas las veces, porque... mirá, estos chicos que van a estudiar profesorado abandonan... porque es tanta la burla que le hacen los compañeros, que terminan abandonando, no porque sean burros, sino porque no entienden, *hablan todo mal* (Yanina[m])

Varios de los informantes contaron que lo pasaron mal en la escuela. Milly[v], Andrés (pareja de Yeni[v]) y la esposa de Don Pedro[v], entre mis informantes, afirmaron haber sufrido en la escuela por no hablar castellano. Sin embargo y pese a la habilitación de hablar y ser educados en su lengua materna (por la Ley Nacional 26.206), la autoridad del maestro habilita a la prohibición:

- (27) Yo creo que tenemos que poner mano dura, volver a lo de antes, que aprendan castellano.... a la maestra le tienen loca... Porque vos le decís, no hables el portugués, y se da vuelta ese el otro está hablando, y le decís al otro, y ya el otro y este que vos le dijiste primero ya está hablando... es algo de nunca acabar, no sé cómo se va a combatir eso... (Yanina[m])

### 3.4 Lenguas mezcladas y gente mezclada

No muy lejos de la escuela, en la comunidad, se observan otras formas de conducta y discursos que los justifican. En los CTG o “Club de Abuelos” de San Antonio, por ejemplo, se disuelven las identidades nacionales.

- (28) Mara[m]: Ahí es un encuentro donde viene gente de Brasil, vienen los abuelos, pero vienen de Brasil y la gente de acá de San Antonio, y ahí se mezcla ... *ahí vos no entendés quién es quién...* (Mara[m])

Luisa[v], una mujer paraguaya muy activa en el “Club de Abuelos”, me dice:

- (29) Yo: Y ahí en estos encuentros con Brasil ¿se forman amistades, así?  
Luisa[v]: Sí, somos todo amigos, ya, somos todo hermanos...  
Yo: y cómo es esto de las diferencias de nacionalidad en los Club de Abuelos ¿alguien que se identifica como alemán, como brasileño, como paraguayo?

Luisa[v]: no no, no se hace diferencia para nada... tenemos los mismos derechos...  
 Yo: ¿pero en la música, en los trajes?  
 Luisa[v]: en la música es la misma música porque *nosotros somos frontera*, bailamo lo que ello(s) baila(n), y ello(s) bailan lo nuestro  
 Claudia[m]: claro, ellos bailan lo de Argentina, y los argentinos bailan lo del Brasil...

Se trata de espacios populares, aquí se ejercen otras lógicas de la sociabilidad. Esto forma parte de la vida cotidiana, el cambiar de un espacio simbólico a otro, de un espacio donde la selección de la lengua y la identidad del interlocutor son claras, a otros donde tales pertinencias se neutralizan. Este espacio ajeno a las pertinencias nacionales es lo que muchos llaman “la frontera”, una experiencia particular de quienes viven próximos al territorio del país vecino. Nos referimos al concepto que más arriba describimos como la frontera(2), como un espacio de intercambio que une, opuesto a la frontera(1) que pone un límite de distinto orden (político, lingüístico, social) entre los interlocutores. Tatiana[m] actúa con el concepto de frontera(1) cuando refiere que, si bien para ella “ir a Brasil es como cambiar de barrio” y que habla en Brasil “como una nativa del portugués”, en Argentina sin embargo no lo habla “porque acá no hace falta, acá nadie te habla el portugués”<sup>2</sup>. El concepto de frontera(2) está implícito en la declaración de Lucía (ej. 29) cuando expresa que “es la misma música porque nosotros *somos frontera*”. Está implícito también, como vimos, en la actuación de Yeni[v] del ej. 23: el *spot* de campaña en portugués estaría justificado en San Antonio, pues “acá estamos cerca, en la frontera”. En la frontera(2) se disuelven los límites impuestos por la escuela en la separación binaria de español y portugués, y se habilita la lengua extranjera, aceptando su existencia en territorio argentino y practicando una tolerancia hacia su uso. Se habilita al interlocutor como hablante luso y portador de un trasfondo “brasileño”. Es un espacio de convergencia lingüística en que la gente también “es mezcla”, como expresa Mara[m]:

(30) Claro porque como es tan común que vos me entiendas el portugués, que me entiendas el alemán, que *vos ya sos una mezcla*, porque se supone que estamos hablando entre amigos y entre amigos nos conocemos y sabemos qué significa, eso es lo que hay acá. (Mara[m])

En estos ámbitos se practica un bilingüismo adaptado al contexto, aquí “hablar entre amigos”, donde “cada uno habla la lengua que sabe” de acuerdo con el tipo de interlocutor, en una acomodación recíproca donde el ajuste con la variedad nacional pierde relevancia frente a otros factores de la interacción. En la frontera(1) interesa “el castellano que es bueno” (ej. 21). Es el que impone la escuela y otros contextos institucionales (aduana, policía, burocracia). Este juicio rige con más peso sobre las variedades mixtas. Cuando cruza a Santo Antônio, dice Mara[m] que “hablamos cualquier cosa [= portugués vernacular] y ellos nos entienden”. Pero “no es el portugués oficial, es un portugués naturalizado pero no es el correcto, hablamos muy mal portugués acá”. También su juicio sobre el español “de la zona” (frontera<sub>1</sub>) es

<sup>2</sup> Después de la entrevista con Tatiana[m], pregunté a Claudia[m], a su esposo y a Yeni[v], participantes de la entrevista, qué pensaban de lo que había dicho aquella sobre que en San Antonio “nadie te habla en portugués”. Me dijeron que les pareció “raro”. Mas tarde fuimos a un supermercado de San Antonio. En mi libreta de campo anoté 3 interacciones en portugués escuchadas allí, una de ellas de Yeni[v] en un encuentro con un conocido.

negativo: “es precario”. Incluso de su propio español afirma Mara[m] que no es correcto. Cuando le digo “pero vos hablás bien el español” afirma “nooo....” (véase ej. 14, inicio). El juicio de Mara[m] sobre su propio español se relaciona con un origen nacional: “tengo más de brasileña... viví toda mi vida en la colonia”. En la frontera(1) las ambivalencias son negativas. En otro contexto, en la entrevista con Tatiana[m], con presencia de Yeni[v] y Claudia[m], la frontera(1) se impone en la conversación. En la reunión, en el living de la casa de Tatiana[m], Yeni[v] siente la necesidad de comentar sobre su forma de hablar:

- (31) Yeni[v]: bueno ustede(s) que están acá y siempre hablaron el castellano, uno ya siente otra tonada, viste, yo por ejemplo, que hablo mucho el brasileño, ya voy al otro lado...  
 Tatiana[m]: vos ya tenés como segunda lengua el castellano...  
 Yeni[v]: Si, si... yo me doy cuenta porque te escucho a vos hablar castellano y yo veo, yo siento, que yo ya no hablo bien el...  
 Tatiana[m]: pero porque *vos en realidad hablás portugués...* acá las personas, y más las personas que tienen raíces brasileñas hablan portugués en la casa.

Interesa la participación de Yeni[v] en un sentido de su propia percepción de hablar frente a “ustedes que siempre hablaron castellano”. Aquí es saliente la frontera(1). La separación entre “ustedes” y “yo” se establece a partir de la charla sobre el lenguaje local en que participan dos maestras y un profesor, agentes del Estado, y una vecina. El acto de metalenguaje operado por Yeni[v] opera distinguiendo entre variedades y hablantes, y también entre formas “correctas” e incorrectas: “yo, que hablo mucho el brasileño, ya voy al otro lado”, “te escucho a vos hablar castellano y veo que yo no hablo bien...”. La explicación de Tatiana[m], primero técnica “vos ya tenés como segunda lengua el castellano”, se vuelve sociológica en la identificación del “otro” como parte de un grupo social: “personas que tienen raíces brasileñas”. Estos contenidos, aquí modelados por el marco de la cortesía, puede estilizarse de otra manera en otros contextos, por ejemplo por Yanina[m] en el ej. 11: “la gente que viene de afuera ... en la casa hablan ese portuñol... pero no saben decir ni una palabra en castellano”. Así opera la frontera(1) y Yeni siente cómo la evoca su propia “tonada” o *sotaque*, en estos contextos vuelta *shibboleth* de lo extranjero.

En otros sectores de la comunidad hallamos gente que tiene opiniones distintas sobre el sentido de “hablar” y su relevancia sobre la identidad nacional. Carlos[v] y Cora[v], por ejemplo. Ambos con muy escasa escolaridad, ambos “medio brasileros”, de identidad nacional inclasificable con las categorías oficiales (cf. Tabla 2 y Cuadro 1). Diría Tatiana[m], son “ciudadanos de frontera”. Cuando le pregunto a Cora[v] si usa el portugués cuando va de compras a Brasil, Cora[v] responde con una sonrisa de picardía: “y acá [en Piñalito] también”. Esa sonrisa contenía un mensaje implícito. El pequeño acto de sentido remitía al supuesto binarista de “castellano en Argentina” y “portugués en Brasil”, la regla que como hemos visto pregonan las maestras (ej. 16-18, sobre todo 19). El “acá” de Cora[v] significaba no obstante el reconocimiento de un contexto formado especialmente por un “quién”. “Acá en el paraje a veces tenemos que hablar sólo castellano, a veces sólo portugués. Pero acá en lo de Doña Claudia[m], sólo castellano hablo. Así es, uno se acostumbra” (Cora[v], cuaderno de campo). Carlos[v] también realiza esta operación: “Dijo que en el paraje habla portugués con los que vienen del Brasil, y castellano con los vecinos del paraje ‘como Anika y Lautaro, que entienden portugués pero hablan en castellano’” (ibid.). Anika y Lautaro, abuelos del maestro Fabricio[m], forman parte de los vecinos de la migración interna de la

provincia, con poca fluencia del portugués. El *insight* que obtuve con Cora[v] se repitió con Carlos[v] cuando afirmó: “Lo que pasa es que uno acá habla portugués porque estamos en la frontera” (ibid). Lo interpretamos: en la frontera(2), “la frontera” para Carlos[v] es algo distinto de lo que frecuentemente expresa el discurso de Claudia[m], las maestras y algunos vecinos del paraje. Aquí se practica una distribución adaptativa de la competencia bilingüe, que las personas de trasfondo migracional emplean acomodándose al interlocutor percibido como “argentino”, es decir, sin origen migracional en Brasil. Conocí a Carlos[v] durante la entrevista que le hice a Don Pedro[v], para quien el primero trabajaba (cf. Cuadro 1). Don Pedro[v], como Anika y Lautaro, procede de la zona hispanohablante de Misiones. Él estaba repitiendo frente a Claudia[m] y a mí el viejo latiguillo: “¿Pero decime si acá no salís a la calle y no te hablan en portugués? Acá estamos en Argentina y tenemos que hablar castellano”. Luego agregé un concepto muy importante. “... cuando el otro entiende. Si no, hay que hablar el portugués”. La importancia de esa emisión es que atraviesa la idea de frontera(1) para formular la práctica del habla en el marco de la frontera(2). Se trata de la acomodación lingüística vista desde la perspectiva de los vecinos de la migración provincial interna, con español familiar y portugués L2 aprendida en la interacción con los “brasileros”, como el propio Don Pedro[v]. En estas condiciones, el habla en la interacción entre los vecinos se presta a un uso estratégico para la producción de la frontera(2) o de la frontera(1), convergencia de lenguas (frontera<sub>2</sub>) o divergencia (frontera<sub>1</sub>), común unión identitaria (frontera<sub>2</sub>) o identificación nacional (frontera<sub>1</sub>), solidaridad (frontera<sub>2</sub>) o poder (frontera<sub>1</sub>). En ese mismo momento llegó Carlos[v] con ropa de “chacrero” y habló con Pedro[v] “en un español súper abrasilerado” (cuaderno de campo). La acomodación de Carlos[v] a Pedro[v], y a otros del paraje que “están acostumbrados a hablar en castellano”, responde a un tipo de uso de la competencia bilingüe constatado a través de varios otros entrevistados. Carlos[v] habla aquí en su variedad idiolectal de español porque está en rol de empleado de Pedro[v] y porque éste es un vecino sin trasfondo migracional brasileño. El contexto presenta cierta orientación a la construcción de relaciones formales. Más allá de mi presencia y la de Claudia[m], es posible que en tales contextos se active el efecto del discurso nacionalista que apunta a destacar al “otro” como “invasor” (ej. 12, 15, ej. 19, “no me gusta que me hablen en portugués”, Claudia[m], entrevista a Tatiana[m]). La fórmula solidaria de Pedro[v] no aplica aquí porque todos sacan provecho del uso de la lengua oficial, tanto los “brasileros” como Cora[v] y Carlos[v] en su objetivo adaptativo, como Pedro[v] en la formalidad del contrato con su empleado. Carlos[v] se viste con el ropaje lingüístico de “argentino”, y Pedro[v] no puede condescender a una identificación con lo “brasileño”. En este contexto se instaló la frontera(1) como división de los roles sociales y como prevalencia de la institucionalidad argentina frente a las culturas alóctonas. Sin embargo, estos contenidos están presentes en situaciones en donde hay una mayor percepción de identidades antagónicas, sea entre brasileños y argentinos, o entre gente de la ciudad y de las colonias. Para comportamientos en la frontera (1) los educa el maestro Fabricio[m] a sus alumnos:

- (32) “Y cuando van a San Antonio y se enfrentan con una persona que les habla en castellano ellos van a hablar en castellano, no le van a hablar portugués, van a poder defenderse adecuadamente y a no tener el temor de pasar vergüenza frente a otras personas por la mezcla del idioma...”  
(Fabricio[m])

La frontera(2) en cambio existe como modalidad alternativa donde el elemento saliente es la unión. Ya hemos visto el caso del “Club de Abuelos”, paradigmático de la irrelevancia de las identidades nacionales. Otros son los casos de las fiestas y reuniones informales, el “hablar entre amigos”, donde *vos ya sos una mezcla* (ej. 30) ajenas al monopolio del Estado: “Y vas a ver una fiesta, donde son 100, 90 los que hablan en portugués y 10 los que hablan castellano, y van a estar sentados al lado, ellos hablan portugués y los otros hablan castellano, y se entienden...” (Fabricio[m]). También: “en los CTG la gente que va no te van a hablar correctamente, te van a hablar con modismos, interferencias lexicales” (Mara[m]). También: “Les pregunto a Claudia[m] y Rubén si en los actos políticos se habla el portuñol. ‘Noooo... en los discursos políticos no, en los actos oficiales [no se dice] pero ni una palabra en portugués. Pero en los mitines políticos sí. Ahí sí, y hasta música brasileña escuchan” (cuaderno de campo). La posibilidad de mezclar variedades, símbolos y culturas está latente y representa un peligro desde una perspectiva oficial, pero desde el marco de la cotidianidad de las colonias simplemente no es relevante marcar las fronteras nacionales o lingüísticas. Esta reglas justamente aplica en el comercio, donde la lengua importa menos que un objetivo externo a ella, la transacción. Aquí “saber comerciar” con el lenguaje o con los productos es adaptarse a la lengua del otro, mezclar(se) y mezclar. Es lo que se les admira a los comerciantes brasileños: “Saben comerciar” (Claudia[m]) “Ellos se desviven por atender al cliente”. Y para ello cruzan la frontera(2). En un restaurante de Santo Antônio fui saludado con un *Buen día* [‘zia] y el camarero me ofreció *polo* [port. *frânço*] para el almuerzo. Palabras *ni* [castellano]...*ni* [portugués], y también señales de que la “lengua” ideal de los maestros no es siempre necesaria.

FLP 25(2)

#### 4 DEL LADO DE ACÁ. UN EXPERIMENTO AUDITIVO EN POSADAS

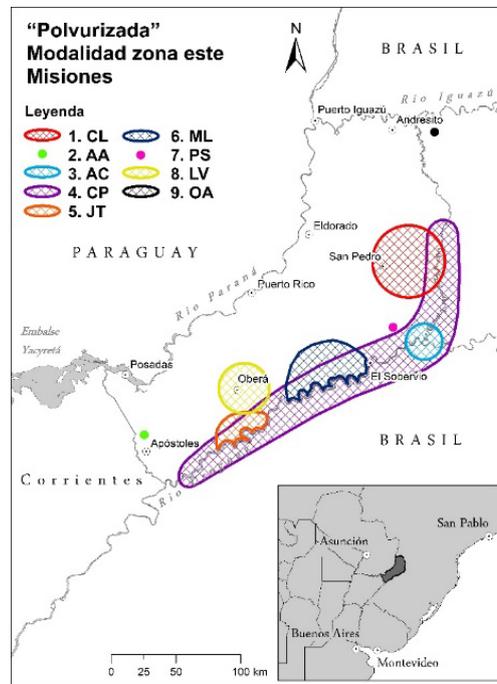
Muy lejos de la frontera, a 250km hacia el oeste, en la capital provincial de Posadas y frente a la paraguaya Encarnación, la percepción y delimitación espacial del español hablado en la región de la frontera con Brasil es perfectamente distinguible para los posadeños, y atribuida de modo explícito a la presencia del portugués en esas mismas regiones. En un experimento realizado recientemente, nueve hablantes representaron en un mapa el “lugar de origen” del hablante de un audio de 30 segundos. El experimento corresponde al proyecto ELESPO<sup>3</sup> y toma elementos de la dialectología perceptual (Preston, 1999). El audio cuenta con algunas características fonéticas y léxicas especializadas en estas variedades rurales originadas del contacto con (aunque no exclusivamente) el portugués.

Hola don Waldemar, sí acá nosotros estamo todo bien, espero que por ahí también en ... ahí bueno Ø asunto del frío acá hizo un desastre hizo ese frío, pero por suerte no... la sandía zafamo, eh, Ø quemó un porquito la soja ahí, yo Ø tenía tapado y... bue(no), hoy huimo Ø destapá, hoy lune(s) fuimo Ø destapá, todo destapamo(s), ya casi todo, y quería... empezá la polvurizada, hoy de tarde creo que voy a empezá la polvurizada ... y

<sup>3</sup> El proyecto “El español en Posadas” (ELESPO), dirigido por L. Cerno, se centra en el estudio de la variación sociolingüística en el español hablado en la ciudad de Posadas, incluyendo la relación entre rasgos del habla y las representaciones y actitudes sociolingüísticas. El caso tiene interés por ubicarse en una región con presencia de la lengua guaraní (desde el Paraguay) y de variedades rurales de inmigración (entre ellas el portugués), así como por la convergencia con el español estándar argentino y el español popular bonaerense.

después) voy a seguir en mi planta, plantando, (e)nvenenando, abonando y... para noso(tros) tenía una linda sandía... dale!

El foco de las respuestas de 9 personas es la zona este provincial, cercana a la frontera, como puede verse abajo.



Fuente: Instituto Geográfico Nacional - elaborado por Humberto Smichowski.

Mapa 2 - Mapa síntesis de experimento auditivo.

Además de por su ubicación espacial, los informantes caracterizaron el habla con categorías que también muestran una representación consolidada en torno a la variedad y sus hablantes: “castellano portuñol”, “castellano brasilero” (L.V.); “español con raíces de portugués”, “propio de la mezcla de razas de la provincia” (C.P.); “de gente que descende de brasilero”, “de colonia, de chacra” (P.S.); “portugués neto”, “portugués que quiere expresarse mejor en castellano” (J.T.); “colono del interior” (C.L.). Estas características, que combinan contenidos “nacionales”, areales y sociales, incluyen también algunas consideraciones afectivas: se considera la variedad “simpática, divertida” y “linda de escuchar”.

Sin embargo, de entre las semejanzas del audio con las variedades de español efectivamente habladas y registradas en la frontera sólo algunas tienen un origen efectivo en el contacto con la lengua lusa, a saber: las realizaciones oclusivas de *b* y *d* intervocálicas, la conservación de *s* ante oclusiva (subrayados), sonorización de *s* en *soja* [‘zoja], la elisión de *r* final en infinitivos, la elisión de pronombre de objeto (representado con Ø, verbos *tener* y *destapar*), la subordinación con *para* + infinitivo. Otros elementos son de origen menos seguro o al menos multicausal: la palabra *polvurizada* junto con el mecanismo de nominalización con *-ada*, (esp. *pulverizarada*), posible “vulgarismo”, la ausencia de artículo en *asunto*, la ausencia de pronombre reflexivo en *quemó*, y la realización aspirada de *f* en *fuimo* y de *z* [s] en *polvurizada*. Excepto la ausencia de artículo, que se puede atribuir a un sustrato germánico, los otros tres rasgos tienen su procedencia en el sustrato guaraní que abarca tanto la región

guaranítica de la Argentina como del Paraguay. Las elisiones de *s* finales, la caída de *r* de infinitivos y la elisión del pronombre de objeto directo, por último, no son rasgos seguramente percibidos, por los participantes del experimento, como “marca” dialectal de esta variedad, pues estas características existen también en la norma posadeña y general del español misionero.

El experimento nos muestra otro modo de manifestación de las representaciones observadas en torno a la relación entre lengua y nación, esta vez para categorizar la frontera lingüística con variedades rurales del este provincial. Las categorías de lo nacional-glotalógico, “portugués” y “brasileño/brasileño”, aparecen en los sujetos del experimento con más frecuencia que las de “ruralidad”, expresada por ejemplo con la identificación de un español “campesino”, “colono”, de la “chacra”. Es arbitraria la selección de una categoría nacional, como lo es también la de una categoría social. No obstante, la primera es la que predomina. Vemos en esta operación la actuación de las representaciones sociales producidas por la hegemonía estatal en su contribución a formar las fronteras lingüísticas. En Posadas estas representaciones operan sobre variedades regionales; en San Antonio, sobre lenguas y variedades mixtas. Todas sin embargo sirven para segmentar un continuo espacial iberorrománico en vistas a construir un nosotros separado de “los otros”.

## 5 PALABRAS FINALES

En este trabajo observamos las ideas y concepciones sobre la lengua en el discurso de los maestros en la localidad de San Antonio y regiones cercanas. La función de este discurso es en parte la de construir y reproducir diferencias conceptualmente adaptadas a la clasificación de la diversidad humana y lingüística del contexto de la frontera, operación en donde, sin embargo, quedan excluidas las formas que la sociedad de la región ha modelado en su constitución histórica específica. Esta exclusión empieza por las “palabras” y variedades sociolingüísticas, y alcanza también a las personas en su capacidad de actuación comunicativa. Con todo, se ha documentado también la existencia de modelos alternativos de interacción social, en donde las clasificaciones oficiales no logran su eficacia, y en donde la interacción ocurre adaptativamente con la selección de una variedad en función de la percepción del tipo de contexto y el interlocutor. En estas redes comunitarias las identidades nacionales binarias y se sustituyen por categorías vinculadas a una percepción de frontera donde el repertorio bilingüe es índice de una historia social común y despliega, habilitado, todas sus posibilidades, entre otras la tan flexible mezcla de lenguas dentro de un continuo español-portugués.

## DEDICATORIA

Dedico este trabalho a Clara Figueroa, uma professora da fronteira, dedicada de corpo e alma a ensinar as primeiras letras às crianças. E a Juan Manuel Sureda, da associação *Flor del desierto* (Posadas), por me mostrar que as fronteiras em Misiones não são barreiras, mas uma oportunidade de encontro e amizade.

## REFERENCIAS

Abinzano RC. Procesos transnacionales en las regiones de frontera: la triple frontera en el sistema mundo. *Idéias*. 2014;9:161-185.

- Amable H. Las figuras del habla misionera. Santa Fe: Colmegna; 1975.
- Bergamini C. Crenças e atitudes linguísticas a partir da visão de docentes e não docentes sobre o Portunhol em Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen (Argentina) [tesis de doctorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2023. [citado 19 ene. 2024]. Disponible en: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-26092023-121949/en.php>.
- Camblong A. Habitar las fronteras. Posadas: EDUNAM; 2014.
- Carvalho AM. Diagnóstico sociolingüístico de comunidades escolares fronterizas en el norte de Uruguay. In: Brovetto CA, Geymonat J, Brian N, compiladores. Portugués del Uruguay y educación bilingüe. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública; 2007. p. 46-98. [citado 01 oct. 2023]. Disponible en: <https://bibliotecaum.wordpress.com/2014/10/01/portugues-del-uruguay-y-educacion-bilingue/>.
- Carvalho Lopes A, Nascimento e Silva D. Todos nós semos de fronteira: ideologias linguísticas e a construção de uma pedagogia translíngua. *Linguagem em Discurso*. 2018;18(3):695-713.
- Cerno L. Portugués, español, alemán y brasilero. Lenguas y variedades en contacto en el Alto Uruguay (Misiones, Argentina). *Avá - Revista de Antropología*. 2019;34:131-153.
- Cerno L. En situación de frontera. Variedades lingüísticas y extensión funcional del español y el portugués en el nordeste de Misiones. *Cuadernos de literatura. Revista de estudios lingüísticos y literarios*. 2020;15:19-31.
- Clarissini da Maia I. Estudio sociolingüístico del portugués que se habla en la provincia de Misiones (PDM). [tesis de doctorado]. Posadas: Universidad Nacional de Misiones; 2021. [citado 02 oct. 2023]. Disponible en: <https://rid.unam.edu.ar/handle/20.500.12219/3836>.
- Daviña L. Fronteras discursivas en una región plurilingüe: Español y portugués en Misiones. [tesis de maestría inédita]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires; 2003.
- Foucault M. Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión. Garzón del Camino A, traductor. Buenos Aires: Siglo XXI; 1976.
- Gallero C, Kraustofl E. Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970). *Avá - Revista de Antropología*. 2009;16:245-264.
- Goffman E. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. London: Penguin; 1972.
- Hobsbawm E. *Naciones y nacionalismo desde 1780*. Jordi Beltran, traductor. Barcelona: Ed. Crítica; 1991.
- Jodelet D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: Moscovici S, coordinador. *Psicología social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales: cognición y desarrollo humano*. Barcelona: Paidós; 1986. p. 145-216.
- Kaufmann G. Falar espanhol or hablar portugués. Attitudes and linguistic behavior on the Brazilian-Uruguayan and Brazilian-Argentinian borders. *Romanistisches Jahrbuch*. 2009;60:276-317.
- Kusy A. O contato linguístico português e espanhol na fronteira Brasil-Argentina: crenças e atitudes linguísticas [tesis de maestría]. Chapecó: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul; 2019. [citado 19 ene. 2024]. Disponible en: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3252/1/KUSY.pdf>.
- Le Page RB, Tabouret-Keller A. *Acts of identity. Creole-based approaches to language and ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press; 1985.
- Lipski J. Portuguese/portuñol in Misiones, Argentina: another 'Fronterizo?'. In: Sessarego S, González-Rivera M, editores. *New perspectives on Hispanic contact linguistics in the Americas*. Frankfurt/Madrid: Vervuert Iberoamericana; 2015. p. 253-281.
- Lipski J. La evolución de la interfaz portugués-español en el noreste argentino. In: Corbella D, Fajardo A, editores. *Español y portugués en contacto. Préstamos léxicos e interferencias*. Berlín, Boston: De Gruyter; 2017. p. 391-412.

Moscovici S. The phenomenon of social representations”. In: Moscovici S, Duveen G, editores. *Social representations. Explorations in social psychology*. Cambridge: Polity Pres y Blackwell Publishers; 2000 [1984]. p. 18-77.

Nicolăi R. From geographical and social boundaries to epistemic breaks. In: Darquennes J, Salmons J, Vandenbussche W, editores. *Language contact. An international handbook*. Berlin: De Gruyter; 2019. p. 270-283.

Preston D. A Language Attitude approach to the perception of regional variety. In: Preston D, editor. *Handbook of perceptual dialectology*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company; 1999. p. 359-374

Schiavoni G. Porto capivara. Los ocupantes agrícolas de la frontera argentino-brasileña (Misiones, Argentina)”. *Estudios migratorios latinoamericanos*. 1998, 1999; 40-41(13, 14):449-469.

Steffen M. Acá no hay español nem português, é portunhol. El español en contacto con el portugués en Misiones (Argentina). In: Blestel A, Palacios A, editoras. *Variedades del español en contacto con otras lenguas*. Berlin: Peter Lang; 2021. p.131-155.

Villarreal A. Análisis de las RS de los agentes educativos a partir de los estados del capital cultural. In: Barbosa Abdalla MF, organizadora. *Bourdieu e Moscovici: fronteiras, interfaces e aproximações*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum; 2019. p. 69-97. [citado 30 sept. 2023]. Disponible en: [https://www.researchgate.net/publication/363844304\\_Analisis\\_de\\_las\\_RS\\_de\\_los\\_agentes\\_educativos\\_a\\_partir\\_de\\_los\\_estados\\_del\\_capital\\_cultural](https://www.researchgate.net/publication/363844304_Analisis_de_las_RS_de_los_agentes_educativos_a_partir_de_los_estados_del_capital_cultural).